

Barra de São João: Salvaguarda da paisagem urbana através da intervenção no sistema de espaços livres



Elias Rust Barcelos Souza

Orientadora: Mônica Bahia Schlee

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PROJETO E PATRIMÔNIO

ELIAS RUST BARCELOS SOUZA

BARRA DE SÃO JOÃO: SALVAGUARDA DA PAISAGEM URBANA ATRAVÉS DA
INTERVENÇÃO NO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte integrante dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Bahia Schlee

RIO DE JANEIRO

FEVEREIRO DE 2024

BARRA DE SÃO JOÃO: SALVAGUARDA DA PAISAGEM URBANA ATRAVÉS DA
INTERVENÇÃO NO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES

Elias Rust Barcelos Souza

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Bahia Schlee

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Dr.^a Mônica Bahia Schlee

Prof. Dr.^a Vera Regina Tângari (UFRJ)

Prof. Dr.^o Valcir Rubens de Andrade (UFRJ)

Prof. Dr.^a Danielly Cozer Aliprandi (IFF)

RIO DE JANEIRO
FEVEREIRO DE 2024

Souza, Elias Rust Barcelos.

Barra de São João: salvaguarda da paisagem urbana através da intervenção no sistema de espaços livres / Elias Rust Barcelos Souza. - Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2024.

xi, 146f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Mônica Bahia Schlee

Dissertação (Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio) – UFRJ, 2024.

Referências Bibliográficas: f. 149-152.

1. Paisagem 2. Salvaguarda 3. Patrimônio Cultural 4. Projeto 5. Espaços Livres 6. Barra de São João. I. Schlee, Mônica Bahia. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Barra de São João: salvaguarda da paisagem urbana através da intervenção no sistema de espaços livres.

AGRADECIMENTOS

A Mônica Bahia Schlee, pela orientação e acompanhamento ao longo desse tempo, pela paciência e conhecimento compartilhado.

As professoras e professores do programa de Pós Graduação em Projeto e Patrimônio da UFRJ, que através das disciplinas, bancas e outras formas de compartilhamento de conhecimento foram fundamentais para esse trabalho.

As instituições e servidores que cuidam e digitalizam os acervos do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, IBGE e do Museu Casa Casimiro de Abreu.

Ao estado brasileiro quem em todas suas esferas, Municipal, Estadual e Federal, sempre me proporcionou educação pública e gratuita. Desde a pré-escola, o ensino fundamental, o ensino médio, a graduação e agora a pós graduação.

Aos meus pais que dentro de suas capacidades nunca pouparam esforços em minha educação.

Aos amigos e colegas, especialmente os que participaram desse programa comigo.

Barra de São João: salvaguarda da paisagem urbana através da intervenção no sistema de espaços livres

Elias Rust Barcelos Souza

Orientadora: Mônica Bahia Schlee

Resumo

Esta pesquisa analisou a paisagem de Barra de São João para entender os processos de transformação urbana que deram origem à atual configuração dos espaços livres da cidade. A dissertação se fundamentou em uma visão sistêmica da paisagem, articulando conceitos de paisagem, patrimônio cultural e sistema de espaços livres para a compreensão dos processos formativos da paisagem de Barra de São João. As análises foram elaboradas com base em fontes bibliográficas, documentais e visitas de campo e os seus resultados apontaram processos, relações, contradições e posturas conflitantes entre o desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio cultural e da paisagem urbana. Derivam dessa pesquisa uma proposta de novos índices urbanísticos e um anteprojeto de desenho urbano para os espaços livres públicos localizados no eixo de formação urbana de Barra de São João, de forma a fornecer subsídios para futuras intervenções projetuais e legislativas que contribuam para delinear caminhos possíveis para a preservação da paisagem de Barra de São João.

Palavras-chave: Paisagem , Salvaguarda, Patrimônio Cultural, Projeto, Espaços Livres, Barra de São João

Abstract

This research analyzed the landscape of Barra de São João to understand the processes of urban transformation that led to the current configuration of the city's open spaces. The dissertation was based on a systemic view of the landscape, articulating concepts of landscape, cultural heritage, and system of open spaces to understand the formative processes of Barra de São João's landscape. The analyses were developed based on bibliographic sources, documents, field visits, and their results pointed to processes, relationships, contradictions, and conflicting stances between urban development and the preservation of cultural heritage and urban landscape. From this research, a proposal for new urban indices and an urban design preliminary project for public open spaces located in the axis of urban formation of Barra de São João emerged, aiming to provide subsidies for future project interventions and legislative measures that contribute to outlining possible paths for the preservation of Barra de São João's landscape.

Keywords: Landscape, Safeguard, Cultural Heritage, Project, Open Spaces, Barra de São João

Sumário

Lista de figuras.....	10
Lista de mapas e quadros.....	13
Introdução: A Paisagem e o Patrimônio de Barra de São João.....	15
Capítulo 1: Abordagem Conceitual.....	27
2.1. Paisagem.....	28
2.2. Paisagem urbana e sua relação com o patrimônio cultural.....	31
2.3. Espaços livres.....	36
Capítulo 2: Metodologia e referências teórico-metodológicas.....	40
2.1. Levantamento cartográfico e bibliográfico para análise do suporte biofísico.....	42
2.2. Revisão bibliográfica dos processos de ocupação e formação do patrimônio cultural local	43
2.3. Levantamento cartográfico, fotográfico e documental para síntese dos processos e seus rebatimentos na forma urbana e no sistema de espaços livres.....	43
2.4. Mapeamento da legislação urbana e revisão de referencial projetual.....	45
Capítulo 3. Análises morfológicas e da dinâmica urbana.....	47
3.1. Suporte físico-ambiental.....	47
3.2. Processos de ocupação e formação do patrimônio cultural local.....	53
3.3. Síntese dos processos e seus rebatimentos na forma urbana.....	60
3.3.1. Formação da ocupação e rotas (1767-1846)	62
3.3.2. Emancipação político-administrativa: A Vila de Barra de São João (1846-1901) ...	64
3.3.3. Estagnação Econômica (1901-1963)	66
3.3.4. Consolidação do transporte rodoviário e expansão urbana (1963-2020)	68
3.4. Análises tipo-morfológicas.....	73
3.4.1. Entorno edificado.....	73
3.4.1.1. Período de 1767 à 1901.....	74
3.4.1.2. Período de 1901 à 2022.....	77

3.4.1.3. Série tipológica.....	81
3.4.2. Sistema de espaços livres.....	87
3.4.2.1. Espaços livres Privados e espaços livres dominiais.....	87
3.4.2.2. Espaços livres públicos.....	88
3.5. Síntese das análises.....	93
Capítulo 4: O projeto de intervenção.....	95
4.1. Estratégias e diretrizes de intervenção.....	96
4.1.1. Intervenção na legislação urbana.....	102
4.1.2. Intervenção no sistema de espaços livres públicos.....	111
4.2. Referências projetuais.....	111
4.2.1. Centro histórico de Cabbio na Suíça.....	113
4.2.2. Centro histórico de Mariana, Minas Gerais.....	114
4.2.3. Colina do Senhor do Bonfim, em Salvador, Bahia.....	115
4.2.4. Ateliês de projeto.....	117
4.3. Projeto dos espaços livres públicos de Barra de São João.....	122
4.3.1. Rua Bernardo Gomes.....	124
4.3.2. Entorno do Museu Casa Casimiro de Abreu.....	128
4.3.3. Praça As Primaveras.....	131
4.3.4. Rodovia Amaral Peixoto.....	133
4.3.5. Rua São João.....	135
4.3.6. Entorno da capela de São João Batista.....	138
4.3.7. Mobiliário e vegetação.....	148
4.4. Conclusão.....	148
Referências bibliográficas.....	149

Lista de Figuras

Figura 1. Vista da capela de São João Batista em 1973.....	15
Figura 2. Capela de São João Batista em 1922.	17
Figura 3. Localização de Casimiro de Abreu, destacado em azul a localidade de Barra de São João.....	18
Figura 4. Vista aérea Foz do Rio São João com Barra na margem esquerda	19
Figura 5. Imagem de satélite da Foz do Rio São João com Barra na margem esquerda.....	20
Figura 6. Bacia do Rio São João com morro homônimo ao fundo.....	21
Figura 7. Museu Casa Casimiro de Abreu.	22
Figura 8. Vista prainha.	23
Figura 9. Capela de São João Batista.	23
Figura 10. Casa na rua Bernardo Gomes, nº 128.	24
Figura 11. Igreja da Sagrada Família.	25
Figura 12. Casa na rua Bernardo Gomes, nº 444	25
Figura 13. Vista aérea das ruínas da ponte ferroviária.	25
Figura 14. Casa na rua São João, nº 286.....	25
Figura 15. Vista da foz do rio São João com capela e promontório de pedra ao fundo em 1963.	27
Figura 16. Planta geral das estradas de ferro, Rio de Janeiro 1892.	40
Figura 17. Carta chorographica da província do Rio de Janeiro em 1857.	46
Figura 18. Recorte de carta da capitania do Rio de Janeiro em 1777.	47
Figura 19. Recorte do projeto de retificação e drenagem da bacia do São João pelo DNOS.	49
Figura 20. Morro São João visto da rua Bernardo Gomes.	49
Figura 21. Rio São João visto da rua Bernardo Gomes.	49
Figura 22. Vista do promontório na foz do rio e da prainha.	50
Figura 23. Vista do praião com cemitério ao fundo.	50
Figura 24. Morro São João visto da rua São João.	51
Figura 25. Recorte do mapa da capitania do Rio de Janeiro no século 18.	53
Figura 26. Vista da capela de São João Batista em 1973.	54
Figura 27. Recorte da carta chorográfica da província do Rio de Janeiro.	55
Figura 28. Antigo trapiche, junto ao porto fluvial, hoje museu Casa Casimiro de Abreu.	56
Figura 29. Vista do casario na rua Bernardo Gomes, atual biblioteca municipal.	57
Figura 30. Vista do casario na rua Bernardo Gomes.	58
Figura 31. Vista da rua Bernardo Gomes esquina com a rua Gen. Castro Guimarães.	66

Figura 32. Villa de Barra de São João em 1857.	73
Figura 33. Barra de São João em 1953.	73
Figura 34. Barra de São João em 1963.	73
Figura 35: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 946.	74
Figura 36: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 502	75
Figura 37: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 338.....	75
Figura 38: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 662	76
Figura 39: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 654.....	76
Figura 40: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 1094	77
Figura 41: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 1110.....	77
Figura 42: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 388	78
Figura 43: Casa na rua Bernardo Gomes, , nº 758	78
Figura 44: Comércio na rodovia Amaral Peixoto.	79
Figura 45: Colégio Estadual Santa Maria.	79
Figura 46: Trecho 1 do percurso serial rua Bernardo Gomes.	82
Figura 47: Trecho 2 do percurso serial, rua Bernardo Gomes.	83
Figura 48: Trecho 3 do percurso serial, rua Bernardo Gomes e praça As Primaveras.	84
Figura 49: Trecho 4 do percurso serial, praça As Primaveras, rodovia Amaral Peixoto e rua São João.	85
Figura 50: Trecho 5 do percurso serial, rua São João.	86
Figura 51: Gramado nas margens do rio São João.	89
Figura 52: Gramado nas margens do rio São João.....	89
Figura 53: Praça As Primaveras, com Museu Casa Casimiro de Abreu ao fundo.	90
Figura 54: Vista da Prainha.	91
Figura 55: Vista do Praiã.	91
Figura 56: Vista do Museu Casa Casimiro de Abreu.	95
Figura 57: Alteração nas janelas de edificação na rua São João.	104
Figura 58: Edificação contemporânea simulando o estilo colonial na praça As Primaveras.	106
Figura 59: Volumetria atual.	109
Figura 60: Simulação zoneamento atual.	109
Figura 61: Simulação zoneamento proposto.	109
Figura 62: Vista aérea de Barra de São João na praça das primaveras, com a foz do rio ao fundo.	110
Figura 63: Vista da praça de Cabbio.	112
Figura 64: Vista da praça de Cabbio.	112

Figura 65: Vista da praça de São Pedro em Mariana, MG.	113
Figura 66: Vista da praça de São Pedro em Mariana, MG.	113
Figura 67: Vista da colina do Senhor do Bonfim em Salvador, BA.	114
Figura 68: Vista da colina do Senhor do Bonfim em Salvador, BA.	114
Figura 69: Vista da colina do Senhor do Bonfim em Salvador, BA.	115
Figura 70: Vista da colina do Senhor do Bonfim em Salvador, BA.	115
Figura 71: Parte da linha do horizonte e perfil de um trecho da rua Bernardo Gomes.	117
Figura 72: Colagem com primeiras ideias para a rua Bernardo Gomes.	117
Figura 73: Estrutura urbana de Barra de São João no século 19.	118
Figura 74: Recorte com estrutura fundiária e usos de Barra de São João.	119
Figura 75: Recorte da área de intervenção projetual ao fim da disciplina de atelier 2.	119
Figura 76: Museu e entrono dentro do projeto de intervenção elaborado em atelier 3.	120
Figura 77: Praça as primaveras dentro do projeto de intervenção elaborado em atelier 3.	120
Figura 78: Presente, passado e futuro, intervenção elaborado em atelier 4.	121
Figura 79: Exemplo de diretriz de intervenção elaborado em atelier 4.	121
Figura 80: Vista de trecho da rua Bernardo Gomes.	124
Figura 81: Vista de trecho da rua Bernardo Gomes.	124
Figura 82: Planta de trecho da rua Bernardo Gomes.	125
Figura 83: Planta de trecho da rua Bernardo Gomes.	126
Figura 84: Perfil atual da rua Bernardo Gomes.	127
Figura 85: Perfil proposto da rua Bernardo Gomes.	127
Figura 86: Perfil proposto da rua Bernardo Gomes.	127
Figura 87: Vista do museu Casa Casimiro de Abreu a partir da praça As Primaveras.	128
Figura 88: Vista do acesso ao rio São João, com museu ao fundo.	128
Figura 89: Recorte mostrando o entorno do museu Casa Casimiro de Abreu.	129
Figura 90: Recorte mostrando o entorno do museu Casa Casimiro de Abreu.	130
Figura 91: Recorte mostrando o entorno do museu Casa Casimiro de Abreu.	130
Figura 92: Vista dos novos quiosques e banheiros públicos da praça.	131
Figura 93: Vista da praça As Primaveras, com busto de Casimiro de Abreu.	131
Figura 94: Proposta para a praça As Primaveras.	132
Figura 95: Vista da travessia sobre a rodovia Amaral Peixoto.	133
Figura 96: Proposta de travessia sobre a rodovia Amaral Peixoto.	133
Figura 97: Perfil atual da rodovia Amaral Peixoto.	134

Figura 98: Proposta de travessia sobre a rodovia Amaral Peixoto.	134
Figura 99: Vista da rua São João.	135
Figura 100: Perfil atual da rua São João.	136
Figura 101: Perfil proposto da rua São João.	136
Figura 102: Planta de trecho da rua São João.	137
Figura 103: Vista da capela de São João Batista em 1973.	138
Figura 104: Vista da capela de São João Batista em 2022.	138
Figura 105: Vista da capela de São João Batista.	139
Figura 106: Vista do espaço livre de frente a capela de São João Batista.	139
Figura 107: Planta do entorno da capela de São João.	140
Figura 108: Planta do entorno da capela de São João.	141
Figura 109: Vista do modelo de banco ser utilizado no anteprojeto.	142
Figura 110: Vista de posteamento na rua São João.	143
Figura 111: Vista de posteamento na rua Bernardo Gomes.	143
Figura 112: Vista do modelo de poste, lixeira e totem a ser utilizado no anteprojeto.	144
Figura 113: <i>Schinus terebinthifolius</i>	145
Figura 114: <i>Jacquinia brasiliensis</i>	145
Figura 115: <i>Tabebuia cassinoides</i>	145
Figura 116: <i>Eugenia uniflora</i>	145
Figura 117: Palmeiras imperiais as margens do rio São João.	146
Figura 118: Palmeiras imperiais as margens do rio São João.	146
Figura 119: <i>Neoregelia cruenta</i>	146
Figura 120: <i>Aechmea nudicaulis</i>	147
Figura 121: Jardim de Chuva em Belo Horizonte.	147
Figura 122: Canteiro Fluvial em Belo Horizonte.	147

Lista de mapas e quadros

Mapa 1: Síntese do suporte físico-ambiental.....	52
Mapa 2: Estrutura Urbana em 2023.....	61
Mapa 3: Formação e rotas de Barra de São João (1767-1846)	63
Mapa 4: Vila de Barra de S. João (1846-1901)	65
Mapa 5: Estagnação Econômica e seu reatamento no território (1901-1963)	67

Mapa 6: Consolidação do transporte rodoviário e expansão urbana (1963-2023)	70
Mapa 7: Síntese sistema de espaços livres de Barra de São João.....	92
Mapa 8: Zoneamento vigente.....	101
Mapa 9: Zoneamento proposto.....	108
Mapa 10: Intervenção Projetual.....	123
Quadro 1: Síntese Patrimônio	26
Quadro 2: Síntese Conceitos.....	38
Quadro 3: Síntese dos processos e seus rebatimentos na forma urbana.....	72
Quadro 4: Síntese da Análise Tipo-Morfológica.....	80
Quadro 5: Zoneamento atual.....	103
Quadro 6: Zoneamento proposto.....	107

Introdução:

A Paisagem e o Patrimônio de Barra de São João



Figura 1: Vista da capela de São João Batista em 1973. Fonte: Fundo Correio da manhã Arquivo Nacional

Este trabalho trata de paisagem urbana e patrimônio, sua salvaguarda, e suas relações com os espaços livres que a compõem, tendo como objeto de estudo a localidade de Barra de São João e como objetivo principal a intervenção no sistema de espaços livres. A intervenção nos espaços livres, públicos e semipúblico, visa contribuir para a salvaguarda da paisagem urbana e criar novas formas para sua percepção, fruição e apropriação. O interesse pela escolha do tema e objeto se deu por conta da experiência pessoal de quem nasceu e vive na região norte fluminense e acompanha as modificações na paisagem e a destruição do patrimônio arquitetônico e paisagístico causado pela mudança das dinâmicas econômicas regionais. Com a exploração de petróleo na Bacia de Campos a partir da década de 1970, com a implantação da base operacional da PETROBRAS em Macaé (TERRA, 2003) a região passou por um boom econômico e populacional (TERRA, 2003) que mudou radicalmente a paisagem no eixo Barra de São João – Rio das Ostras – Macaé, minha cidade de origem e onde atualmente resido. Essa nova realidade econômica trouxe uma pressão imobiliária enorme devido ao aumento demográfico (IBGE, 2010). Com a valorização do solo e expansão urbana, a região ficou à mercê da especulação imobiliária resultando, principalmente em Macaé, na perda do patrimônio arquitetônico e na transformação de modo não planejado de toda a paisagem da região.

A velocidade e intensidade com a qual a paisagem foi modificada gera uma crise de identidade vivenciada por mim, e por outras pessoas. Existe uma espécie de dificuldade em experienciar o sentimento de pertencimento ao ambiente em que vivemos, há uma espécie de desenraizamento e enfraquecimento dos laços de identidade com a paisagem. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados, conforme explicou Hall (2014).

Em Barra de São João ainda resistem muitas características das preexistências anteriores às alterações das últimas décadas na paisagem urbana. Por se localizar na periferia da região produtora de petróleo a pressão imobiliária e populacional é menor que nos municípios vizinhos e as mudanças ocorrem em um ritmo mais lento, mas com o aumento do valor do solo urbano em Macaé e Rio das Ostras (TERRA, 2003), cada vez mais o capital imobiliário se expande para Barra de São João. Diante desse quadro de transformações regionais, essa dissertação se propõe ao estudo da paisagem urbana e do sistema de espaços livres de Barra de São João,

investigando como o suporte biofísico condicionou o tecido urbano e como o trabalho acumulado das gerações anteriores gerou os padrões que caracterizam o patrimônio arquitetônico, o sistema de espaços livres e a paisagem urbana locais. Essa investigação evidencia como se deu a ocupação da foz do rio São João desde século XVIII (LEÃO, 1767) e o processo de acumulação de elementos e transformações no tecido urbano que resultaram na paisagem existente no tempo presente.

Os espaços livres e seus usos são parte da identidade das comunidades e suas formas de apropriação são expressões vitais da identidade dos indivíduos e dos lugares. Análises elaboradas identificaram padrões de transformação na paisagem urbana e demonstram como o rio, o mar e a arquitetura deram forma aos espaços livres, públicos e Privados. A pesquisa também evidencia a influência decisiva das dinâmicas econômicas, que agem e agiram, na forma de ocupação do tecido urbano.

A paisagem urbana de Barra de São João possui uma série de características em seus espaços livres que devem ser transmitidas ao futuro. Essas características foram identificadas na presente pesquisa para propor ações para sua valorização e preservação. As propostas consistem em sugestões de alterações no código urbano e do zoneamento existente para preservação das características do sistema de espaços livres Privados e um projeto de intervenção nos espaços livres públicos. Este projeto visa dotar os espaços de infraestruturas necessárias a vida contemporânea e adequá-los às características da paisagem urbana e das preexistências para que esse sistema contribua para a sua valorização e salvaguarda.

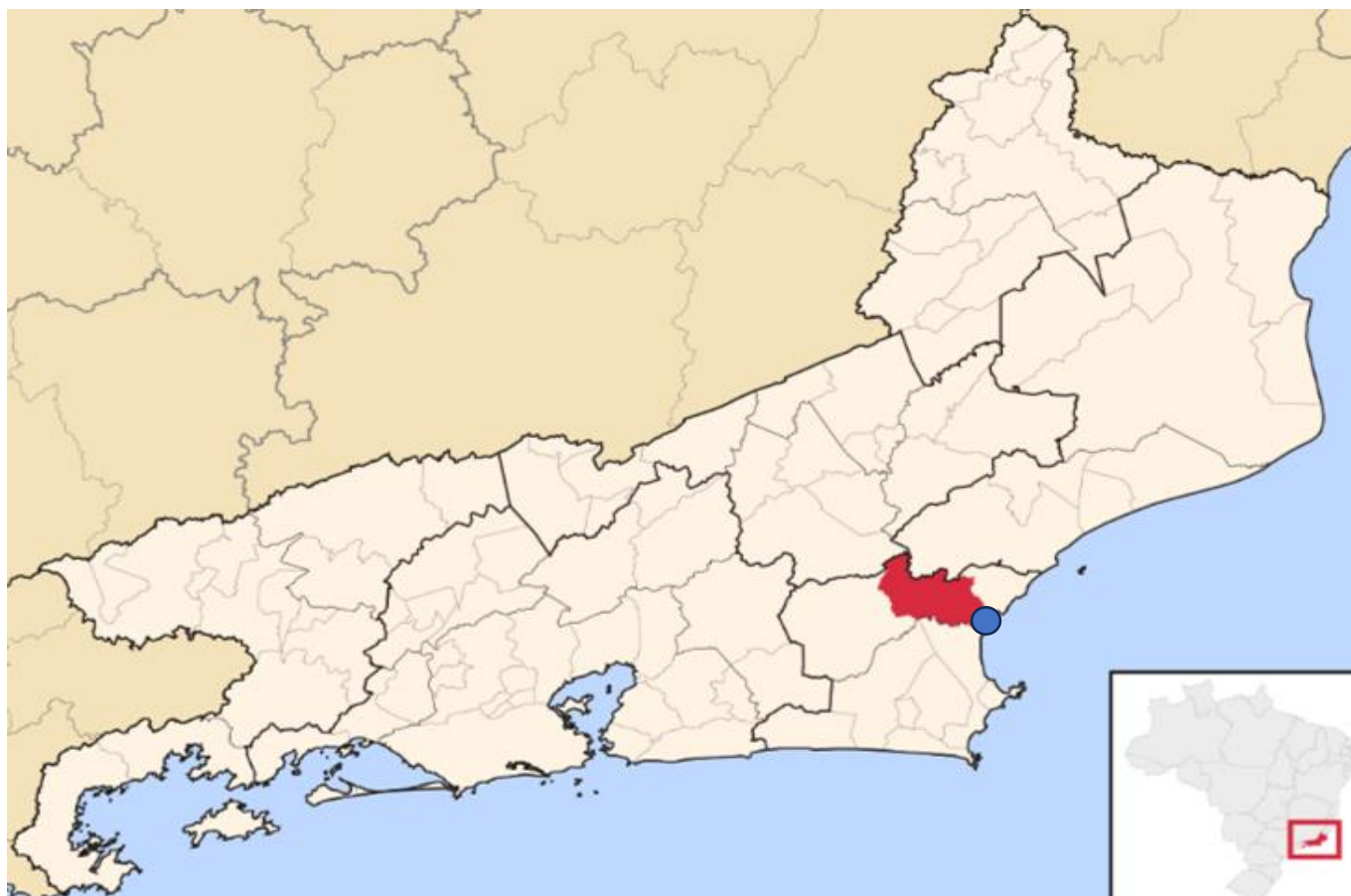
Figura 2: Capela de São João Batista em 1922. Fonte: Biblioteca Nacional, 1922



1: Além de Casimiro de Abreu, município onde está Barra de São João, a região das baixadas litorâneas do Estado do Rio de Janeiro compreende os municípios de Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim. (CEPERJ, 2010)

Figura 3: Localização em vermelho de Casimiro de Abreu, destacado em azul a localidade de Barra de São João. Fonte: ABREU, R.L, 2006

Barra de São João é uma localidade na região das baixadas litorâneas¹ do estado do Rio de Janeiro (CEPERJ, 2010). A região se caracteriza por ser uma planície fluviomarinha, com lagoas e brejos e duas bacias hidrográficas principais a do Rio Una e a do Rio São João (CEPERJ, 2010). É na foz do rio São João que se situa a localidade de Barra de São João. Atualmente um distrito do município de Casimiro de Abreu (Figura 2), a região da foz do rio e sua bacia, foi ocupada desde tempos imemoriais por povos sambaquianos, aos quais sucederam os Tamoios (GUIMARÃES, 2007). Com a ocupação do território pelos portugueses, foi estabelecida uma povoação na foz do rio no século XVII (LAMEGO, 1940), que deu origem à atual ocupação. Atualmente o distrito se configura como uma região dormitório da indústria petrolífera que atua na Bacia de Campos, limítrofe ao distrito (INEA, 2017), e tem como centro de suas atividades o município de Macaé, distante cerca de 32km de Barra de São João. Ao longo do tempo, a paisagem foi sendo lentamente modificada pela natureza e pelas atividades das sociedades humanas que ali habitaram. Na paisagem natural se destacam o Rio São João, com 120km de extensão, e o morro de São João, com seus 800m de altura (INEA, 2017), que desponta na planície cortada pelo rio.



Outras elevações que se destacam na paisagem são os costões rochosos e o promontório na foz do rio. Apesar de existirem sítios arqueológicos de povos sambaquianos (IPHAN, 2022), as maiores transformações na paisagem foram realizadas por luso-brasileiros a partir do século XIX (LAMEGO, 1940). Nessa planície fluviomarinha ocorreu um período de intensa atividade agrícola e de comércio dessa produção, atividades ocorridas no século XIX (MATTOS, 2019), que legaram arquiteturas residenciais, comerciais e religiosas inseridas nessa paisagem, adaptando-se ao suporte natural existente, com pequenas modificações sobre o território. Com a chegada do século XX, novas técnicas e novas demandas econômicas acarretaram modificações maiores no território, principalmente com a criação de novas redes de infraestrutura, como ferrovias, estradas e canais que retificaram grande parte do rio São João e drenaram as grandes áreas alagadas da planície (BERNARDES, 1957). Essas redes de infraestrutura, bem como o início da exploração do petróleo na bacia de Campos a partir dos anos 1970 (TERRA, 2003), geraram um grande crescimento populacional (IBGE, 2010) e consequente valorização imobiliária do solo urbano (TERRA, 2003).

Esse crescimento demográfico² e especulativo do mercado imobiliário causou enormes transformações nessa paisagem (Figura 4) em um curto período e continua a transformá-la de maneira desorganizada. Mudanças que colocam em risco de se perder toda a herança cultural, transmitida na forma de arquitetura e paisagem, que chegou até o tempo presente. Esse patrimônio cultural é um fator de identidade para toda uma comunidade que vive nessa localidade, os marcos naturais e construídos são referenciais para a existência das pessoas nesse local, sendo uma orientação tanto física quanto emocional.

2 A população do Município de Casimiro de Abreu cresceu 25% entre os anos de 2010 e 2019. Passando de 35.347 habitantes para 44.184 habitantes. O distrito de Barra de São João se encontra conurbado com o município de Rio das Ostras, que no mesmo período teve um crescimento populacional de 42,58%. Passando de 105.676 habitantes para 150.674. Fonte: IBGE. Censo Demográfico e Estimativas de População (2021)

Figura 4: Vista aérea Foz do Rio São João com Barra de São João na margem esquerda. Fonte: Recorte de vídeo feito pelo autor.



Uma orientação espacial que se desenvolve e fortalece ao se transitar nessa paisagem e esse trânsito é feito pelos espaços livres existentes em Barra de São João. Os limites naturais, o rio e o mar, foram responsáveis pela forma primitiva da morfologia urbana que originou a localidade. Até o advento da ferrovia na região, o rio era a principal infraestrutura de transporte (MATTOS, 2019) e a localidade se desenvolveu e criou forma ao longo da margem esquerda do rio, seguindo, direta ou indiretamente, o seu formato. O tecido urbano (Figura 5) e sua conformação ao longo do rio criou um sistema de espaços livres delimitados pela água de um lado e pelo casario, de outro, desde então foram planejadas e criadas ruas e espaços livres que se relacionavam direta ou indiretamente à borda d'água tanto do rio quando do mar. Se apropriar dos espaços livres de Barra de São João, entendê-los como um sistema, faz com que o indivíduo perceba e participe da paisagem que lhe foi deixada de herança e é o trânsito, a contemplação e as atividades desenvolvidas nos espaços livres que possibilitam uma vivência da paisagem e do patrimônio cultural local. Barra de São João possui uma série de bens, naturais e edificados, protegidos pelo estado brasileiro na esfera federal, estadual e municipal. As proteções e tombamentos vigentes são todas no âmbito do patrimônio material, em sua forma individual e coletiva, proteções que se aplicam ao território encontram-se reunidas no quadro síntese 1, ver página 24.

Figura 5: Imagem de satélite da Foz do Rio São João com Barra na margem esquerda. Fonte: Recorte feito pelo autor. Google Maps,

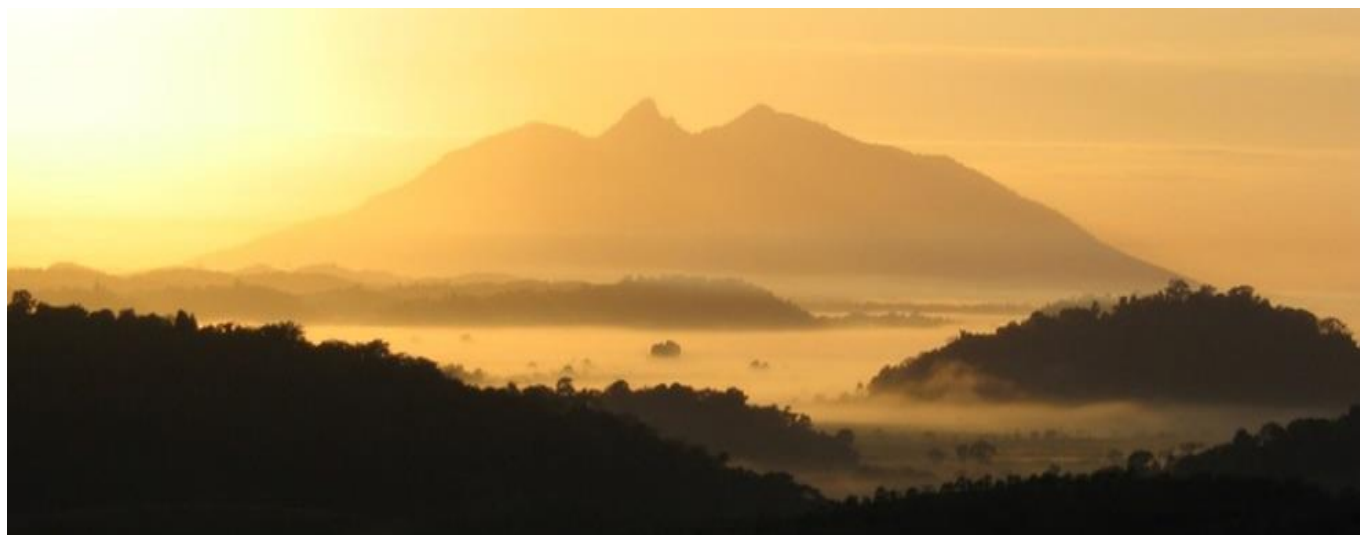


O patrimônio natural possui uma proteção federal que se intersecciona com proteções municipais. A Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado foi criada no ano de 2002 com os objetivos e finalidade de:

Proteger e conservar os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, garantindo o uso racional dos recursos naturais e protegendo remanescentes de floresta Atlântica e o patrimônio ambiental e cultural da região. (ICMBio, 2008, p.16)

Gerida pelo ICMBio, a APA abrange o bioma da Mata Atlântica e seus ecossistemas que são: as matas de baixada, matas de morrote, matas de encosta, mangues, restingas e ambientes lacustres. (ICMBio, 2008). A APA é o lar do Mico-leão-dourado, uma espécie endêmica e que se encontra ameaçada de extinção, principalmente devido à redução do seu ecossistema. Áreas da Bacia do rio São João (Figura 6) fazem parte da reserva da Biosfera da Mata Atlântica, categoria internacional de proteção instituída pela UNESCO em 1972. A Floresta Atlântica ali existente é bastante fragmentada na região da baixada, mas possui um grande grupamento florestal na região serrana e nas cabeceiras dos rios da margem esquerda do rio São João (ICMBio, 2008). O núcleo urbano de Barra de São João está localizado na borda da APA, a qual tem como limite a margem esquerda do rio, que é oposta a área urbana. Na APA estão incluídos elementos da paisagem local como o próprio rio São João, os ecossistemas remanescentes e o morro São João. A foz do rio não se encontra dentro dos limites da APA (ICMBio, 2008) provavelmente devido ao alto grau de urbanização, tanto em Barra de São João quanto na localidade de Aquarius, na margem direita que pertencente ao município de Cabo Frio.

Figura 6: Bacia do Rio São João com morro homônimo ao fundo.
Fonte: ICMBio, 2022



No âmbito municipal, o Rio São João e o Morro São João, já inclusos dentro da APA da Bacia do São João, são protegidos pelas áreas de proteção paisagística instituídas pela Lei Municipal nº 1352. Essa legislação criou o Código Municipal de Meio Ambiente de Casimiro de Abreu onde consta no Art. 34 que:

São áreas de proteção da paisagem e de seus elementos relevantes, seja devido à funcionalidade na paisagem, ao grau de preservação e integridade dos elementos naturais que as compõem, seja pela singularidade, harmonia e riqueza. (Casimiro de Abreu (RJ), 2010, p. 16)

O referido código protege os remanescentes dos ecossistemas e marcos paisagísticos específicos, sendo que algum destes estão diretamente ligados à paisagem urbana de Barra de São João, como o rio e morro de São João, já citados anteriormente, e a Prainha (Figura 8) e o Praião. Dos patrimônios edificados protegidos, o museu Casa Casimiro de Abreu (Figura 7) é o único que se encontra tombado na esfera federal, tendo sido tombado pelo IPHAN em 1963 (IPHAN, 1963). A edificação, que não era uma residência, era o trapiche do porto fluvial da vila de Barra de São João e foi construída em meados do século XIX para apoiar a função de entreposto comercial (LAMEGO, 1940). Com uma arquitetura de características luso-brasileiras, foi tombada como sendo o local de nascimento do poeta Casimiro de Abreu³ em 1837, visto que o trapiche era de propriedade de sua família de comerciantes (OLIVEIRA, M. A.,2013). Não há outra justificativa no processo de tombamento, feito pelo IPHAN, a não ser o fato de ali ter nascido o poeta (IPHAN, 1963). Hoje abriga o museu Casa Casimiro de Abreu sob a gestão do governo do estado do Rio de Janeiro e se encontra em bom estado de conservação.

³ Casimiro de Abreu (1837-1860) foi um poeta da segunda geração do romantismo, tendo publicado apenas um livro de poesias "As primaveras". Casimiro é patrono da cadeira nº 6 da Academia Brasileira de Letras. (OLIVEIRA, M. A.,2013)

Figura 7: Museu Casa Casimiro de Abreu. Para localização ver mapa 7 item 2 da legenda.
Fonte: Acervo do autor 2021



Na esfera estadual (INEPAC, 1978), se encontra protegida a capela de São João Batista (Figura 9), localizada na foz do rio, sob um promontório de pedra. A construção primitiva foi erguida por jesuítas nos limites da então fazenda de Campos Novos, de propriedade da ordem (LAMEGO, 1940). A edificação atual possui características arquitetônicas do século XIX e foi tombada em 1978 pelo INEPAC (1978). A igreja possui um cemitério anexo, ainda usado como cemitério local, e se encontra em péssimo estado de conservação, estando fechada e em risco de arruinamento. Há um projeto de restauro em andamento sem previsão para início das obras.



Figura 8: Vista praiha. Para localização ver mapa 7 item 12 da legenda. Fonte: Acervo do autor 2019



Figura 9: Capela de São João Batista. Para localização ver mapa 7 item 1 da legenda. Fonte: Acervo do autor 2021

Em âmbito municipal, se encontram protegidos o casario remanescente (Figuras 10, 12 e 14) dos séculos XIX e XX (INEPAC, 1978) presentes no núcleo urbano de Barra, ao longo da rua Bernardo Gomes (Beira Rio) e da rua São João. Com características da arquitetura luso-brasileira (WEIMER, 2005), é composto de casas do tipo porta e janela, em sua maioria térreas, que foram construídas no alinhamento frontal do lote, não tendo recuo entre as edificações e a rua. A cobertura dessas casas é, no geral, em duas águas, que deságuam para a rua e o quintal. Elas são protegidas enquanto conjunto e devem ter preservadas suas características externas, conforme a legislação municipal. (CASIMIRO DE ABREU (RJ), 2010). O grau de conservação é variado, sendo umas muito bem conservadas e outras em estado de arruinamento, algumas se encontram sem uso. Junto com o casario, é protegida pelo município a igreja da Sagrada Família (Figura 11), localizada na praça As Primaveras, em frente ao museu, se caracteriza como uma edificação do final do século XIX e funciona como um marco na paisagem. Sua torre é o ponto construído mais alto na paisagem urbana local.

Há ainda bens materiais e imateriais que não possuem proteção legal, mas são importantes para a paisagem e sociedade local, como as ruínas da antiga ponte ferroviária (Figura 13). Apesar de ser um marco na paisagem junto à foz do rio, não possui nenhuma proteção oficial. Da época da ponte também existe a estação ferroviária que também se encontra sem nenhum uso e arruinada. Ambas foram construídas nos anos 1950 (RODRIGUEZ, 2004), mas não há evidências de que cumpriram a função para a qual foram construídas. A empresa responsável pelo empreendimento faliu (RODRIGUEZ, 2004) e as edificações foram abandonadas. Não há indícios de que a linha férrea chegou a ser construída. A ponte posteriormente foi transformada em ponte rodoviária (RODRIGUEZ, 2004), o que contribuiu para sua degradação e arruinamento.



Figura 10: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 128.
Fonte: Acervo do autor

Dos patrimônios imateriais podemos destacar os festejos de São João Batista, com a procissão que percorre as ruas da cidade, usando imagens religiosas de valor histórico, uma tradição que remonta ao estabelecimento da ocupação local (VOZ DA BARRA, 1864). A tradição religiosa inclui o sepultamento dos membros da comunidade no cemitério junto à capela de São João Batista.

A escravidão era a base da economia no século XIX (MATTOS, 2019), e era natural que houvesse tradições de origem afro-brasileiras que foram trazidas aos dias atuais pelos descendentes dos escravizados, porém não há registro de tais manifestações, pelo menos não de forma coletiva. Há comunidades quilombolas na região da Bacia do Rio São João (INEA, 2017), porém são localidades distantes e sem relação direta com o núcleo urbano, local de estudo dessa dissertação.

Figura 11: Igreja da Sagrada Família. Para localização ver mapa 7 item 4 da legenda. Fonte: Acervo do autor 2021

Figura 12: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 444. Fonte: Acervo do autor 2021

Figura 13: Vista aérea das ruínas da ponte ferroviária. Para localização ver mapa 7 item 10 da legenda. Fonte: Recorte de vídeo feito pelo autor. PEREIRA, F. (2018)

Figura 14: Casa na rua São João, nº 286. Fonte: Acervo do autor 2021



Quadro 1: Síntese Patrimônio			
Patrimônio Natural			
Bens	Bacia do Rio São João	Morro São João	Prainha e Praiã
Características	APA abrange o bioma da Mata Atlântica e os ecossistemas Matas de Baixada, Matas de Morrote, Matas de Encosta, Mangues, Restingas, Ambientes Lacustres. Áreas da Bacia do rio são João fazem parte da reserva da Biosfera da Mata atlântica.	Elevação brusca de aproximadamente 800 m que se destaca na planície, tem formato cônico e é coberta pela mata atlântica.	Prainha é um banco de areia que se forma entre o mar e a foz do rio, sendo uma praia fluviomarina com elevações em pedra e vegetação de restinga.
Ano	2002	2002	2010
Esfera	Federal e Municipal	Federal e Municipal	Municipal
Fonte	ICMBio - APA Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado	ICMBio - APA Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado	Código Municipal de Meio Ambiente de Casimiro de Abreu Lei nº 1352
Patrimônio Cultural			
Bens Materiais			
Bens	Museu Casa Casimiro de Abreu	Igreja de São João Batista	Casario
Características	Edificação do século XIX onde funcionava o entreposto comercial da vila	Templo do século XIX que possui um cemitério ainda ativo e está localizado em uma elevação junto a foz do rio São João	Conjunto de casario de características Luso Brasileiras datadas do século XIX e início do XX
Ano	1963	1978	2016
Esfera	Federal	Estadual	Municipal
Fonte	IPHAN - 613-T-60	INEPAC - E-03/40.154/78	Prefeitura Municipal Casimiro de Abreu lei nº 1762
Bens Imateriais			
Não há bens imateriais protegidos por nenhuma das esferas governamentais			

Capítulo 1

Abordagem Conceitual



Figura 15: Vista da foz do rio São João com capela e promontório de pedra ao fundo em 1963. Fonte: Acervo IBGE, 1963.

Conceitos dão subsídios teóricos para auxiliar na compreensão da realidade, orientando os rumos da pesquisa. Conceitos são mutáveis e estão sempre relacionados ao momento histórico em que foram formulados, o que faz com que eles estejam em constante transformação ao longo do tempo, como observaram Schlee *et al* (2009). Tendo isto em mente, foi feita uma sistematização da evolução dos conceitos que são relacionados aos objetivos dessa dissertação. A partir da linha evolutiva, utilizei as visões atuais que considerei as mais adequadas a serem aplicadas na pesquisa.

Para fundamentar esta dissertação, optei por utilizar uma base teórica calcada nos conceitos de paisagem, paisagem urbana e sua relação com o patrimônio cultural e os espaços livres, articulando-os para a compreensão dos processos formativos, a situação atual e ações para auxiliar na salvaguarda da paisagem urbana de Barra de São João.

Para os objetivos que proponho alcançar com essa pesquisa me interessa destacar as relações de complementariedade entre a paisagem, o patrimônio cultural e o sistema de espaços livres para, com isso, fundamentar a abordagem metodológica adotada, auxiliar na compreensão do resultado das análises e principalmente fundamentar ações de intervenção nos espaços livres públicos e Privados planejados para contribuir para a salvaguarda do patrimônio cultural e da paisagem urbana.

2.1 Paisagem

Paisagem é um conceito que na atualidade possui múltiplos significados, sendo estudada em diversos campos disciplinares, e tendo como base de sua compreensão critérios analíticos. Consolidou-se como campo de estudo das relações entre o domínio físico natural e o domínio cultural das sociedades a partir do século XX, como destacou Mônica Schlee, entre outros autores (2009; 2011).

Rafael Winter Ribeiro (2020, p.22) argumenta que a paisagem, no Ocidente, foi tradicionalmente tratada “como vista e como natureza, ou através do enfoque na relação sociedade-natureza”, e essas abordagens do conceito de paisagem têm rebatimento direto na maneira como a paisagem é incorporada ao patrimônio. Este autor sublinha que a paisagem não é apenas o suporte natural ou a vista que se tem emoldurada por uma janela. A paisagem é um sistema de complexas relações entre o suporte biofísico e o construído, incluindo muitas dimensões e sentidos, que formam padrões passíveis de identificação, conforme argumentou Schlee (2011). Esses

padrões podem ser bem definidos ou se constituir de variações espaciais sutis e gradativas.

Nessa dissertação, abordarei a paisagem como sendo o resultado de um acúmulo de acontecimentos que a transformaram e continuarão a transformá-la. Os agentes naturais e sociais anteriores ao tempo presente transformaram a paisagem, o que faz com que toda a paisagem seja sempre uma herança (AB'SABER, 2003; SCHLEE *et al*, 2009). O entendimento da paisagem enquanto herança que está em constante transformação, faz com que parte da sociedade se mobilize para proteger as paisagens das mudanças visando preservar essa herança, ou parte dela, enquanto patrimônio. Para este fim, instituições usam de instrumentos documentais, como cartas e recomendações, para fornecer subsídios conceituais e práticos para pensar maneiras de salvaguarda da paisagem e do patrimônio cultural, assim como critérios para delimitar o que deve ser preservado.

As instituições passaram a incluir em seus documentos as paisagens como elementos passíveis de salvaguarda a partir da recomendação de Paris, elaborada em 1962 pela UNESCO. Esse documento trata a paisagem como parte da cultura dos povos trazendo um ideal, já superado, de se preservar a paisagem por seu caráter estético, afirmando que por sua beleza e caráter a salvaguarda das paisagens e dos sítios é necessária à vida do homem (PARIS, 1962). A preservação da paisagem por seu caráter estético implicaria em um retrato estático de um determinado período, o que é incoerente e excludente com a dinâmica da paisagem. Monica Schlee (2011) afirma que a paisagem não é estática, possuindo diversas interfaces:

Por sua característica eminentemente dinâmica e transtemporal, sua análise não deve se restringir a retratos estáticos no espaço e no tempo, interligando registros espaciais simultâneos e registros históricos correlacionados. Além de multidimensionais, a paisagem incorpora sistemas heterogêneos e multifuncionais que representam a realidade num determinado contexto físico e social (SCHLEE, 2011, p. 12).

A paisagem é uma categoria complexa de patrimônio e os conceitos foram se desenvolvendo para definir de forma mais adequada a paisagem e sua preservação. Na convenção da UNESCO de 1972 a paisagem natural ainda era classificada separadamente da cultural, ainda que a convenção tenha enfatizado a importância da relação entre o natural e o cultural. Somente em 1992 a UNESCO passou a adotar a definição de paisagem que atualmente utiliza (UNESCO, 1992). O conceito considera a interdisciplinaridade para o entendimento da paisagem e uma visão mais integradora entre cultura e

natureza, materialidade e imaterialidade. Esse conceito de paisagem foi sistematizado pela recomendação Europa de 1995:

Partes específicas, topograficamente delimitadas na paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos tem adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais graças a presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado (Conselho da Europa ,1995, p.3)

A paisagem não é apenas um repositório de vestígios de sociedades passadas, mas também um elemento fundamental para a vida social e cotidiana contemporânea, um elemento importante do bem-estar individual (CONSELHO DA EUROPA, 2000). O conceito aqui utilizado é que a paisagem é viva e seu congelamento não é possível justamente devido seu papel ativo no desenrolar da vida cotidiana. A Convenção Europeia da Paisagem do ano 2000 afirma que:

A paisagem é em toda a parte um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana (Conselho da Europa, 2000, p. 1).

Esses conceitos demonstram que a paisagem é passível de preservação por seus valores intrínsecos e amplos, não somente por compor plano de fundo com elementos construídos, ou por sua excepcionalidade. A salvaguarda das paisagens deve levar em consideração também os aspectos imateriais e metafísicos que nela estão presentes.

Ribeiro argumenta ainda que a paisagem, para além da ideia da relação entre sociedade e natureza ou como ambiente percebido, precisa ser entendida como construção e como produto social em toda a sua complexidade e ser incorporada como uma forma de integração entre diferentes elementos e valores sociais no espaço. Desta forma, seu caráter integrador pode fornecer novos subsídios para o desenvolvimento da relação entre paisagem e patrimônio (2020).

A Carta da paisagem das Américas aborda a parte metafísica da paisagem:

O domínio da cosmovisão que incorpora a espiritualidade, a sacralidade, os sentimentos da alma e a estética filtrada pela arte, o misticismo do épico e do trágico, do simples e do sublime associados ao imaginário individual e coletivo, dos povos originários, assim também como dos povos contemporâneos. (IFLA, 2018, p. 4)

Esta carta aborda a questão do amálgama cultural que forma a paisagem nas Américas, a relação da natureza com os povos originários, os povos colonizadores e com as sociedades contemporâneas. A mescla entre povos nativos e conquistadores definiram extraordinárias paisagens culturais urbanas e rurais. A carta conclama ainda para:

O reconhecimento da fragilidade das paisagens como elementos da cultura e patrimônio não-renovável, não só de exemplares notáveis da arquitetura, assim também como da arquitetura e paisagem vernaculares, que testemunham formas de vida comunitária e a diversidade das culturas americanas (IFLA, 2018, p. 6)

Considerando a evolução dos conceitos de paisagem, entendo a paisagem como um sistema complexo e heterogêneo que deriva de interações ocorridas em diversos tempos e escalas, o que faz com que a paisagem esteja em constante transformação (IFLA, 2018, p. 6). Essa conceituação embasa o enfoque metodológico e norteia as análises para que elas não fiquem restritas a períodos temporais estáticos, mais que tenham uma abordagem multidimensional, interligando registros espaciais com registros históricos correlacionados. Essa abordagem busca trazer clareza aos processos que transformaram e continuam a transformar a paisagem de Barra de São João e seu reflexo na paisagem urbana.

2.2 Paisagem urbana e sua relação com o patrimônio cultural

A denominação paisagem urbana vai ser utilizada nessa pesquisa para entendimento do patrimônio cultural edificado e suas relações com a paisagem e o sistema de espaços livres. Optei por esse termo como um conceito operacional e não por oposição ao conceito de paisagem anteriormente visto. A intenção é uma aproximação de escala, para com isso atender os objetivos dessa dissertação.

A paisagem urbana deve ser entendida em sua amplitude e complexidade, pelo fato de se fazer presente na vida cotidiana, sendo suporte para o contínuo desenvolvimento da vida e da cultura de uma comunidade (CONSELHO EUROPA, 2000). Um dos elementos constituintes da

paisagem urbana é o patrimônio cultural edificado. Ele assume características dinâmicas de transformação e ao mesmo tempo é preservado em sua autenticidade para que possa ser transmitido as gerações futuras (KÜHL, 2008, 2012).

Na Recomendação da UNESCO sobre a Paisagem Histórica Urbana, datada de 2011, a paisagem urbana, adjetivada neste documento como histórica, é definida como:

a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de centro histórico ou de conjunto histórico para incluir o contexto urbano mais abrangente e a sua envolvente geográfica (UNESCO, 2011, p. 4).

Conforme esclarece o documento (UNESCO, 2011), este contexto mais abrangente inclui não apenas as características naturais do local, o ambiente construído, tanto histórico como contemporâneo, os espaços livres e os jardins, os padrões de ocupação do solo e de organização espacial, assim como todos os demais elementos da estrutura urbana, bem como as percepções e relações visuais, as práticas, os valores sociais e culturais, os processos econômicos e as dimensões imateriais do patrimônio.

De acordo com Beatriz Kühl (2008), o patrimônio é um tipo de suporte para memória do lugar e de uma comunidade, levando em consideração a característica intrínseca das sociedades que é a transformação, é materialmente impossível que tudo seja preservado, e se faz necessária a delimitação do que deve ser o patrimônio cultural passível de preservação. A autora define os motivos pelos quais o patrimônio cultural deve ser preservado:

Preserva-se, hoje, por razões de cunho: cultural – pelos aspectos formais, documentais, simbólicos e memoriais –; científico – pelo fato de os bens culturais serem portadores de conhecimento em vários campos do saber, abarcando tanto as humanidades quanto as ciências naturais –; e ético – por não se ter o direito de apagar os traços de gerações passadas e privar o presente e as gerações futuras da possibilidade de conhecimento de que esses bens são portadores e de seu papel como suporte da memória (KÜHL, 2012, p. 4).

Os critérios de preservação, como vimos na seção anterior a respeito da paisagem, já não se pautam pelo caráter de excepcionalidade de um monumento isolado. Para a preservação do patrimônio é importante

identificar como a edificação se articula com seu entorno, como ela é uma parte, mesmo que mais proeminente, que compõe toda paisagem urbana local. Castriota demonstra que temos que entender como os objetos se relacionam na cidade para permitir um bom desempenho do gregarismo próprio ao ambiente urbano (CASTRIOTA, 2009). A paisagem urbana possui uma ambiência, termo definido na recomendação de Nairobi de 1975 da seguinte forma:

Entende-se por ambiência dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais (UNESCO, 1975, p. 3).

A ambiência de uma paisagem urbana se consolida pelas transformações ao longo do tempo, que foram sobrepostas, como se fossem camadas. Esse acúmulo de sobreposições é denominado de “palimpsesto” (COSTA, 2015). Com as transformações sociais, essas ambiências também se transformam, e as camadas de transformações, ao serem sobrepostas, vão apagando as anteriores. A problemática que trago aqui é a velocidade dessas transformações devido as características socioeconômicas do tempo presente. Essa velocidade interrompe uma linha de continuidade histórica do ambiente, fazendo com que o trabalho pregresso seja perdido e a herança das sociedades anteriores desmantelada e apagada. Essa perda causa um deslocamento do indivíduo em relação a sua história, conforme apontado por Hall (2004).

A declaração de Amsterdam de 1975 traz a preservação da continuidade histórica do ambiente como um meio dos indivíduos preservarem e reencontrarem suas identidades, dando um sentimento de segurança e pertencimento face a um mundo em constante e acelerada transformação. A Declaração de Amsterdam argumentava ainda que a conservação do patrimônio arquitetônico não deveria ser considerada um problema marginal, mas estar integrada ao planejamento das áreas urbanas e ao planejamento físico territorial (UNESCO, 1975). E mencionava que uma política contínua de conservação exige uma abordagem integrada para reconhecimento da cultura local, que só pode ser feito com a participação da população no planejamento, inclusive nas tomadas de decisões (UNESCO, 1975). A declaração também estabeleceu princípios para a conservação integrada que deve ser basear não só pelos valores culturais, mas também pelos valores de uso, o que envolve intervenção pelo poder público no mercado imobiliário afim de assegurar a diversidade social. A

salvaguarda da paisagem urbana se faz importante para que as comunidades e indivíduos tenham seu local no mundo:

A presença física de bens de outras épocas, transformados pelo tempo, introjeta a noção de que outros existiram antes, e que as coisas legadas por eles, e pelo presente, perduram, facilitando a percepção do tempo na longa duração, ancorando as comunidades no próprio presente, oferecendo, assim, meios mais amplos para sua compreensão, e, também, parâmetros para projetar o futuro (KÜHL, 2012, p. 5).

A preservação também é um ato necessário à expressão e consolidação da cidadania, conforme indicado na carta de Petrópolis de 1987, a qual indica que a preservação dos conjuntos urbanos patrimoniais deve atuar como um meio de reapropriação política do espaço público pelos cidadãos, para incremento de sua qualidade de vida através do patrimônio (IPHAN, 1987). A preservação do patrimônio cultural deve englobar a diversidade cultural, propiciando que diversos grupos tenham sua expressão cultural respeitada e garantida (IPHAN, 1987). A Convenção Sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais define diversidade cultural como a multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão (UNESCO, 2003).

A preservação do patrimônio cultural e da paisagem urbana assume papel crucial no desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva de sustentabilidade ganha importância com o avanço científico e os estudos que mostram o quadro de mudanças climáticas e seus efeitos na vida das pessoas. O entendimento do patrimônio como um recurso não renovável (UNESCO, 2011) faz com que ele deva ser incluído nas políticas de planejamento e desenvolvimento sustentável. Assim afirma a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana (2011):

O princípio de desenvolvimento sustentável implica a preservação dos recursos existentes, sendo a proteção ativa do patrimônio urbano e a sua gestão sustentável uma condição *sine qua non* de desenvolvimento (UNESCO, 2011, p. 3).

Considerar que o desenvolvimento sustentável inclui a salvaguarda do patrimônio e entendimento do patrimônio cultural e da cidade como um organismo vivo, significa que a mudança do entorno das edificações, da paisagem urbana e das áreas de valor patrimonial deve ser gerida de forma integrada (UNESCO, 2011).

Assim é evidente a noção de que a mudança faz parte da vida das paisagens urbanas, mas precisa ser bem orientada e estudada. A paisagem urbana

deve ser mantida viva, dentro dos limites impostos pela necessidade de preservação de suas características e manutenção de sua autenticidade. Esses conceitos são consolidados e amadurecidos no documento: Princípios de La Valletta a respeito da Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (UNESCO, 2011) que trata da preservação do patrimônio cultural como base para o planejamento urbano. A preservação deve considerar o espírito do lugar, que é definido como sendo o conjunto dos aspectos tangíveis e intangíveis, físicos e espirituais que conferem à paisagem a sua identidade, significado, emoção e mistério específicos. (UNESCO, 2011). A gestão da mudança é uma oportunidade de melhorar a qualidade ambiental das paisagens urbanas históricas e promover o desenvolvimento sustentável, com base nas características pré-existentes, respeitando o contexto ecológico, a qualidade do ar, água e do solo. Preservando padrões urbanos definidos pelo traçado dos arruamentos, os lotes, os espaços verdes e as relações entre edifícios e espaços livres (UNESCO, 2011).

O documento de La Valletta ressalta que devem ser preservados as várias funções que a área urbana adquiriu ao longo do tempo, incluindo o tecido social em sua diversidade (UNESCO, 2011). O documento afasta a ideia de retorno a um passado idealizado, privilegiando determinados períodos em detrimento de outros. A preservação deve partir do que existe no tempo presente na paisagem urbana. A mudança de elementos e inserção de novos deve ser planejada cuidadosamente e, segundo a Carta de Burra (ICOMOS, 2013), toda mudança deve visar a retenção da significância cultural do lugar. Para que a mudança esteja consonante com o espírito do lugar é necessária uma interpretação apropriada definida pela carta de Burra como um ato de interpretação do local:

A significância cultural de muitos lugares não é aparente de imediato e deveria ser explicada pela interpretação. A interpretação deve melhorar a compreensão, o engajamento e ser culturalmente apropriada³ (ICOMOS, 2013, p. 2, tradução do autor).

³ The cultural significance of many places is not readily apparent and should be explained by interpretation. Interpretation should enhance understanding and engagement and be culturally appropriate.

A interpretação do patrimônio deve guiar a mudança na paisagem urbana e a inserção de novos elementos construídos, fugindo de soluções que configurem falsos históricos e que não comprometam a ambiência (ICOMOS, 2013). O conceito de paisagem urbana agrega para essa dissertação a premissa da ambiência existente como balizadora da vida das comunidades que habitam as cidades e aponta um caminho para o futuro delas (UNESCO, 2011). Utilizando essa conceituação, o patrimônio cultural presente no sítio de Barra de São João foi investigado em toda sua complexidade, identificando e relacionando as diferentes manifestações patrimoniais, não somente as institucionalmente protegidas, com um olhar para uma maior diversidade patrimonial, para o desenvolvimento sustentável, como indissociável da preservação da paisagem urbana e do patrimônio cultural, visto que o patrimônio, se negligenciado ou desvalorizado, é um recurso não renovável.

2.3 Espaços Livres

O espaço livre é qualquer espaço livre de edificações (MAGNOLI, 1982), o que inclui ruas, praças, parques, praias, quintais e todos os demais tipos, independente se são de caráter público ou privado. Esses espaços se organizam em forma de sistema e estão conectados entre si, principalmente os espaços livres públicos. Silvio Macedo, explica que a conexão física é apenas uma das inúmeras formas de relações entre os espaços livres (MACEDO, 2018). O sistema de espaços livres é elemento da forma urbana, parte fundamental da paisagem urbana e esses espaços desempenham diversas funções na vida cotidiana, sendo apropriados de diversas maneiras pela sociedade. Planejados ou não, esses espaços livres se adequam ao meio físico no qual estão inseridos, como no caso de Barra de São João, onde o rio influenciou a forma de alguns espaços livres. A forma e a distribuição espacial dos espaços são resultado das dinâmicas e complexas relações entre ambiente construído e natural, fazendo com que cada núcleo urbano tenha espaços livres com formas espaciais específicas ao seu contexto. A partir dessa ligação intrínseca ao contexto e as especificidades locais é possível se utilizar dos espaços livres urbanos para fazer uma leitura museográfica do espaço urbano, como afirma Vera Tangari:

Com base na identificação dos diversos tipos de espaços livres e de sua distribuição no meio urbano, do grau de interrupção do continuum edificado e do nível de vinculação entre esse continuum e os espaços não edificados, é possível delinear o ritmo de conformação da paisagem de uma cidade, ou de parte

dela, e o grau de adequabilidade existente dessa paisagem ao perfil de urbanização (TÂNGARI, 2005, p.5)

O sistema de espaços livres é constituído de camadas adicionadas ao longo do tempo, e sua formação deve ser compreendida a partir da história, da sua transformação pelos agentes sociais, e do seu suporte natural. Essas camadas de espaços livres adicionados ou subtraídos se manifestam no tempo presente de forma heterogênea (SCHLEE, 2011), pois cada tempo histórico contribuiu conforme as suas características técnicas e sociais.

Os espaços livres públicos, principalmente ruas e praças, tendem a uma estabilidade em sua forma ao longo do tempo (CASARLADE, 2010), sendo um meio de suporte para a memória e sensação de pertencimento de uma comunidade. Flávio Casarlade explora o conceito de *Stabilitas Locci*, que é aquilo que se mantém através das épocas, através da história agindo como um referencial durante gerações (CASARLADE, 2010). Identifico a configuração, localização e as características dos sistemas de espaços livres como sendo relativamente estáveis na paisagem urbana de Barra, representando uma parte importante do *stabilitas locci*.

Com base nos conceitos apresentados, tratarei os espaços livres de Barra de São João como sendo qualquer espaço livre de edificação, separando-os nas categorias de espaços livres públicos e Privados. Para alcançar os objetivos propostos na dissertação foram analisados os espaços livres na escala da paisagem urbana. Esse estudo dos espaços permitiu identificar as camadas temporais sobrepostas, a relação dessas camadas com o patrimônio edificado e com a paisagem natural. O quadro a seguir sintetiza os principais conceitos presentes nas cartas patrimoniais e recomendações da UNESCO relativos à paisagem e sua salvaguarda.

Quadro 2: Síntese Conceitos			
Documento	Assunto	Ano	Abordagem Conceitual
Recomendação de Paris	Paisagens e Sítios	1962	A salvaguarda não deveria limitar-se as paisagens naturais, mas estender-se também as paisagens e sítios cuja formação se deve, em todo ou parte a ação humana.
Convenção para a proteção do patrimônio Mundial Cultural e Natural	Monumentos, e Locais de interesse	1972	Patrimônio natural e construído como sendo bens de valor universal e excepcional do ponto de vista estético/científico e propõe organização para a cooperação internacional para a salvaguarda do patrimônio.
Declaração de Amsterdã	Patrimônio arquitetônico europeu	1975	Continuidade histórica do ambiente como forma das pessoas preservarem e encontrarem suas identidades, novos usos de edificações patrimoniais para atender demandas contemporâneas. Usa o conceito de conservação integrada para preservar o patrimônio, com participação da comunidade local na tomada de decisões, e integração dos valores culturais com os valores de uso.
Recomendação de Nairobi	Conjuntos Históricos	1976	Dever-se-ia considerar que os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência constituem um patrimônio universal insubstituível.
Carta de Petrópolis	Sítios Históricos	1986	Sítio histórico urbano como o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Sítio histórico urbano entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico.
Recomendação Europa	Conservação integrada Paisagens	1995	Paisagem como a expressão formal determinada por uma sociedade e um território topograficamente definidos, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.
Convenção Europeia da paisagem	Paisagens	2000	Paisagem como elemento importante para a qualidade de vida das populações sendo elemento chave no bem-estar individual e coletivo.
Convenção sobre proteção e promoção da diversidade das expressões culturais	Patrimônio imaterial	2006	Diversidade cultural significando à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão.
Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana	Paisagem	2011	Patrimônio urbano como um recurso social, cultural e económico para a humanidade, definido por uma estratificação histórica de valores que foram produzidos por culturas sucessivas e contemporâneas e por uma acumulação de tradições e de experiências, reconhecidas como tal na sua diversidade.

Quadro Síntese 2			
Documento	Assunto	Ano	Abordagem
Princípios de La Valletta	Salvaguarda e gestão de conjuntos	2011	Princípios e estratégias destinam-se a salvaguardar os valores de cidades históricas e as suas configurações, bem como a sua integração na vida social, cultural e económica dos nossos tempos
Carta de Burra	Salvaguarda e gestão de conjuntos	2013	O objetivo da conservação do património é reter a significância do lugar.
Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento Sustentável	2015	Listagem de objetivos para superar as deficiências e desigualdades entre as sociedades
Nova Agenda Urbana	Desenvolvimento Sustentável	2016	Novos paradigmas para o desenvolvimento e planeamento urbano centrado nas pessoas e comunidades
Carta da paisagem das Américas	Paisagem	2018	Divide a paisagem em estratos: Natureza, cosmovisão (aspecto metafísico da paisagem dos povos originários), cultura, ética e americanidade como identidade.

Capítulo 2

Metodologia e referências

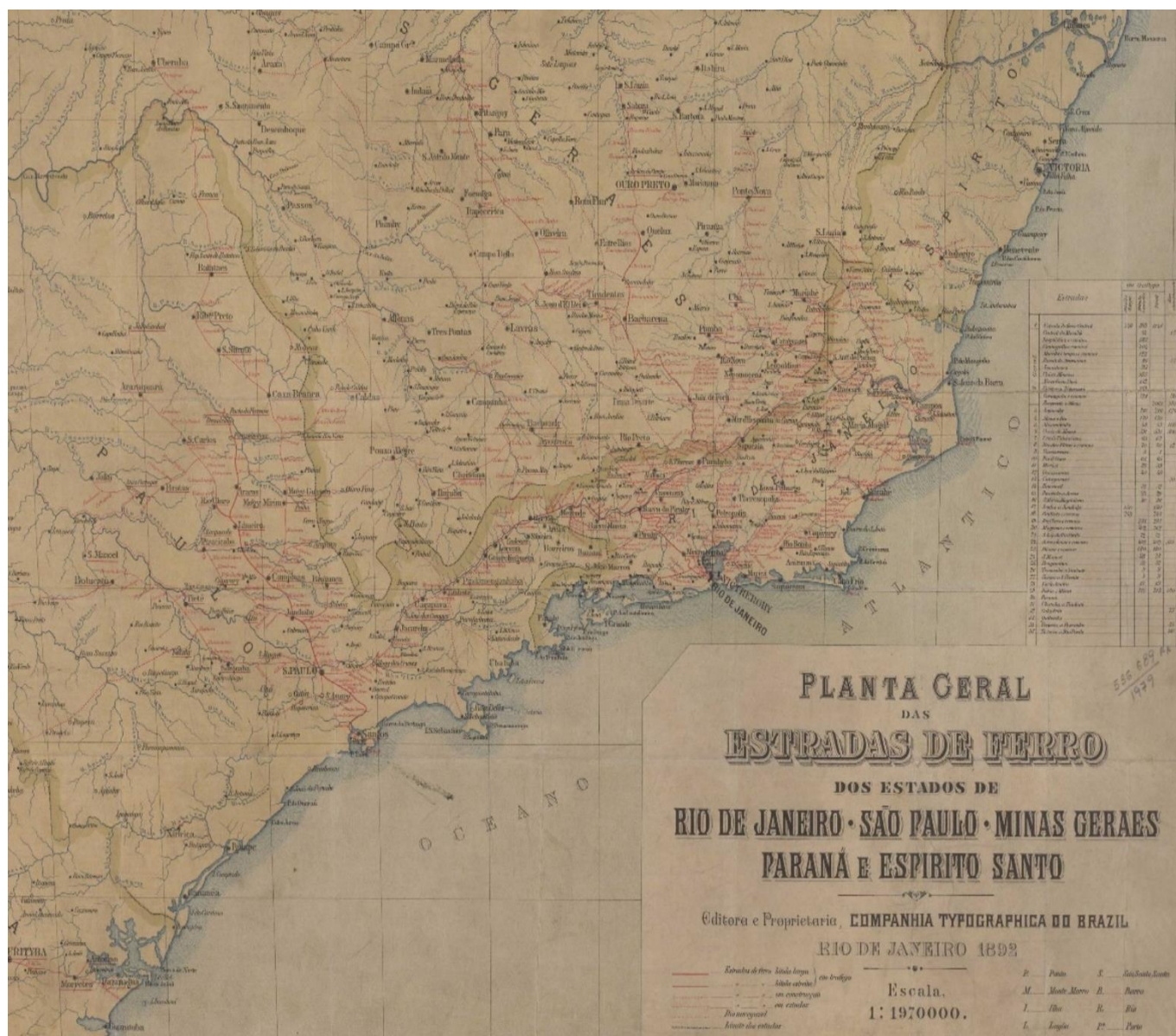


Figura 16:
Planta geral das estradas de ferro, Rio de Janeiro 1892. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

A abordagem metodológica aplicada nessa dissertação teve como objetivo utilizar de técnicas e métodos para entender a formação da paisagem e forma urbana de Barra de São João para embasar uma intervenção projetual e legislativa.

Priorizei realizar análises que correlacionam a morfologia da paisagem urbana atual com os processos históricos e o suporte natural, elementos que formaram a paisagem atual, com vias de fornecer subsídios para o projeto de intervenção nos espaços livres. Para isso optei por fazer análises em escalas diferentes, porém complementares, estruturadas em dois eixos:

- Suporte Biofísico
- Paisagem urbana e sistema de espaços livres

Para realizar as análises utilizei revisão bibliográfica para a definição das conceituações teóricas e de fontes bibliográficas, documentais, visitas de campo para um mapeamento temático. Nas análises elaboradas, enfatizei as relações de interdependência e as singularidades do patrimônio cultural, paisagem urbana e sistema de espaços livres urbanos locais. As análises contribuíram para o entendimento da estrutura, das funções, dos padrões e dos usos que têm lugar na paisagem urbana de Barra. Os resultados das análises também apontaram processos, relações, contradições e posturas conflitantes com a preservação do patrimônio cultural e da paisagem urbana. Nessa pesquisa, partindo dos resultados obtidos nas análises morfológicas e da dinâmica da paisagem, identifiquei quais espaços livres são passíveis de intervenção projetual para contribuir com a salvaguarda da paisagem urbana de Barra de São João.

A metodologia para análise de paisagens históricas proposta pela Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana (BANDARIN AND VAN OERS, 2012) é composta de seis etapas sucessivas que incluem 1. Elaborar diagnóstico e mapeamento da paisagem e dos recursos disponíveis; 2. Definir valores e atributos através da escuta e do planejamento participativo; 3. Identificar vulnerabilidades; 4. Definir estratégias e ações e integrá-las à política de desenvolvimento urbano; 5. Priorizar e monitorar as ações e 6. Estabelecer parcerias com diferentes atores para a coordenação e gestão colaborativa de ações e recursos.

O presente estudo foca e detalha o item 1, que foi adaptado para incorporar e desenvolver uma metodologia para análise da morfologia da paisagem a partir, principalmente, de autores brasileiros.

Uma das referências pesquisadas foi o Projeto Orla (MMA, 2006), cuja metodologia foi desenvolvida e replicada em diversas cidades pelo Grupo de Pesquisas QUAPA-SEL, quando coordenado pelo Prof. Dr. Silvio Soares Macedo, envolvendo a identificação de unidades paisagísticas, das formas de urbanização e dos tipos de cobertura vegetal existentes, dos problemas socioambientais e de tendências e cenários possíveis. As etapas da pesquisa e os instrumentos utilizados são descritos a seguir.

2.1. Levantamento cartográfico e bibliográfico para análise do suporte biofísico

No caso de Barra de São João, utilizei uma visão sistêmica para entendimento de seus padrões espaciais e suas relações de causa e efeito sobre a formação urbana e os padrões de paisagem observados. Análises foram feitas em diferentes escalas, seguiram os métodos demonstrados por Mônica Schlee em sua tese de doutorado (SCHLEE, 2011). Segundo esses métodos as paisagens possuem três propriedades principais que são:

- 1. Estrutura** – configuração, distribuição e relações espaciais entre os diferentes elementos que a compõem;
- 2. Função** – interações, fluxos e trocas entre esses elementos;
- 3. Dinâmica** – transformações na estrutura e nas funções das paisagens ao longo do tempo.

Para a leitura das propriedades do suporte biofísico foram utilizadas como principal fonte de informações imagens de satélite dos anos de 2022 e 2023 fornecidas pelas plataformas do *Google Maps* e do *Bing Maps*. Para a análise da cobertura presente do solo foram utilizados os dados pelo ICMBio em suas plataformas digitais (ICMBio, 2008) e para identificação do antigo curso do rio São João foi utilizado o mapa (Figura 19) do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) elaborado em 1973, onde é possível ver o projeto de retificação e drenagem da bacia do rio São João. O mapa se encontra disponível no acervo digital do Arquivo Nacional. Com o auxílio das ferramentas de representação digital *Autocad* e *Photoshop* as imagens de satélite e os dados do ICMBio foram sobrepostas ao mapa do DNOS e foi então gerado o mapa síntese do suporte biofísico (Mapa 1)

Com as análises críticas do suporte biofísico busquei demonstrar que a paisagem, como afirma Mônica Schlee é resultado de fatores relacionados ao processo de ocupação do território urbano, sua configuração espacial e estrutura, padrões e tipos em uma perspectiva histórica (SCHLEE, 2011).

2.2. Revisão bibliográfica dos processos de ocupação e formação do patrimônio cultural local

A análise do processo histórico de desenvolvimento urbano possibilita uma perspectiva dinâmica e considera o sistema viário, os usos do solo e a disposição das edificações como elementos definidores do tecido urbano que é permeado por um sistema de espaços livres públicos e Privados. Para entender e esclarecer as transformações históricas na paisagem urbana foi necessário trazer um contexto histórico de ocupação do território de Barra de São João para entender seu reflexo na forma urbana e paisagem urbana.

Os principais dados que fundamentaram a elaboração do contexto histórico surgiram da revisão bibliográfica dos livros: **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**, da Hebe Mattos (MATTOS, 2019), e **O Homem e a Restinga**, de Alberto Lamego (LAMEGO, 1940). . Dados dos processos recentes foram obtidos da publicação **Economia petrolífera na bacia de campos e reestruturação do espaço regional: uma análise sob a ótica da divisão territorial do trabalho**, da Denise Terra (TERRA, 2003). Dados complementares foram obtidos de relatos de viajantes, publicações oficiais e doutras publicações científicas.

2.3. Levantamento cartográfico, fotográfico e documental para síntese dos processos e seus rebatimentos na forma urbana e no sistema de espaços livres

Para entender a formação dos espaços livres, as suas especificidades e determinar quais os espaços mais adequados para intervenção, optei por fazer análises morfológicas divididas em dois momentos: A morfogênese e estrutura da paisagem urbana e o processo tipo-morfológico observado nessa paisagem, conforme a metodologia proposta por Stael Costa (2015). Em um primeiro momento, analisei o plano urbano, o tecido urbano e os usos e ocupações do solo urbano. Costa (2015) explica as três categorias que utilizei como base da investigação morfológica:

- O plano urbano: o sistema viário e o padrão de parcelamento do solo associado.
- O tecido urbano: as quadras e lotes com os tipos edifícios semelhantes.

- O padrão de uso e ocupação: tanto do solo como das edificações.

Ao longo dos tempos analisados as maiores alterações se deram nos usos, que transformaram o tecido urbano. Os elementos do plano urbano, principalmente o sistema de espaços livres públicos, apresentam uma tendência maior de permanência no tempo devido a sua escala e a interferência econômica e social (COSTA, 2015). A variável tempo esteve presente nas análises, já que as formas urbanas observáveis possuem características que são relativas ao contexto histórico e social na qual foram concebidas e executadas.

Com o auxílio das ferramentas de representação digital *Autocad* e *Photoshop* fontes cartográficas históricas foram sobrepostas para identificar padrões de ocupação que permaneceram, ou não, ao longo do tempo. síntese **Formação e rotas de Barra de São João** (Mapa 3) foi elaborada tendo como base nos dados observáveis na carta da capitania do Rio de Janeiro em 1767 (LEÃO, 1767), e em revisões bibliográficas a cerca das formas de ocupação urbana características da ocupação portuguesa nesse período. A síntese **Emancipação político-administrativa: A Vila de Barra de S. João** (Mapa 4) foi elaborada com os dados presentes na Carta Chorográfica da província do Rio de Janeiro de 1857 (BELLEGARDE, 1863). Nessa carta existe um plano de arruamento e as edificações existentes na então vila de Barra de São João. A síntese **Estagnação Econômica e seu rebatimento no território** (Mapa 5) teve como base cartográfica um mapa de Barra de São João em 1953 (Figura33) autoria desconhecida que se encontra no acervo digital do Arquivo Nacional. Nele é possível observar basicamente a mesma forma urbana de 1857 e esse mapa também foi alimentado com fontes documentais sobre a ferrovia. Por fim o último mapa síntese a **Consolidação do transporte rodoviário e expansão urbana** (Mapa 6) tem como base de dados o mapa do IBGE de Barra de São João em 1963 (IBGE, 1963) e imagens de satélite dos anos de 2022 e 2023 fornecidas pelas plataformas do *Google Maps* e do *Bing Maps*.

A análise do processo tipo-morfológico visa a interpretação dos tipos edifícios que compõe a paisagem urbana, ou parte dela (COSTA, 2015). Esses elementos foram separados em tipos básicos, representados pelas residências e os especializados, que têm funções específicas e se distinguem no tecido urbano por sua forma. Feito isso, foi identificado o tipo mais representativo para concentrar a análise. A identificação dos tipos tem como objetivo identificar as partes que formam o sistema da paisagem

urbana e sua relação com o sistema de espaços livres. Esse tipo de análise proporciona subsídios para entender a forma urbana e quais intervenções precisam ser feitas para salvaguardar essa paisagem. Os dados para as análises tipo-morfológicas foram obtidos nas visitas de campo realizadas em 2021, 2022 e 2023 bem como o uso da ferramenta *Google Street View*. As características arquitetônicas observadas nas fachadas das edificações foram correlacionadas com a revisão bibliográfica de conceitos consolidados a respeito da arquitetura brasileira, presentes no livro: **Quadro da arquitetura no Brasil** de Nestor Reis Filho para a elaboração do quadro síntese da análise tipo morfológica (Quadro 4). Para identificação dos espaços livres, na sua forma passada e presente, foram realizadas visitas de campo e análises de fotografias históricas presentes nos acervos digitais do Museu Casa Casimiro de Abreu, IBGE e Arquivo Nacional. Esses dados foram inseridos nos mapas gerados anteriormente e com isso foi gerado o mapa síntese do sistema de espaços livres (Mapa 7).

2.4. Mapeamento da legislação urbana e revisão de referencial projetual

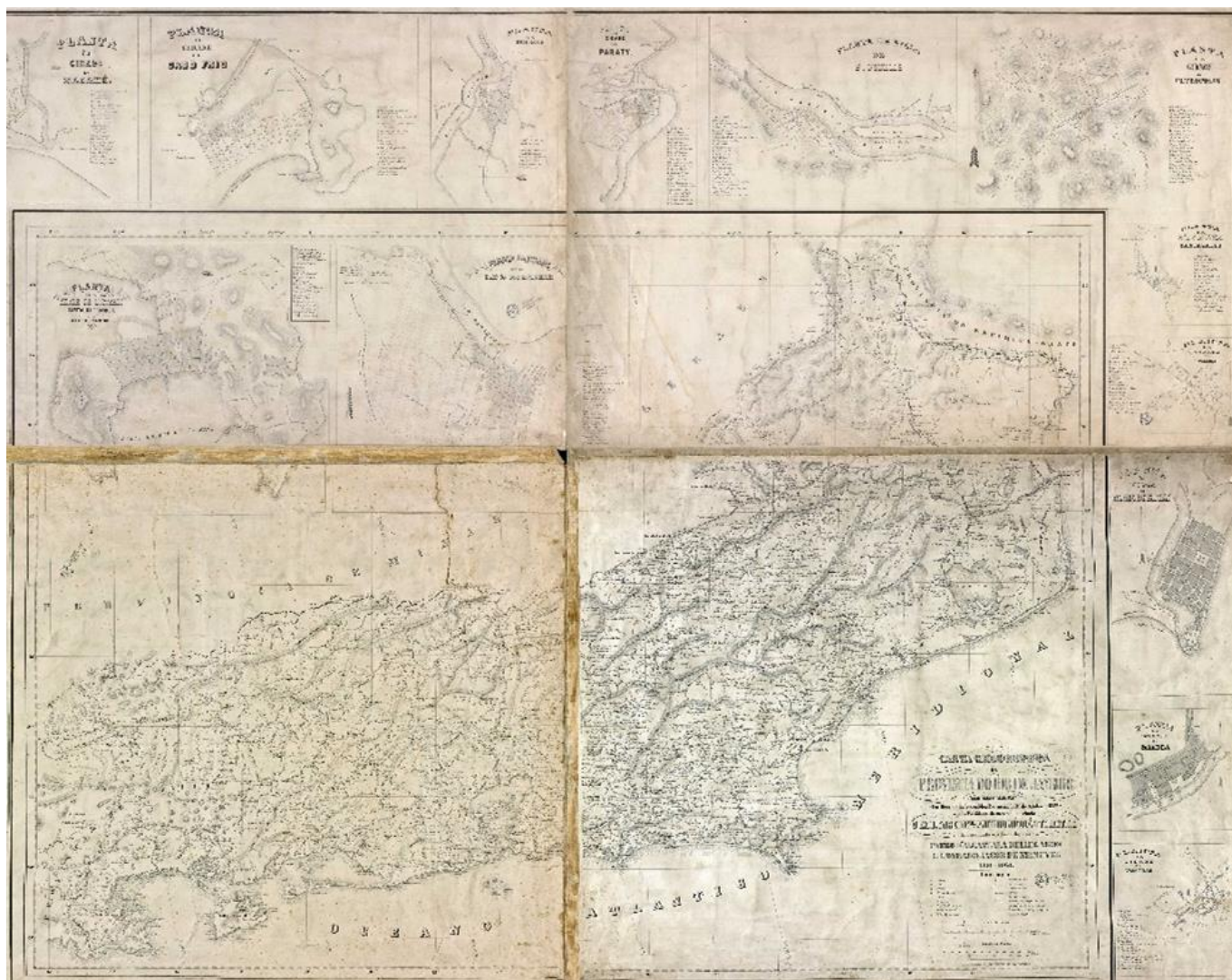
Foi feito um levantamento de toda a legislação municipal de Casimiro de Abreu que abrange o distrito de Barra de São João para identificar leis que tivessem impacto na paisagem urbana. Com base na lei Nº 1762/2016, que trata o uso e ocupação do solo, e com o auxílio das ferramentas gráficas *Autocad*, *Sketchup* e *Photoshop* foi elaborado um mapa com o zoneamento urbano vigente e foram simulados cenários, como o da figura 60, onde foi possível fazer uma análise do impacto da aplicação dos índices construtivos permitidos na paisagem urbana e na sua relação com o patrimônio edificado. A lei também trás incentivos econômicos para edificação de determinados estilos arquitetônicos, o impacto desse incentivo também foi analisado criticamente através de comparações fotográficas.

Utilizando de repositórios digitais de projetos, principalmente as páginas *Archdaily* e *Divisare*, foi feita uma varredura buscando projetos de intervenção em espaços livres que possuíssem respostas projetuais a problemas semelhantes aos identificados através das análises em Barra de São João para que servissem de referência e inspiração para a intervenção projetual no sistema de espaços livres.

Para desenvolver o anteprojeto para o sistema de espaços livres públicos t/ambém foram importantes as referências de metodologias projetuais oriundas do livro “Uma Linguagem de Padrões”, de Christopher Alexander. O autor explora a riqueza das conexões possíveis entre parâmetros de projeto, apresentando uma possível, e não única linguagem (ALEXANDER, 2012). O caráter propositivo dos parâmetros de projeto presentes no livro orientam a solução de um problema como um todo, sem lhe modificar a natureza (ALEXANDER, 2012). Essa metodologia dos parâmetros projetuais consiste na descrição de um problema que ocorre diversas vezes em nosso ambiente e descreve o ponto central da sua solução (ALEXANDER, 2012). Assim, ao utilizar um padrão, o autor argumenta que ele possibilita usar a mesma solução diversas vezes, sem jamais repeti-la (ALEXANDER, 2012).

Figura 17:

Carta chorographica da província do Rio de Janeiro em 1857, onde consta planta urbana da então Vila de Barra de São João. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.



Capítulo 3

Análises morfológicas e da dinâmica urbana



Figura 18:

Recorte de carta da capitania do Rio de Janeiro em 1777. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

Este capítulo demonstra os processos naturais e de ocupação humana que formaram e caracterizam a paisagem urbana de Barra de São João. Buscou-se compreender a situação atual da paisagem urbana e suas diversas relações: sua relação com o suporte biofísico, sua relação com a história e com os processos econômicos.

3.1 Suporte físico-ambiental – Bacia do São João

A bacia do rio São João está situada no bioma da mata atlântica (ICMBio, 2008) e sua paisagem vem sofrendo muitas modificações desde o século XVIII com a intensificação da ocupação europeia (MATTOS, 2019), culminando com uma série de obras de represamento e retificações do canal do rio São João e de seus afluentes a partir anos 1950 (INEA, 2017).

Composta de planícies fluviais, planícies fluviomarinhas, morros e serra, a bacia perdeu parte de sua cobertura vegetal original de Mata Atlântica (ICMBio, 2008). Dados do ICMBio referentes ao ano de 2008 mostram que a vegetação de Mata Atlântica existente na bacia corresponde a 55,9% da cobertura do solo³ (ICMBio, 2008), com uma maior concentração nas bordas da bacia onde estão as serras de maior altitude e relevo mais íngreme, o que dificulta seu uso para agricultura. A perda e destruição dos habitats naturais se tornou mais intensa a partir dos anos 1950 quando o DNOS, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, retificou parte do rio São João e seus afluentes para provocar o secamento dos brejos visando aumentar a área apta a cultivo agrícola e melhorar as questões de saúde da região, periodicamente assolada por epidemias como a da febre amarela (BERNARDES, 1957). Esse processo de drenagem e retificação provocou uma rápida alteração na paisagem que anteriormente a esse processo era uma grande região pantanosa como descreve Bernardes:

Na Bacia do rio São João os brejos têm maior desenvolvimento, perdendo-se de vista até o sopé da serra, por mais de 50km ao longo de seu curso e toda esta zona pantanosa está relacionada, em sua origem, à construção de uma faixa de restingas, que barrando os cursos d'água, inundou vastas áreas no interior. (BERNARDES, 1957, p. 27)

As modificações no canal principal e afluentes também geraram perdas na cobertura das matas ciliares, dos mangues e o desaparecimento das florestas de várzeas (BARROS, 2007). O reflexo disso é 31,35% das terras da bacia são ocupadas por pastagens, ou seja, sem a cobertura vegetal nativa da região (ICMBio, 2008).

Todo esse perfil de degradação da cobertura vegetal da bacia, segundo Rodrigo dos Santos, evidencia:

³O restante da cobertura do solo é composta de: 31,35% de Pastagens, 3,97% de áreas agrícolas, 5,63% de brejos e corpos d'água, 1,73% de área urbana e 1,42% de outros usos (ICMBio, 2008)

Um elevado potencial de modificação nos processos fluviais, principalmente os relacionados à geração de sedimentos e pressão sobre os canais, uma vez que praticamente a totalidade dos vales fluviais não possuem mais cobertura vegetal, tornando os seus solos mais propensos a erosão. (SANTOS, 2019, p. 67)

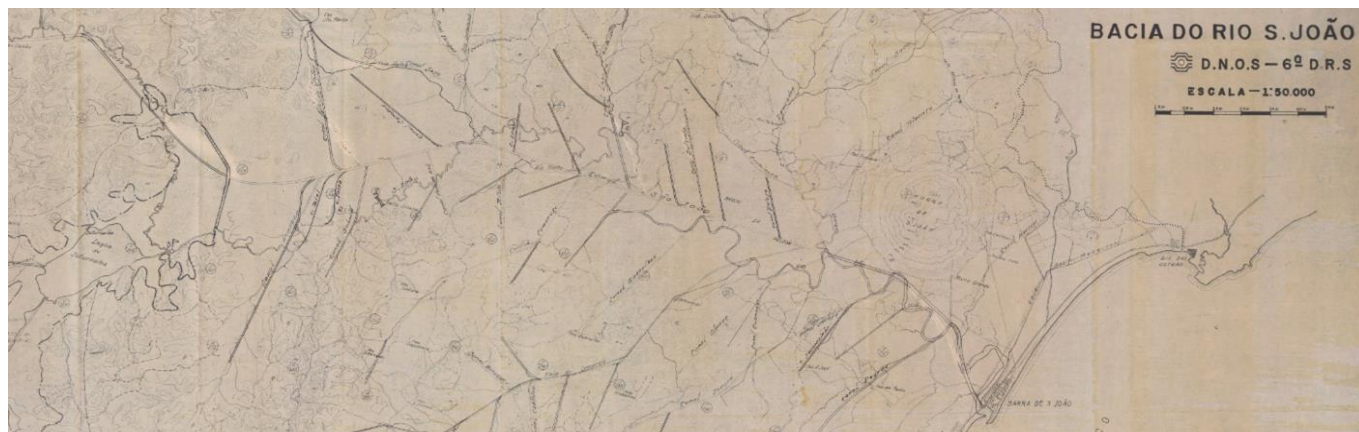
A drenagem dos brejos causou assim o empobrecimento do solo tornando essas terras praticamente inúteis à agricultura comercial (WASSERMAN, 2003). A retificação foi finalizada na década de 1980 e não foi feita conforme os planos iniciais do DNOS (Figura 19), que previa a retificação de todo o canal do rio São João. O trecho próximo ao núcleo urbano de Barra não foi retificado, mantendo a sua sinuosidade natural. Com a retificação, o rio possui atualmente dois canais: o original e o retificado.

Figura 19: Recorte do projeto de retificação e drenagem da bacia do São João pelo DNOS. Fonte: Acervo Arquivo Nacional, 1973

Figura 20: Morro São João visto da rua Bernardo Gomes. Acervo do autor, 2021

Figura 21: Rio São João visto da rua Bernardo Gomes. Acervo do autor, 2021

Por ser uma planície extremamente plana, o índice de sinuosidade é extremamente elevado, o que é coerente com a baixa declividade do canal principal, muito próxima de zero (WASSERMAN, 2003). Essa baixa declividade faz com que haja uma variação na altura da lâmina d'água, que varia conforme as marés, fenômeno muito visível nas áreas mais próximas do estuário. Junto ao núcleo urbano a mata ciliar é composta de vegetação de manguezais.



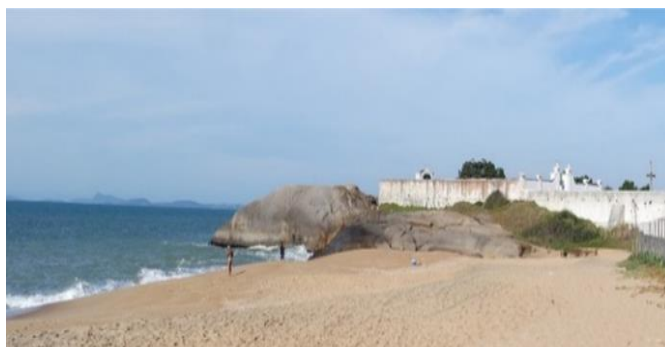
O núcleo urbano de Barra de São João se encontra na desembocadura do rio, em uma faixa de terra delimitada por uma curva do rio e pelo mar. Como as cristas e escarpas da serra se encontram muito distantes da costa, na paisagem o que se destaca é o morro São João (Figura 20), um maciço em formato cônico assemelhado a um vulcão extinto, que tem 806m de altura (BERNARDES, 1957) localizado na margem esquerda do rio, à cerca de 6km do núcleo urbano de Barra de São João. O morro se encontra recoberto pela floresta Atlântica e em seu entorno, no baixo curso do rio a planície alagável, a vegetação originalmente encontrada era a turfa (BERNARDES, 1957).

Visível das ruas e praças, o morro é um ponto de referência fundamental na paisagem urbana local. Sua presença faz parte do cotidiano e imaginário da comunidade, que constantemente o identifica como sendo um vulcão inativo, embora geologicamente não o seja. Oposto ao rio e ao morro está o mar, onde desemboca o rio, e suas praias, que são importantes espaços livres de lazer da comunidade local. Junto à foz do rio, na entrada do estuário há dois promontórios de pedra (Figuras 22 e 23), sobre um deles foi erguida a capela e cemitério de São João Batista, que serviu de base para a nomenclatura dos elementos naturais pelos portugueses. Esses promontórios graníticos se elevam em relação ao núcleo urbano, que é plano, servindo assim de pontos de referência e mirantes. São cobertos por uma vegetação de restinga, vegetação espinhenta de cactos e bromélias, características de uma região de caatinga extra sertaneja como explica AB' SABER:

Figura 22: Vista do promontório na foz do rio e da prainha. Acervo do autor, 2021

Figura 23: Vista do praião com cemitério ao fundo. Acervo do autor, 2021

Espinheiros das caatingas se fixam em pequenos setores rochosos [...] de rochas graníticas ou similares. Em condições ecológicas de suporte ecológico [...] permanecem miniredutos ou mesoredutos de cactáceas e bromélias. O mais expressivo desses redutos localiza-se no litoral do Rio de Janeiro, entre Macaé e Cabo-Frio, constituindo-se no único grande reduto de caatingas extra-sertanejas de todo o país. (AB' SABER, 2003, p.56)



Existem duas praias congruentes ao núcleo urbano: a Prainha (Figura 22), que é uma praia fluvial formada pelo rio em sua última curva antes de suas águas se juntarem ao mar, possui águas calmas e fundo de areia fina e mais compactada. A outra praia é conhecida como Praião (Figura 23), uma praia de água salina com forte arrebentação e de grande extensão, com larga faixa de areia grossa e fofa, com vegetação de restinga em suas bordas junto ao continente. Sistematizando as características da paisagem da parte baixa da bacia do rio São João, próxima a sua foz, é possível identificar que:

1. Estrutura: Uma planície plana e alagável, com o rio São João e com uma única elevação de 800m, morro São João, que se destaca no relevo plano. Na estrutura se destacam também os promontórios de pedra junto à foz do rio, no litoral.

2. Função: As trocas e cooperações entre elementos se dão por intermédio dos cursos d'água da paisagem, principalmente o rio São João e pelos espaços livres, com destaque para a rodovia Amaral Peixoto. A função de conexão cabia ao rio desde o início da ocupação humana e era complementada pelos caminhos e estradas. O papel foi se invertendo ao longo do tempo, com o rio diminuindo gradualmente sua importância como conexão e as estradas assumindo cada vez mais essa função. Essa inversão se consolidou com a construção da rodovia Amaral Peixoto em 1963, que desde então é o principal elemento de conexão da localidade de Barra de São João com a região e a capital do estado.

3. Dinâmica: A partir dos anos 1950 a paisagem sofreu alterações profundas em seus corpos d'água o que acarretou mudanças na cobertura e uso do solo e no regime das águas. Houve alterações significativas também na economia, infraestrutura e conjunto edificado.

Figura 24: Morro São João visto da rua São João. Acervo do autor, 2021



Síntese do suporte físico-ambiental



Mapa 1: Síntese do suporte físico-ambiental em Barra de São João. Fonte: elaborado pelo autor, 2022.

Em 1801, Ipuca é assolada por frequentes epidemias de malária e é então transferida para a foz do rio, onde a população oferece a capela existente (Figura 26) para abrigar a paróquia e, a partir disso, firma-se a povoação nessa localidade. (MATTOS, 2009). Desde então não há registro da presença de povos autóctones na região da Barra de São João, esses foram provavelmente eliminados, expulsos para o interior do território ou assimilados à sociedade colonial que foi implantada. Inicialmente há uma fixação de colonos na bacia do rio e a implantação de lavouras de cana de açúcar, além de outras de gêneros alimentícios e a exploração da madeira (MATTOS, 2009). A inexistência de caminhos e estradas fazia das margens dos rios vias de comunicação natural (MATTOS, 2009). O rio São João era a principal via de comunicação e transporte de pessoas e mercadorias na região. Em 1813, o inglês John Luccock navega pelo rio em busca de terras para comprar e formar uma fazenda. Mesmo não encontrando o que procurava, ele deixa um relato da povoação de Barra de São João, que ele se refere como Vila de São João de Macahé:

Ela (a vila) contém cerca de 150 casas ordenadamente pintadas e embranquecidas, a maioria pequena e de um só piso, com algumas de tamanho maior e mais pretenciosas em um terreno elevado, próximo a barra do rio onde também, perto do cume, está a igreja e o mastro da bandeira. (LUCCOCK, 1820, p. 324, tradução do autor)

Luccock explica ainda que o porto é de pouco calado e que a bandeira funciona para sinalizar se a entrada na barra do rio é segura ou não, orientando os barcos no acesso ao porto e ao rio (LUCCOCK, 1820).

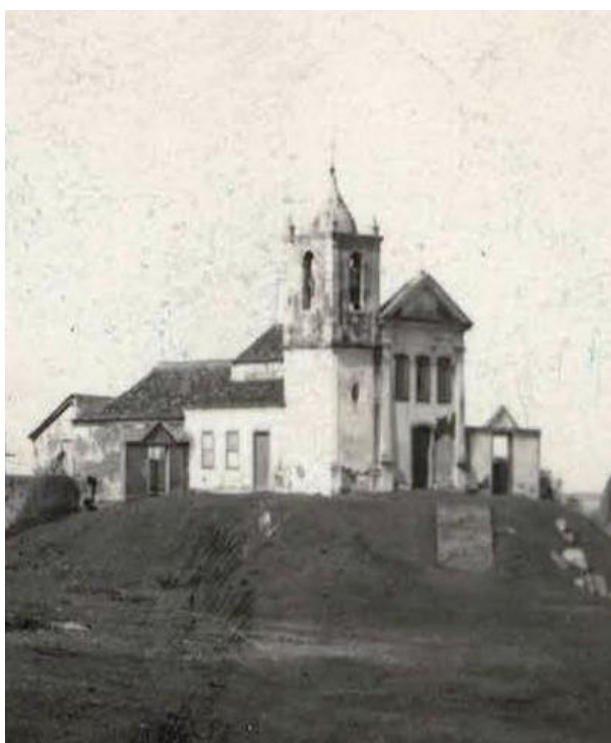


Figura 26: Vista da capela de São João Batista em 1973. Fonte: Fundo Correio da manhã Arquivo Nacional

A vila dependia de trocas comerciais para sua sobrevivência e apesar de próspera, a riqueza gerada não era muita (LAMEGO, 1946). A região era uma pequena zona produtora de café e mantimentos para o consumo interno da província, diferente das muito mais ricas regiões da província do Rio de Janeiro que produziam para a exportação, como era o caso do Vale do Paraíba com suas fazendas de café e os engenhos de açúcar do Norte fluminense (MATTOS, 2009). No relatório ao presidente da província de 1857 o porto de Barra de São João é listado como o 15º mais importante da província:

É bem importante este porto; possui 14 barcos à vela [...] que fazem constantemente viagens entre a capital e o porto. Sua exportação de produtos que recebe dos municípios de Macahé, Capivary e Cabo Frio no ano de 1856 foi de 277,932 arrobas de café, 44,436 alqueires de milho, 1579 de farinha, 3,176 de feijão, 26,569 dúzias de ripas, 4,986 dúzias de taboado, 190,000 telhas. Quando se concertar a estrada que vai a Correntezas, e se prestar o rio a mais fácil navegação, subirá o porto de importância. (BRASIL, 1857, p. 72)

Sem nenhum tipo de produção própria ou manufatura, a vila era economicamente dependente do seu porto (Figura 28). Sendo apenas um entreposto intermediário com os produtos ali comercializados não tendo de grande valor comercial, a arquitetura que se desenvolveu na cidade foi um Poucas eram as casas com mais de um pavimento. A maioria tinha assoalho de madeira e eram cobertas com telhas (MATTOS, 2009). De acordo com o censo de 1872, havia 8760 habitantes, escravos e livres, no município de Barra de São João (BRASIL, 1872) sem diferenciar, no entanto, quantos desses moravam na sede do município. A produção agrícola na Bacia do S.

Figura 28: Antigo trapiche, junto ao porto fluvial, hoje museu Casa Casimiro de Abreu. Fonte: Acervo Museu Casa Casimiro de Abreu, s/d.



João dependia do uso da mão de obra de pessoas negras escravizadas. Mattos afirma que mesmo nas menores unidades produtivas, até meados de 1860, registrava-se a presença de um ou dois escravos (MATTOS, 2009). Essa mão de obra cativa foi ficando cara devido a proibição do tráfico negreiro e junto com as dificuldades climáticas de se produzir café de qualidade comercial fez com que a economia local não conseguisse se expandir. Após a abolição da escravidão houve uma reorganização na economia que passou a utilizar mão de obra livre (MATTOS, 2009).

No final do século XIX, há o desenvolvimento das ferrovias que se expandem pela província (BRASIL, 1892), diminuindo a importância do Porto de Barra de São João. A Estrada de Ferro Niterói – Campos entra em operação, cruzando a bacia do rio (BRASIL, 1892). As funções de intermediação comercial, antes desempenhadas pelo porto de Barra, passam a ser feita pelas estações ferroviárias. O porto então deixa de ser competitivo como meio de transporte, visto que não foi adaptado para receber navios a vapor, de transporte mais rápido, e que o transporte ferroviário escoava a produção agrícola de uma maneira muito mais rápida (MATTOS, 2009). Porém, como mencionado anteriormente, a estação ferroviária não se localizou em Barra. Essas mudanças na dinâmica econômica fizeram com que a Vila de Barra de São João entrasse em declínio econômico, culminando na mudança da sede do município para o distrito de Indaiassu (BRASIL, 1901), onde havia uma estação ferroviária, no ano de 1901. É proveniente desse período a maioria do patrimônio cultural edificado de Barra de São João.

Figura 29: Vista do casario na rua Bernardo Gomes, atual biblioteca municipal. Fonte: Acervo Museu Casa Casimiro de Abreu, s/d.



Todos os bens materiais institucionalmente protegidos são desse período, assim como parte do traçado urbano e sistemas de espaços livres. É importante ressaltar que, intencionalmente ou não, não chegaram ao tempo presente manifestações arquitetônicas relativas aos povos escravizados, mesmo suas habitações, se perderam. No entanto, a memória do trabalho dessas pessoas permanece nas construções luso-brasileiras, já que devido às características da sociedade brasileira no século XIX, é possível concluir que as edificações que hoje são tombadas foram construídas por pessoas escravizadas e, como foi exposto anteriormente, o patrimônio cultural, a paisagem, é o resultado do trabalho dos diversos segmentos da população que os produziram.

Em 1925, o Município tem seu nome alterado para Casimiro de Abreu (BRASIL, 1925), em homenagem ao poeta homônimo, e Barra de São João passou a ser o 2º distrito de Casimiro de Abreu. A localidade perdeu toda a sua função de porto e entreposto comercial e a ferrovia não passou por Barra (IBGE, 1956). Em relatório do estado do Rio de Janeiro de 1930 fica evidente a extinção do porto: Esta rodovia (Casimiro de Abreu – Rio Dourado) presta relevantes serviços à Barra de São João, ligando-a à estação de Rio Dourado, da Leopoldina Railway. Nota Lamego em sua passagem pela cidade em 1944:

Quase reduzida a uma rua de casinhas decrépitas, singelas e humildes [...] Nada ali recorda o tráfego apreciável de seu rio fundo, a não ser o trapiche arruinado [...] De todos seus edifícios, um somente lembra a chegada do colonizador: A igreja de São João, no mais lindo dos promontórios de granito, na foz do rio” (LAMEGO, 1946, p. 103)

Figura 30: Vista do casario na rua Bernardo Gomes. Fonte: Acervo Museu Casa Casimiro de Abreu, s/d.



Barra de São João permanece sem grandes alterações em sua arquitetura e na morfologia da sua paisagem. Nos anos 1950, uma empresa ferroviária privada constrói a primeira ponte sobre o Rio São João e uma estação ferroviária, mas a empresa encerra as atividades antes mesmo de construir a linha férrea e abandona as edificações (RODRIGUEZ, 2004). A ponte ferroviária então serve como única travessia do rio até a construção da rodovia Amaral Peixoto em 1963 (IBGE, 1963) que corta a cidade ao meio e funciona como um novo vetor de desenvolvimento urbano. Nos anos 1970/80 ocorre o crescimento demográfico mais significativo (TERRA, 2003) e a sua transformação em um local de veraneio. No ano de 1978 surge a primeira lei municipal de proteção ao conjunto de casario edificado do século XIX (CASIMIRO DE ABREU, 1978). Para além do turismo e atividades relacionadas, a localidade, e toda a região, tem se configurado como região dormitório de trabalhadores desde a descoberta de petróleo na Bacia de Campos e instalação da base de exploração da Petrobras e demais empresas do setor petrolífero em Macaé em 1990 (TERRA, 2003). Desde então, principalmente a partir dos anos 2000, a região tem sido alvo da especulação imobiliária (TERRA, 2003), o que aumenta a pressão sobre o patrimônio histórico devido à valorização dos terrenos e uma crescente demanda pelo adensamento da área urbana.

Essa contextualização histórica da ocupação urbana de Barra de São João contribui para entender os processos socioeconômicos que definiram a conformação da sua paisagem urbana. Esse histórico demonstra o motivo de existirem edificações datadas do século XIX, e o porquê dessas edificações terem chegado ao tempo presente. A estagnação econômica que perdurou por 80 anos em Barra de São João, aproximadamente de 1890 a 1970, fez com que essas edificações fossem preservadas e chegassem à atualidade com poucas alterações em sua arquitetura e usos. A estagnação econômica também explica por que não há edificações ecléticas, art deco ou modernistas na paisagem urbana. Entre 1890 e 1970, Barra era uma localidade em retração, sem novas construções em seu tecido urbano. Esse histórico demonstra também que em um curto período de tempo houve uma intensa transformação na paisagem urbana devido à nova rodovia e à instalação da indústria do petróleo na região. As análises morfológicas apresentadas a seguir, ajudando a interpretar os padrões da morfologia urbana observadas na paisagem.

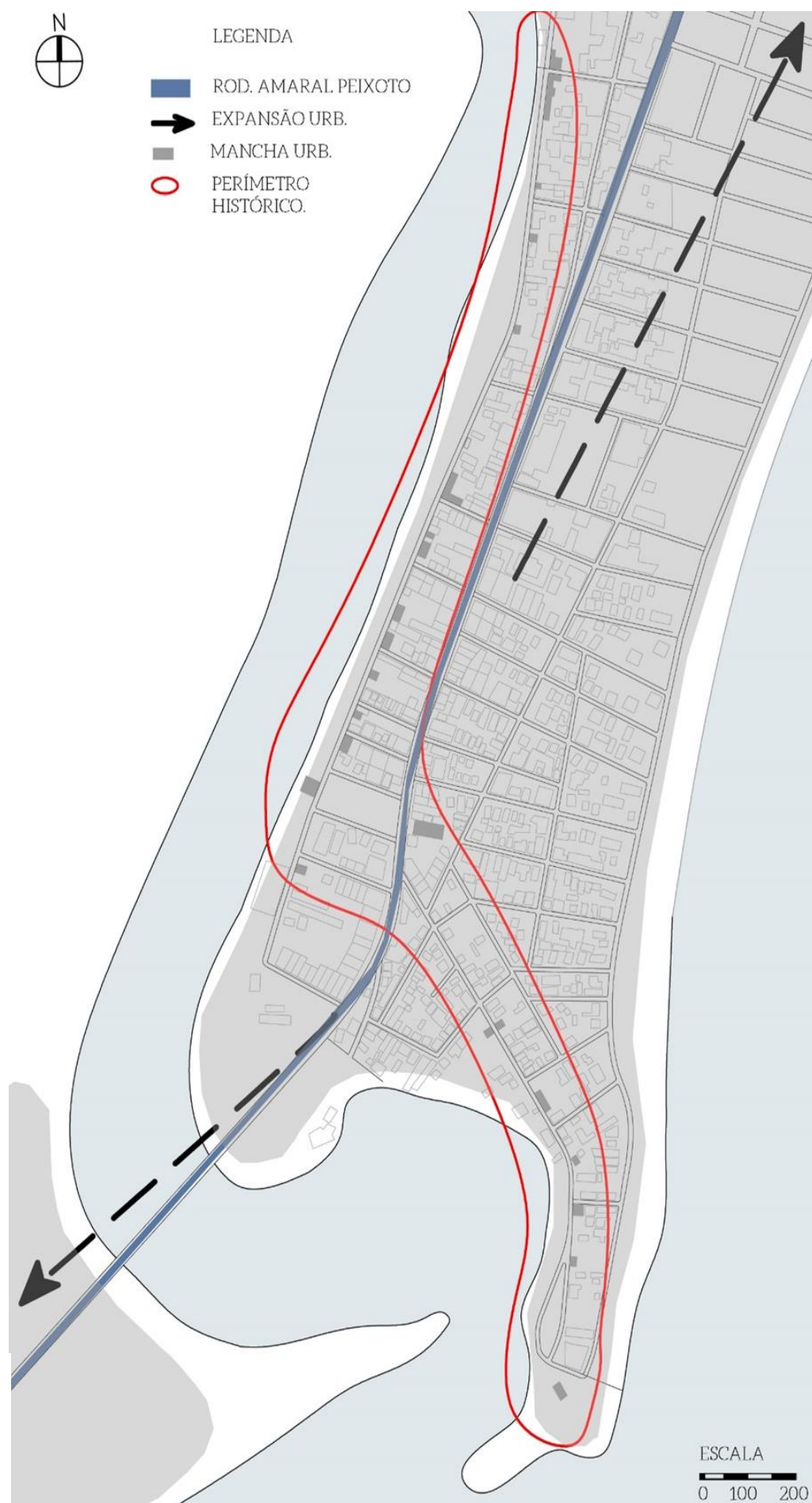
3.3. Síntese dos processos e seus rebatimentos na forma urbana

Esta seção visa entender os processos que deram origem à formação do traçado, dos espaços livres e a composição das estruturas urbanas identificando os processos que as criaram e a transformaram ao longo do tempo. Segundo Costa (2017) os processos de transformação se baseiam nas características econômicas, sociais, políticas e culturais que condicionam um período de ascensão e de declínio de determinada característica urbana. Os processos dinâmicos, ao contrário de períodos históricos comumente utilizados na historiografia, não tem uma precisão temporal, não sendo possível definir seu início e fim (COSTA, 2017). Com base nas inovações e evoluções observadas na paisagem urbana de Barra de São João, identifiquei quatro processos dinâmicos de transformação:

- **Formação da ocupação e rotas (1767-1846)**
- **Emancipação político-administrativa: A Vila de Barra de São João (1846-1901)**
- **Estagnação Econômica (1901-1963)**
- **Consolidação do transporte rodoviário e expansão urbana (1963-2023)**

Os processos dinâmicos de transformação foram estabelecidos tendo como referência a documentação encontrada em mapas antigos e outras fontes historiográficas. A análise conjunta do plano urbano, do tecido e do uso e ocupação do solo explica a estrutura urbana existente na contemporaneidade, que segundo COSTA (2017), é a síntese das ações políticas, sociais, econômicas e culturais que resultaram na forma presente. A materialização da história de Barra de São João é contata pela sucessão dos processos destacados, todos localizados e influenciados pelo suporte biofísico. A estrutura urbana em 2023 (Mapa 2) se encontra consolidada, limitada pelo suporte biofísico e tendo como centralidade o eixo da rodovia Amaral Peixoto. Essa centralidade não coincide com o eixo histórico ao longo do rio, mas possuem um ponto de sobreposição junto à praça As Primaveras. Não havendo mais espaço para expansão urbana, exceto por pequenos vazios urbanos, há uma valorização do solo e uma demanda pela verticalização que tem potencial de prejudicar a salvaguarda da paisagem urbana.

Estrutura Urbana em 2023



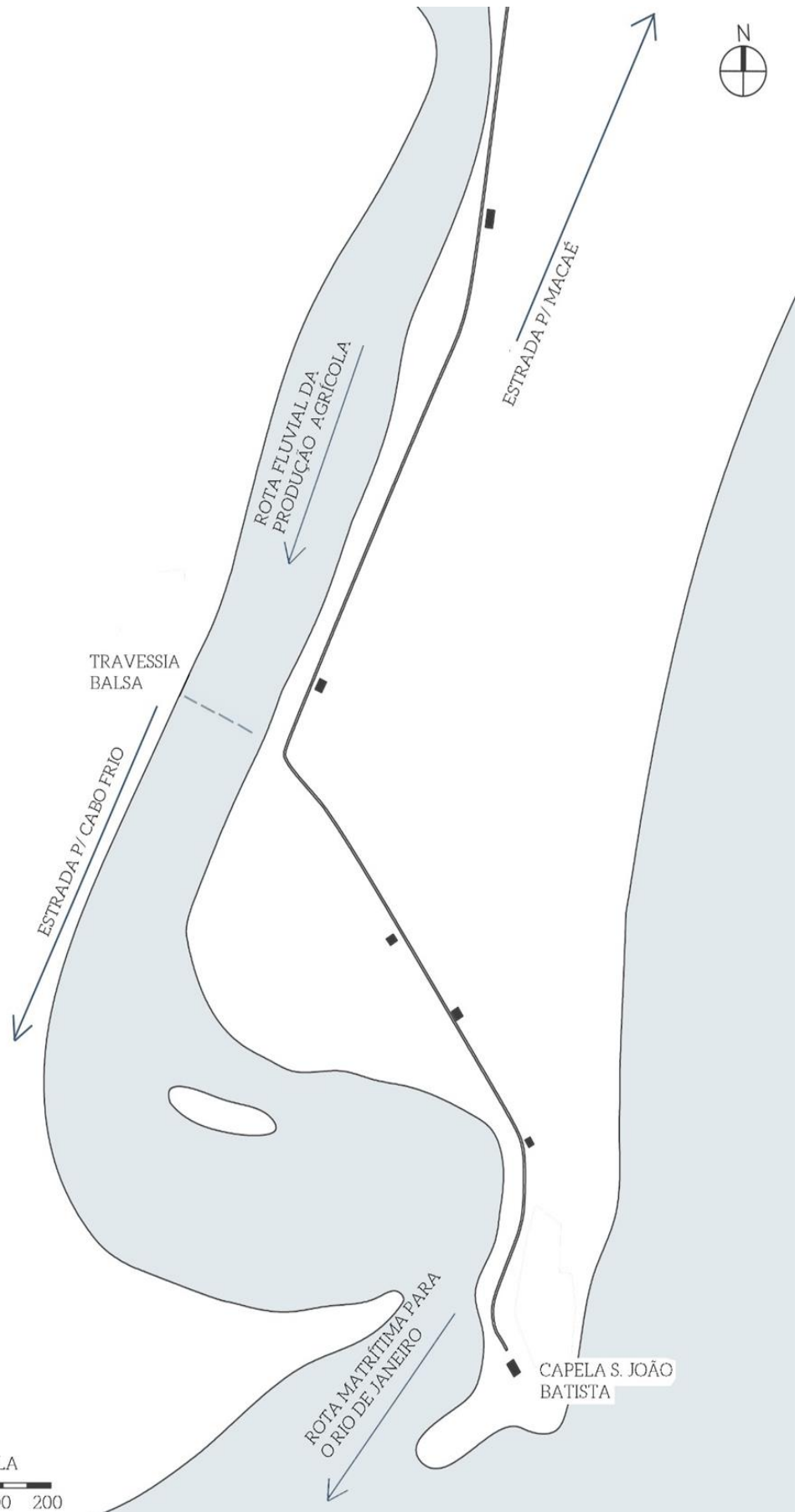
Mapa 2: Estrutura urbana atual de Barra de São João. Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

3.3.1 Formação da ocupação e rotas (1767-1846)

A ocupação da foz do rio São João é documentada a partir de 1767. A sua localização pode ser observada no mapa da capitania do Rio de Janeiro (LEÃO, 1767), juntamente com a missão de Ipuca e a Fazenda Jesuítica de Campos Novos (Figura 25). O plano urbano primitivo se inicia com a construção da capela de São João Batista pelos Jesuítas nos limites da fazenda (LEÃO, 1767), em um promontório de pedra na foz do rio São João. O local da capela foi escolhido com base em práticas urbanísticas da Igreja Católica, com longa tradição, como a determinação da construção de igrejas em locais elevados. Costa (2017) afirma que essa localização elevada e com a construção de torres nas igrejas servia de sinalização ao longo dos caminhos e rotas. A localização da capela influenciou de maneira definitiva a forma do núcleo urbano.

A ocupação urbana de Barra é decorrente das atividades de apoio à produção agrícola, principalmente ao escoamento da produção e o fornecimento de serviços religiosos. Enquanto a capela foi estabelecida no único ponto elevado disponível, o porto foi estabelecido distante desta, em um ponto onde o rio possui maior profundidade e margens mais adequadas ao atracamento. Assim surgiu uma rota que vinha das regiões de produção agrícola no interior da bacia do São João, passava pelo porto e terminava na capela. Ao redor desta rota foram surgindo pequenas unidades residenciais principalmente nas proximidades do porto e da capela. Essa rota vai ser denominada no âmbito deste trabalho como “eixo de formação da ocupação urbana” (Mapa 3). Ao terminar na capela, o eixo de formação cria uma perspectiva frontal, tendo a capela e sua porta de entrada como ponto focal central. Os usos observados são o início de uma atividade comercial de troca e escoamento de mercadorias, o uso sociorreligioso da capela que promovia os serviços de batismo, casamentos e enterros, e o uso residencial, no sentido de alojamento das pessoas que vinham à localidade praticar o comércio e as atividades religiosas, visto que não era o local de residência habitual, já que estas viviam das atividades agrícolas (COSTA, 2014). Não há registros de como era o parcelamento do solo, mas devido à baixa densidade urbana os lotes provavelmente eram grandes e sem delimitações claras. Este não era um território valorizado para atividades agrícolas devido às características do solo, que não era útil às culturas agrícolas comerciais (LAMEGO, 1946). O núcleo urbano foi lentamente aumentando sua densidade ao longo do eixo de formação, sem evidência de ocupação em caminhos paralelos ou perpendiculares.

Formação e rotas de Barra de São João (1767-1846)



Mapa 3: Formação e rotas de Barra de São João no período de 1767 à 1846. Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

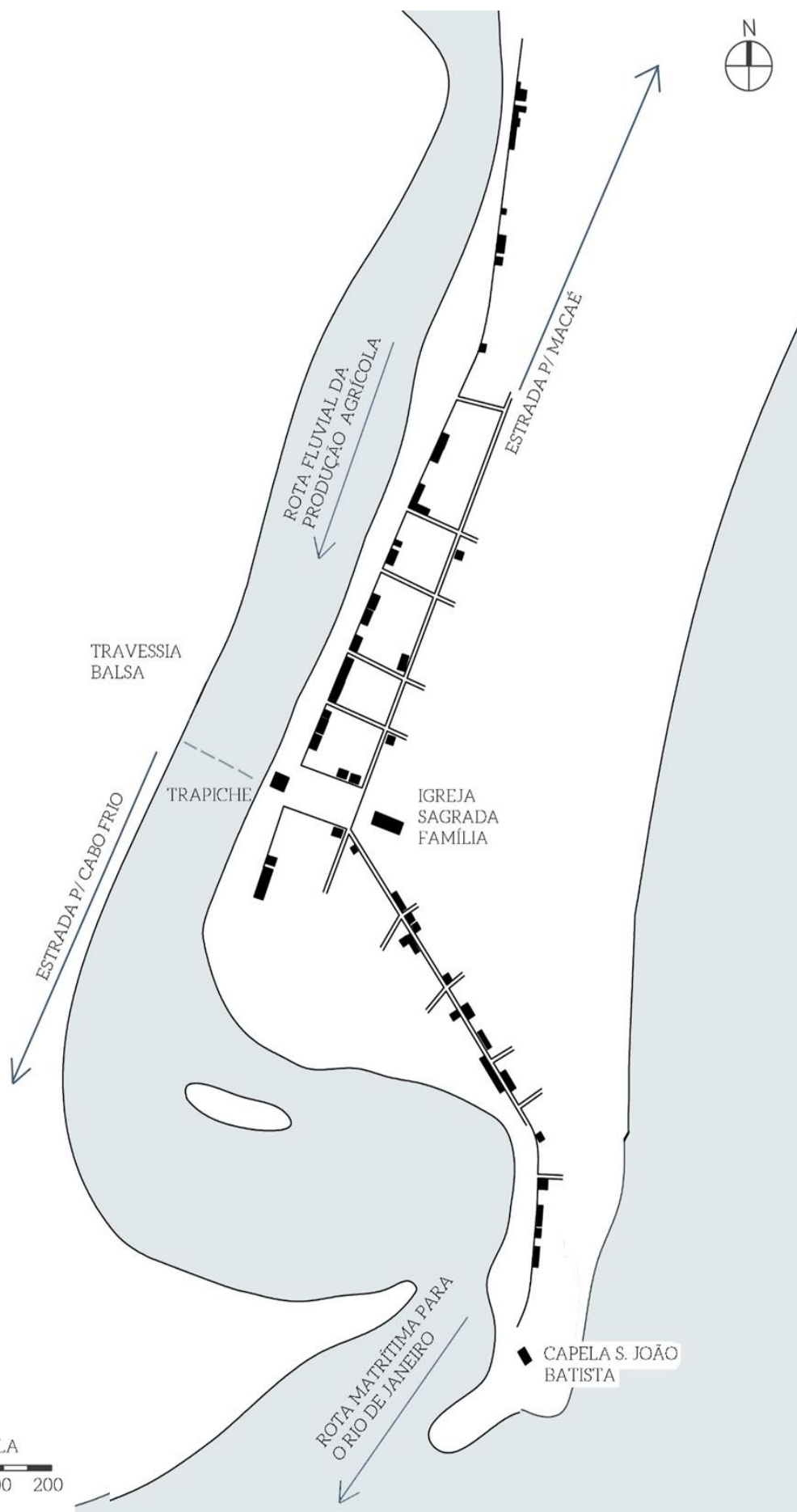
ESCALA
0 100 200

3.3.2 Emancipação político-administrativa: A Vila de Barra de S. João (1846-1901)

A forma urbana continuou a desenvolver-se ao longo do eixo de formação e, com o aumento das atividades comerciais resultantes do incremento da produção agrícola na bacia do rio em 1846, Barra de São João alcançou sua emancipação político administrativa (BRASIL, 1846). A vila então recebeu um plano de arruamento (BELLEGARDE, 1863), onde foram planejadas novas ruas em uma malha quadrangular que incorporou o eixo de formação em seu traçado, como é possível observar na carta chorographica da província do Rio de Janeiro (BELLEGARDE, 1863). Foi criada uma praça cívica para a vila junto do trapiche, que era o entreposto fluvial e o ponto de travessia do rio São João por meio de balsas. Esse espaço cívico foi denominado de praça da Alegria, um grande espaço aberto retangular que tinha no lado oposto do rio a estrada para Macaé, que foi retificada e incorporada no plano de arruamento. Esse plano foi uma tentativa de organizar o crescimento urbano, porém ele não resultou em nenhuma infraestrutura viária ou cívica. Não há evidência de que tenha sido construída uma casa de câmara e cadeia nem outro edifício público, tampouco evidência de que as ruas foram pavimentadas nesse período. Isso demonstra que não era uma localidade muito populosa ou rica, visto que a vila não possuía recursos públicos para investir em melhorias.

Os usos residenciais se expandiram, assim como os comerciais, mas em todo período ainda predominava a baixa densidade construída. As residências e comércios se localizavam junto à rua, alinhadas e sem recuos frontais, mas boa parte possuía recuos laterais em pelo menos um dos lados e amplos quintais. Com a construção da ferrovia que cortou a bacia do São João, a vila foi perdendo sua função de entreposto comercial e o plano de arruamento não chegou a ser consolidado. O único espaço do plano que se consolidou foi a praça da Alegria, atual praça As Primaveras, onde, na extremidade oposta ao trapiche, foi inaugurada, por volta do ano 1900, a igreja Matriz da Sagrada Família (A VOZ DA BARRA, 1900). O entorno da praça não foi adensado, permanecendo muito pouco ocupado durante esse período, tendo a maior parte do adensamento construtivo se concentrado ao longo do eixo de formação da ocupação. É desse período todo o patrimônio arquitetônico legalmente tombado ou protegido de Barra de São João.

Vila de Barra de S. João (1846-1901)



Mapa 4: Vila de Barra de São João de 1846 à 1901. Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

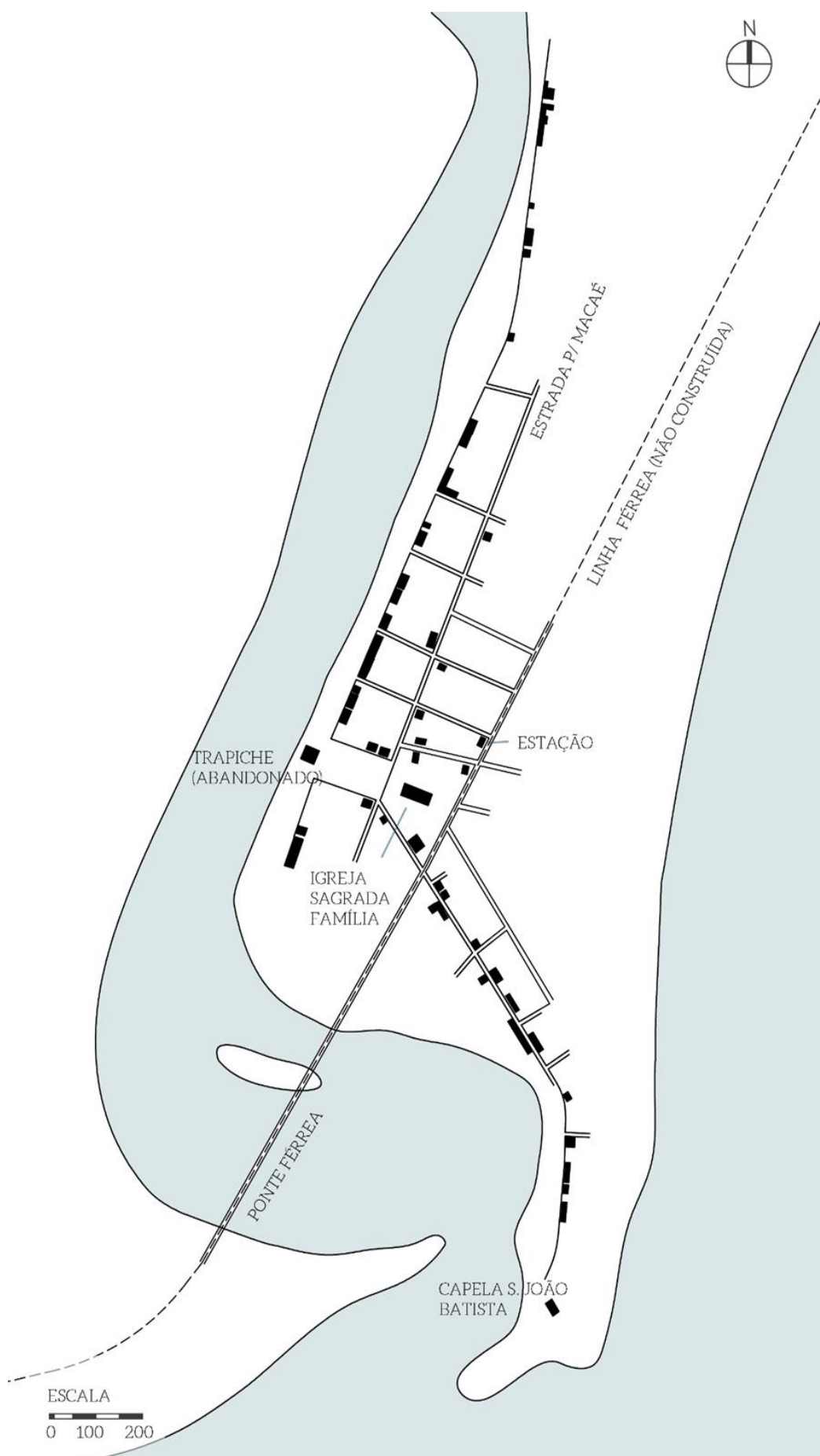
3.3.3 Estagnação Econômica e seu rebatimento no território (1901-1963)

Em 1901 a sede municipal sai de Barra de São João e vai para o interior do município, junto a estação ferroviária (BRASIL, 1901). Com isso a vila entra em um processo de estagnação econômica, o plano de arruamento foi abandonado e o entorno da praça As Primaveras continua pouco ocupado. A mudança mais significativa na morfologia urbana foi a abertura da atual Avenida Maricá, na década de 1950 (IBGE, 1960), paralela à estrada para Macaé, que deveria ser por onde passaria a ferrovia que ligaria Barra de São João a Macaé e Cabo Frio. Para tal, foi construída uma estação e a primeira ponte sobre o rio São João (RODRIGUEZ, 2004). Apesar dessas infraestruturas, não há evidência de que os trilhos foram construídos e a ferrovia entrou em funcionamento. A ponte foi então utilizada como ponte rodoviária, mas logo entrou em colapso e se arruinou. Nesse período também se arruinou o antigo trapiche (IPHAN, 1963) e as ruas continuaram sem nenhum tipo de pavimentação (Figura 32). A estagnação provocou uma diminuição demográfica e comercial (LAMEGO, 1940). A partir desse período, os registros fotográficos de Barra de São João e mostram uma paisagem quase rural, com poucas habitações e ruas que mais pareciam caminhos, sem delimitações claras, a não ser pelo próprio casario e eventuais marcações de meio fio, mas cobertas pela vegetação rasteira. Fica evidente que o arruamento do período anterior não passava de um plano que foi minimamente executado.



Figura 31: Vista da rua Bernardo Gomes esquina com a rua Gen. Castro Guimarães sem nenhum tipo de pavimentação. Fonte: Acervo Museu Casa Casimiro de Abreu. s/d.

Estagnação Econômica e seu rebatimento no território (1901-1963)



Mapa 5: Estagnação econômica e seu rebatimento no território entre 1901 e 1963. Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

3.3.4 Consolidação do transporte rodoviário e expansão urbana (1963-2023)

Em 1963 é concluída a rodovia Amaral Peixoto (IBGE, 1967), que liga a região metropolitana do Rio de Janeiro à região das baixadas litorâneas, com início em São Gonçalo e término em Macaé, causando uma ruptura no tecido urbano local. Em seu percurso, passa pelo centro de Barra de São João. Seu traçado seguiu o antigo caminho para Macaé, passando pela praça As Primaveras e atravessando o rio São João. Para construção da ponte sobre o rio foi feito um aterro em suas margens, que incorporou ao continente uma ilha fluvial anteriormente existente. Esse aterro se tornou um grande espaço livre, de propriedade pública, mas de acesso restrito, atualmente abrigando instalações da CEDAE. Com a implantação da nova via, o antigo eixo de formação perde toda a sua expressão enquanto eixo de desenvolvimento econômico e de adensamento. É às margens da rodovia que o núcleo urbano passa a se agregar. Todo o eixo comercial, que até o início do século XX se concentrava na rua Beira Rio, se desloca para o entorno da rodovia. A rodovia faz uma interseção com o eixo de formação da ocupação, passando em frente da igreja matriz da Sagrada Família, criando uma ruptura nesse tecido, devido a sua escala e fluxos. Com a consolidação do transporte rodoviário, os planos de conclusão da ferrovia são abandonados. A rodovia é um marco inicial nas transformações da paisagem urbana, e foi somente nesse período que o adensamento no entorno da praça das Primaveras foi consolidado. Em 1978, a legislação urbana de Casimiro de Abreu (CASIMIRO DE ABREU, 1978), reconhece o valor da paisagem urbana de Barra de São João ao incluir medidas que visam a salvaguarda dessa paisagem, está disposto no artigo 2º da lei Nº35 de 1978:

Esta lei tem como finalidade preservar como memória e patrimônio cultural e paisagístico ambiental o conjunto urbano que constitui a parte antiga de Barra de São João, resguardando-o de uma transformação incontrolada possível de ocorrer dado o interesse turístico e especulativo por que vem passado esta região do estado (CASIMIRO DE ABREU, 1978, p. 1).

Para se aplicar a lei é instituída a Zona Especial de Preservação Paisagístico-Ambiental e Histórico-Cultural que engloba todos os imóveis que se situam ao longo do antigo eixo de formação. A legislação considerava que os novos imóveis deveriam estar em harmonia com as preexistências, foi estabelecido um gabarito máximo de dois pavimentos e a publicidade foi

regulada para se adaptar e não perturbar a paisagem. A legislação traz o conceito de áreas de defesa paisagística "*non aedificandi*" às faixas de terra do longo do rio (beira-rio) e do mar (beira-mar), distando 50 metros do alinhamento atual dos lotes e prédios na direção do rio ou do mar. (CASIMIRO, 1978), proibindo o parcelamento dessas áreas. Nos espaços livres contidos nessa zona de preservação deveria ser preservada a arborização, tanto nos espaços livres públicos, quanto nos Privados. A pavimentação dos passeios deveria ser em pedra e grama, as vias em terra ou pavimentadas de pedra e o posteamento ser contínuo e uniforme. A legislação, mesmo que limitada ao conceito de entorno imediato, contribuiu para a manutenção de uma continuidade na paisagem urbana. Excluída dos critérios de preservação paisagística, o entorno da rodovia adensou-se com novas construções. A ocupação se acelerou a partir dos anos 2000 (TERRA, 2003) devido às atividades da indústria do petróleo. O adensamento urbano e a valorização do solo criaram novos espaços livres principalmente na forma de ruas, que vão surgindo conforme os terrenos vão sendo loteados. Um espaço livre que ganha relevância é o Praião, praia que, com a urbanização, passa a ser um destino de lazer popular entre a comunidade local.

Em 2006 e 2008 são instituídos o plano diretor do município de Casimiro de Abreu e o novo zoneamento respectivamente. A nova legislação incorpora a zona de proteção anterior em sua redação, porém altera seu nome para Zona do Setor Histórico. Ela é um retrocesso em relação a legislação prévia. A simplificação da nomenclatura, que não utiliza mais o termo paisagem, é um sinal disso. A legislação exclui o entorno da praça das Primaveras da área de proteção e amplia o gabarito permitido nas edificações ao longo da rodovia até 5 pavimentos. A nova legislação também não faz nenhuma menção a questões de arborização, passeios e posteamento dos espaços livres, deixando de tratar a paisagem urbana e sua ambiência como um conjunto a ser salvaguardado. Com o esgotamento do território para expansão, a paisagem urbana de Barra de São João começa a se adensar de uma maneira que impacta negativamente a paisagem urbana. Os usos no eixo de formação são em sua maioria residenciais, com pouca presença comercial, alguns restaurantes com fins turísticos, e a presença expressiva de intuições educacionais, sendo duas escolas municipais, uma estadual, a biblioteca municipal e o museu Casa Casimiro de Abreu. O uso comercial se concentra ao longo da rodovia e no restante predomina o uso residencial.

Consolidação do transporte rodoviário e expansão urbana (1963-2023)



Mapa 6:
Consolidação do
transporte rodoviário
e expansão urbana
de 1963 à 2023.
Fonte: elaborado pelo
autor, 2023.

Quadro 3: Síntese dos processos e seus rebatimentos na forma urbana				
Período	1767 - 1846	1846-1901	1901-1963	1963-2023
População (Município)	Sem dados	9.321 (Censo 1872)	8.008 (Censo 1950)	46.110 (Censo 2022)
Características da urbanização	Início da ocupação ao longo do eixo de formação	Consolidação da urbanização ao longo do eixo de formação	Sem alterações significativas na urbanização	Urbanização se expande em todas as direções em relação ao eixo de formação
Vetores da urbanização	Porto fluvial e capela de São João Batista	Porto fluvial e capela de São João Batista	Estrada de Cabo Frio para Macaé	Rodovia Amaral Peixoto
Estrutura da urbanização	Linear – Ao longo eixo de formação	Linear – Ao longo eixo de formação	Linear – Ao longo eixo de formação	Linear – Ao longo da Rodovia Amaral Peixoto
Ocupação do lote	Sem dados	Edificações alinhadas no limite frontal do lote. Ocorrência de edificações geminadas	Algumas novas edificações com afastamentos frontais e laterais	Edificações com afastamentos frontais e laterais

3.4 Análise Tipo-Morfológica

A intervenção no sistema de espaços livres que compreende o antigo eixo de formação precisa estar calcada na realidade do patrimônio material existente para que essa intervenção contribua para a salvaguarda da paisagem urbana. Para entender esse sistema de espaços livres e sua relação com o entorno edificado na escala das pessoas foi realizada uma análise tipológica das edificações que se encontram ao longo desse sistema, com ênfase nas edificações patrimoniais e uma análise dos espaços livres públicos que compõe o sistema e suas principais características.

3.4.1. Entorno edificado

A análise tipo morfológica das edificações ao longo do eixo de formação de Barra de São João contribui para a compreensão da paisagem urbana e fornecem informações fundamentais que contribuirão na elaboração de diretrizes para salvaguarda da paisagem. A interpretação da paisagem urbana passa pela análise dos seus elementos arquitetônicos formadores. A intervenção projetual e urbanística proposta nessa dissertação se baseia em uma abordagem contextual na relação do antigo com o novo em um ambiente com preexistências históricas, a partir do entendimento de Beatriz Kühl de que a abordagem contextual busca uma reinterpretação da estrutura figurativa da preexistência (KÜHL, 2008).

O entendimento das características das preexistências passa pela análise dos tipos presentes ao longo do antigo eixo de formação urbana e aceitá-los como variantes temáticas do novo (DE GRACIA, 2013). A identificação dos padrões cromáticos, construtivos e volumétricos são fontes para uma intervenção projetual criativa, que atue de maneira contextual na paisagem, para que os novos elementos da arquitetura, como afirma Francisco de Gracia, não recorra à cópia ou analogia explícita, mas estabeleça um amálgama morfológico reconhecível com o existente (DE GRACIA, 2013).

Para a análise das características arquitetônicas das edificações elas foram divididas em 2 recortes temporais o período que vai de 1767 à 1901 e o período que vai de 1901 à 2022. As análises históricas e cartográficas desenvolvidas anteriormente nessa dissertação demonstraram que os recortes temporais de maior desenvolvimento urbano e conseqüentemente de maior folego construtivo foram os períodos da Emancipação político-administrativa: A Vila de Barra de S. João (1846-1901) e Consolidação do

transporte rodoviário e expansão urbana (1963-2022). Portanto para a análise edilícia os períodos imediatamente anteriores aos acima citados foram incorporados aos mesmos.

3.4.1.1 Período de 1767 à 1901

As edificações desse recorte temporal possuem como principal característica a construção no alinhamento da rua, sem afastamento frontal, com telhados em duas águas sem platibanda e pé direito elevado. Essas edificações de uso comercial e residencial estão sempre construídas sem afastamento em pelo menos uma das divisas do lote e possuem amplos quintais, espaços livres Privados, nos fundos do lote. As edificações residenciais e comerciais possuíam pequenas diversificações em sua forma, mas nunca em sua ocupação do lote. As diversificações podem ser classificadas como diacrônicas, que segundo Costa são modificações no tipo que não alteram substancialmente a edificação e com isso revelam a historicidade do tipo (COSTA, 2015). A Villa de Barra de São João era um pequeno centro urbano e a maioria das edificações foram construídas para acomodar apenas nos dias de festas os moradores das fazendas, esses centros apresentavam uma vida urbana intermitente (REIS FILHO, 1978). Não há diferença significativa entre as edificações de uso comercial e residencial e quase a totalidade das edificações desse período são casas térreas como a da figura 35, que se assemelhavam pela simplicidade de seus esquemas, com suas paredes grossas, suas alcovas, corredores e telhados elementares.



Figura 35: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 946. Fonte: Acervo do autor 2021.

Nesse período não havia nenhum tipo de pavimentação ou passeios, só há registro de pavimentação das ruas em barra de São João a partir dos anos 1970. As ruas eram definidas espacialmente pelos prédios, não sendo possível pensar nas ruas sem os prédios (REIS FILHO, 1978). Algumas edificações desse período possuem motivos neoclássicos em sua ornamentação, detalhes em estuque aplicados sobre as paredes de pedra e terra. Devido às restrições das técnicas construtivas esses elementos ficavam restritos a elementos de acabamento de importância secundária (REIS FILHO, 1978). Nas figuras 36 e 37 é possível observar esses detalhes nos beirais e no arremate lateral das casas que emulam pilares.

Diferente das edificações comuns as de uso institucional foram implantadas de forma diferente ao longo dos espaços livres, essas se destacam na paisagem por sua ocupação do lote, volumetria e arquitetura. É nesse período que foram construídas a capela de São João Batista, a Igreja da Sagrada Família e o Trapiche e porto fluvial, hoje museu Casa Casimiro de Abreu. As edificações religiosas têm e sua fachada elementos decorativos neoclássicos e detalhes em pedra nos vãos das aberturas.



Figura 36: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 502. Fonte: Acervo do autor 2021.



Figura 37: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 338. Fonte: Acervo do autor 2021.

Na atualidade as edificações que foram construídas nesse recorte temporal possuem um padrão cromático de cores claras, predominantemente o branco nas edificações patrimoniais, e de cores fortes e primárias nas esquadrias e outros elementos decorativos. Há um predomínio dos cheios sobre os vazios, onde se destacam os muitos muros e paredes em detrimento de janelas e portas. É possível constatar que as construções desse período (Figuras 38 e 39) são herdeiras diretas das tradições urbanísticas do período colonial (REIS FILHO, 1978). Um olhar crítico sobre essas características e padrões morfológicos fornece subsídios para o desenvolvimento dos elementos e arquiteturas do projeto de intervenção.



Figura 38: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 662
Fonte: Acervo do autor 2021.



Figura 39: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 654
Fonte: Acervo do autor 2021.

3.4.1.2 Período de 1901 à 2023

Devido ao período de estagnação econômica que perdurou até cerca de 1963, há poucas edificações atualmente da primeira metade do século. Essas edificações não chegaram a romper totalmente com as características anteriores, sendo de tal modo harmonizadas com suas antecessoras que não chegavam a quebrar a monotonia, que era um dos traços marcantes da arquitetura do período anterior (REIS FILHO, 1978). A principal inovação foi o telhado de 4 ou mais águas, como é possível ver na figura 40. As primeiras edificações permaneceram alinhadas à rua e com o tempo se afastaram tanto da rua como dos limites laterais (Figura 41). Os lotes urbanos herdados do período anterior persistiram e acompanharam as mudanças arquitetônicas que começaram a surgir (REIS FILHO, 1978).



Figura 40: Casa na rua Bernardo Gomes, 1094
Fonte: Acervo do autor 2021.



Figura 41: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 1110
Fonte: Acervo do autor 2021.

Por volta de 1970 as edificações se diferenciam sobretudo pela sua implantação no lote, possuindo sempre afastamento frontal de pelo menos 3 metros em relação ao alinhamento da rua e a maioria possui afastamentos laterais. Essas edificações possuem muros no alinhamento frontal, a maioria fechado em alvenaria e com portões para pessoas e veículos. Esse tipo está implantando em lotes de área menor e possuem espaços livres privados de menores dimensões que possuíam no período anterior. Uma das principais mudanças foi técnica o uso de estrutura de concreto veio a substituir as paredes estruturais (REIS FILHO, 1978) possibilitando assim vãos maiores. Desde então passou a predominar as edificações de 2 pavimentos e com varandas frontais (Figuras 42 e 43). Grande parte das edificações continuaram a utilizar telhados cerâmicos e esquadrias em madeira, embora recentemente o uso do vidro temperado tenha sido amplamente utilizado.



Figura 42: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 388
Fonte: Acervo do autor 2021.



Figura 43: Casa na rua Bernardo Gomes, nº 758
Fonte: Acervo do autor 2021.

Há uma diferenciação construtiva entre as edificações comerciais e residências nesse período, porém as novas edificações comerciais se encontram ao longo da rodovia Amaral Peixoto (Figura 44), o comércio existente ao longo do eixo de formação se resume a bares e restaurantes, que se utilizam das edificações do período anterior. Institucionalmente foram construídas duas escolas estaduais (Figura 45), ao redor da praça As Primaveras, elas seguem a mesma linguagem nas residências atuais e não se destacam na paisagem, sendo parcialmente ocultas pelos seus muros.

A partir da visita de campo e a utilização de imagens de satélite foram identificadas 96 edificações ao longo do eixo de formação de Barra de São João, sendo 28 delas o período de 1767 à 1901 e 68 do período que vai de 1901 à 2022. Essa análise demonstra a significância das edificações do século XIX na paisagem urbana atual e como suas características devem ser levadas em consideração para uma intervenção projetual de maneira contextual no sistema de espaços livres.

Figura 44: Comércio na rodovia Amaral Peixoto.
Fonte: Acervo Autor, 2022.



Figura 45: Colégio Estadual Santa Maria.
Fonte: Google Street View 2022.



Quadro 4: Síntese da análise tipo-morfológica		
Período 1767 - 1901		
Residencial	Ocupação do lote	Sem afastamento frontal e lateral
	Gabarito	Predominância de 1 pavimento
	Cobertura	Telhado em telha cerâmica de 2 águas
	Aberturas	Portas e janelas abrindo diretamente para a rua. Vãos verticais com fechamento em tábuas de madeira
	Materiais	Paredes em alvenaria de barro e pedra ou tijolos queimados com pintura em cal na cor branca
	Ornamentação	Algumas edificações com ornamentos em estuque nos beirais e colunas de ornamentais no seguindo uma linha neoclássica simplificada
Comercial	Ocupação do lote	Sem afastamento frontal e lateral
	Gabarito	Predominância de 1 pavimento
	Cobertura	Telhado em telha cerâmica de 2 águas
	Aberturas	Portas e janelas abrindo diretamente para a rua. Vãos verticais com fechamento em tábuas de madeira
	Materiais	Paredes em alvenaria de barro e pedra ou tijolos queimados com pintura em cal na cor branca
	Ornamentação	Algumas edificações com ornamentos em estuque nos beirais e colunas de ornamentais no seguindo uma linha neoclássica simplificada
Institucional	Ocupação do lote	Isolado no lote
	Gabarito	2 ou mais pavimentos e elementos como torres no caso das igrejas
	Cobertura	Telhado em telha cerâmica de 2 águas
	Aberturas	Vãos verticais com fechamento em tábuas de madeira e guilhotina com vidro
	Materiais	Paredes em alvenaria de barro e pedra ou tijolos queimados com pintura em cal na cor branca
	Ornamentação	Frontões de estuque neoclássicos e outros elementos ornamentais em estuque. Pórticos dos vãos das igrejas em pedra gnaisse
Período 1901 - 2023		
Residencial	Ocupação do lote	Edificações com afastamento frontal e lateral
	Gabarito	Predominância de 1 e 2 pavimentos
	Cobertura	Predominância de telhado em telha cerâmica de 4 águas
	Aberturas	Portas e janelas abrindo para o quintal. Muros de altura variada mas com predominância de portões fechados e altura de cerca de 2m.
	Materiais	Paredes em alvenaria com acabamento em pintura ou revestimento cerâmico em cores variadas
	Ornamentação	Algumas edificações com ornamentos neocoloniais predominância da ausência de ornamentos significativos.
Comercial	Ocupação do lote	Sem afastamento frontal
	Gabarito	Predominância de 2 pavimentos
	Cobertura	Predominância de cobertura em telha metálica com platibanda.
	Aberturas	Vãos retangulares e horizontais com fechamento em portões metálicos ou vidro temperado.
	Materiais	Paredes em alvenaria com acabamentos e cores variadas
	Ornamentação	Algumas edificações com ornamentos neocoloniais. Predominância de ausência de ornamentações, somente os informes publicitários
Institucional	Ocupação do lote	Isolado no lote
	Gabarito	1 pavimento
	Cobertura	Telhado em telha cerâmica de 4 águas ou laje com platibandas
	Aberturas	Vãos com fechamento em esquadrias metálicas e vidro
	Materiais	Paredes em alvenaria com pintura em cores diversas
	Ornamentação	Sem ornamentação

3.4.1.3. Percurso Serial

A intenção desse percurso foi avaliar a influência das edificações na paisagem e na ambiência do sistema de espaços livres. É possível identificar uma coexistência de edificações de épocas e tecnologias diferentes em uma relação de cooperação que criam uma ambiência com baixo adensamento de edificações. Existem alguns pontos de perturbação desse ritmo na intercessão do eixo de formação com a rodovia Amaral Peixoto, onde há um aumento do adensamento e da escala das edificações, além da mudança de uso residencial para o comercial. O percurso evidencia um padrão de ocupação das edificações do primeiro tipo básico, as casas térreas ampliadas, cercadas por espaços livres, ou pelas edificações do tipo básico dois, as casas de varanda. Em alguns trechos da rua Bernardo Gomes existe uma série de casas geminadas formando perímetros com fachadas uniformes. Na maior parte do eixo de formação da ocupação se destacam os muros dos quintais das casas que separam estes espaços livres privados dos públicos. Esses muros em associação com a vegetação dos quintais acabam por ocultar a maior parte das residências, principalmente ao longo da rua São João e isso faz com que as residências que têm a fachada alinhada com a rua se destaquem na paisagem urbana. O espaço livre público da rua São João possui pouca arborização nos passeios, mas a abundante arborização presente nos espaços livres privados das residências dá a sensação de uma rua muito arborizada.



Figura 46: Trecho 1 do percurso serial rua Bernardo Gomes. Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens de satélite e fotos do acervo do autor, 2022



Figura 47: Trecho 2 do percurso serial, rua Bernardo Gomes Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens de satélite e fotos do acervo do autor, 2022



Figura 48: Trecho 3 do percurso serial, rua Bernardo Gomes e praça As Primaveras. Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens de satélite e fotos do acervo do autor, 2022



Figura 49: Trecho 4 do percurso serial, praça As Primaveras, rodovia Amaral Peixoto e rua São João. Detalhe para a ruptura da rua São João pela rodovia Amaral Peixoto na segunda imagem. Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens de satélite e fotos do acervo do autor, 2022



Figura 50: Trecho 5 do percurso serial, rua São João Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens de satélite e fotos do acervo do autor, 2022

3.4.2 Sistema de espaços livres

Para além dos extensos espaços livres de carácter ambiental, como o rio, as praias e o morro São João, o sistema de espaços livres urbanos de Barra de São João é composto por pequenos espaços de permanência, como a praça, o adro das igrejas, o iate clube, o pátio das escolas e os quintais das residências, entre outros, e os espaços de circulação, como as vias.

3.4.2.1 Espaços livres privados e dominiais

Os espaços livres privados são compostos pelos quintais dos lotes residenciais e os dominiais pelo pátio do colégio estadual no entorno da praça As Primaveras, pelo iate clube e pelo adro da igreja da Sagrada Família. Esse sistema não está ligado fisicamente entre si, mas forma uma rede verde na paisagem urbana, sobretudo no entorno do eixo de formação da ocupação e nas margens do rio. Conforme indica Silvio Macedo, a interrelação entre os espaços livres Privados e a massa construída é intrínseca à conformação de uma paisagem urbana (MACEDO, 2018). O padrão de ocupação dos lotes por edificações isoladas, cercadas por quintais, vem se alterando devido ao adensamento edilício. Com isso, o tamanho desses espaços livres e a presença de árvores tem diminuído ao longo dos anos. O zoneamento urbano permite o parcelamento de lotes pequenos, com o mínimo de 200m², e taxa de ocupação de até 80% para uso residencial e de até 100% da área do lote para uso comercial. Não há também nos códigos urbanos vigentes no distrito de Barra de São João a indicação da necessidade de deixar área permeável nos lotes.

A legislação municipal não contribui para a manutenção de uma paisagem urbana arborizada, que ainda é uma característica da paisagem local. Quase a totalidade dos lotes que fazem frente com a rodovia Amaral Peixoto não possuem espaços livres arborizados e permeáveis. Há um grande adensamento de edificações ao longo das duas margens da rodovia. No colégio estadual de Barra de São João, que embora seja de propriedade pública possui o acesso controlado, há uma quadra de esportes e pouca arborização em relação a área que ocupa, caracterizando-se como espaço privado. O iate clube localizado às margens do rio possui vegetação de mangue nas bordas d'água e espaços gramados utilizados pelos membros do clube. O adro da Igreja funcionava como uma extensão da praça As Primaveras no período anterior à construção da rodovia Amaral Peixoto, que atualmente se constitui como barreira que dificulta essa relação de conexão

física, embora a conexão visual e simbólica ainda exista. Nos dias de festividades religiosas, a praça se transforma, simbolicamente, em uma extensão da igreja. Um amplo espaço livre público, porém, de acesso muito restrito, é a área oriunda do aterro que foi feito para construção da ponte e hoje é ocupada de forma bastante rarefeita pela CEDAE. Este espaço possui vegetação de mangue nas bordas do rio e arborização esparsa. Estes espaços se constituem em espaços Privados, devido às restrições de acesso.

3.4.2.2 Sistema de espaços livres públicos

O Sistema de espaços livres públicos de Barra de São João consiste em quatro tipos:

- As ruas, avenidas e a rodovia.
- O gramado na margem do rio
- A praça As Primaveras
- As praias

As ruas e avenidas formam uma rede de espaços que são utilizados tanto como circulação, bem como para o lazer, visto que a maior parte das ruas possui um movimento veicular e de pedestres muito reduzido em relação à capacidade que poderia comportar, o que possibilita o uso da rua para atividades principalmente das crianças. Todas as vias possuem pavimentação em paralelepípedo de pedra ou em blocos de concreto intertravados. Quanto à arborização, essa não segue um padrão, tendo trechos com passeios muito arborizados e trechos sem nenhuma arborização. Em contraste com as ruas, está a rodovia, única via asfaltada, com semáforos, faixas de pedestre e grande fluxo de veículos, inclusive pesados, como caminhões e ônibus. Um elemento presente em todos os tipos de via é a presença da fiação aérea e do posteamento. Não há acessibilidade universal nas calçadas, não havendo rampas ou sinalização.

O gramado as margens da rua Bernardo Gomes (Figuras 51 e 52), é um espaço que tem a função ambiental e de lazer. Esse é um espaço livre residual entre a rua e o início da lâmina d'água e está ligado a formação urbana como demonstrado na análise morfológica. Intensamente arborizado, possui árvores grandes e trechos com vegetação de mangue.

Essa vegetação ciliar compõe com a margem oposta do rio um sistema ambiental mais amplo de uma rede de manguezais e mesmo estando as margens do rio essa área não é sujeita a inundação. Embora seja um espaço muito popular entre a comunidade local não possui nenhum tratamento paisagístico, nem nenhuma forma de acessibilidade. As margens do rio ainda se destaca o espaço livre formado por parte do aterro executado para construção da ponte e que tem o acesso livre e é de propriedade pública se caracteriza por ser um amplo espaço livre sem arborização, sem tratamento paisagístico ou uso. Conta vegetação de mangue na borda d'água e serve de acesso a ponte ferroviária arruinada. Essa parte do aterro está separada, pela rodovia, da parte abordada anteriormente que é ocupada pela CEDAE.



Figura 51: Gramado nas margens do rio São João. Fonte: Acervo do autor, 2022.



Figura 52: Gramado nas margens do rio São João. Fonte: Acervo do autor, 2022.

A praça As Primaveras é a única praça na área urbana de Barra de São João. Ela é o centro da vida cívica da comunidade local. Um grande espaço retangular, planejado ainda no século XIX. Esta praça não possuía nenhum tratamento paisagístico até poucas décadas atrás (Figura 53), tendo sido durante a maior parte de sua história um amplo espaço gramado. Hoje possui arborização de grande porte, com destaque para as palmeiras imperiais e equipamentos como parque infantil, quiosques e banheiro público. Ela não possui atividades comerciais ao seu redor. Seu movimento durante do dia se dá muito em função das duas escolas públicas localizadas nas imediações e, ao entardecer e à noite, aumenta junto aos brinquedos infantis e às barracas de lanches, respectivamente. É o local de festividades cívicas e religiosas, como a já citada festa de São João Batista. A praça teve seu tamanho reduzido com a passagem da rodovia que ocupou parte da área da praça. Tem um papel preponderante na paisagem urbana devido ao seu formato, às edificações patrimoniais no entorno e por ser o ponto de ligação entre a rua Beira Rio e a rua São João, embora a conexão com esta última tenha sido prejudicada pela rodovia.

Figura 53: Praça As Primaveras, com Museu Casa Casimiro de Abreu ao fundo. Acervo Museu Casa Casimiro A., s/d

Conforme mencionado anteriormente, as praias são conhecidas como a Prainha (Figura 54), praia fluviomarinha, e a praia oceânica, como Praião



(Figura 55). A Prainha se localiza na lateral da igreja de São João e possui dois lados, um de água doce e calma na margem do rio e o outro de água salgada e arrebentação forte. A praia conta com um quiosque e uma guarita de salva vidas. Através da areia se acessa um promontório de pedra que é usado como mirante. Da praia em direção ao continente se observa a ponte arruinada, a paisagem urbana da localidade de Aquarius, na margem oposta e distrito do município de Cabo Frio, e o morro de São João ao fundo. O Praião começa nos fundos da igreja de São João, junto ao cemitério e se prolonga sem ter limites físicos até o município vizinho de Rio das Ostras. Com forte arrebentação, é preterida pela população local em relação à Prainha e possui urbanização e tratamento paisagístico mais recente, conta ainda com ciclovia e quiosques em trechos já fora do núcleo patrimonial. Há ainda uma pequena praia de fundo lodoso e não utilizada para banho em um espaço residual entre a rua São João e o rio. Essa praia não possui nomenclatura e está adjacente a um estreito gramado arborizado.

Figura 54: Vista da Prainha. Fonte: foto do acervo do autor, 2022.



Figura 55: Vista do Praião. Fonte: foto do acervo do autor, 2022.



Síntese sistema de espaços livres



Mapa 7: Síntese do sistema de espaços livres de Barra de São João
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

3.5. Síntese das análises

A luz das análises realizadas foi possível identificar padrões e entender os processos de formação e transformação da paisagem urbana de Barra de São João. Sistematizei as características da paisagem nos seguintes pontos:

- 1.** Relação do tecido urbano com o rio. O rio São João foi o que motivou o início da ocupação local e o formato do seu curso influenciou no traçado e sentido das vias e principalmente na forma e localização dos espaços livres. Entretanto, a relação do tecido urbano com o rio diminuiu a partir de meados do século XX, quando parte de suas margens foram ocupadas por edificações.
- 2.** Existência de um “eixo de formação da ocupação” urbana. Ao longo das ruas Beira Rio e São João. Nesse antigo eixo, estão localizadas todas as edificações patrimoniais. Esse eixo foi cortado pela rodovia na segunda metade do século XX, rompendo a estrutura urbana pre-existente.
- 3.** Continuidade tipológica na forma de ocupar os lotes e das edificações. Ao longo do eixo de formação da ocupação, as edificações residenciais são construídas deixando sempre um espaço livre, utilizado como quintal, e que, no geral, é arborizado. As edificações também seguem um padrão arquitetônico, na maioria dos casos, que consiste em casas térreas e algumas poucas assobradadas, de telhados de barro de até 2 pavimentos. Com o adensamento urbano os espaços livres Privados vêm diminuindo e a arborização também.
- 4.** O Eixo da Rodovia Amaral Peixoto causou uma ruptura no tecido urbano e atraiu o eixo comercial e de adensamento para o seu entorno, que possui uma tipologia muito distinta da observada no restante da paisagem urbana.
- 5.** Espaços livres públicos residuais. O espaço existente entre as vias, o rio e o mar são espaços que não foram formalmente planejados e não possuem nenhum planejamento paisagístico, carecendo de mobiliário urbano. A única exceção é a praça As Primaveras. Possuem grande potencial paisagístico e de conexão.
- 6.** A abundante arborização dos espaços livres públicos e Privados é uma característica que diferencia o antigo eixo de formação da ocupação do resto da paisagem urbana, onde a arborização é mais escassa.

7. Marcos visuais inseridos da paisagem urbana. Há na paisagem elementos que se destacam, sendo o primeiro deles o Morro São João, que mesmo fora do tecido urbano domina o horizonte. Os outros elementos são as igrejas de São João Batista e da Sagrada Família, o Museu Casa Casimiro de Abreu, a ponte arruinada e o rio São João.

Essas características são a chave para a proposta de intervenção nessa paisagem urbana. Com o objetivo de que essas características da paisagem sejam transmitidas ao futuro a intervenção será norteada por dois eixos:

1. Intervenção no zoneamento urbano, com propostas de alterações no atual código urbano para implantar parâmetros que permitam a manutenção das características atuais da paisagem de Barra de São João, contribuindo assim para a sua salvaguarda.

2. Intervenção no desenho urbano dos espaços livres públicos ao longo do antigo eixo de formação da ocupação urbana de Barra de São João, incluindo a rua Beira rio, a praça As Primaveras e a rua São João, com o objetivo de promover uma maior integração entre esses espaços livres públicos, fazendo com que eles sejam facilmente percebidos como um conjunto pertencente ao antigo eixo de formação da ocupação urbana local, reforçando os valores que caracterizam a paisagem urbana existente, adequando os espaços livres públicos às necessidades contemporâneas, respeitando as preexistências e tirando partido destas.

Capítulo 4

Projeto de intervenção



Figura 56: Vista do Museu Casa Casimiro de Abreu. Acervo Museu Casa Casimiro A., s/d

A proposta de intervenção projetual abrange espaços livres públicos ao longo do antigo eixo de formação da ocupação urbana, incluindo a Rua Bernardo Gomes, Praça As Primaveras, a Rua São João e o espaço livre junto à Igreja de São João Batista, localizados no núcleo histórico de São João da Barra. O projeto de intervenção nos espaços livres visa priorizar a mobilidade ativa, buscando equilibrar a distribuição de espaços livres entre pedestres, ciclistas e veículos e promover uma maior integração entre o sistema de espaços livres e o patrimônio edificado existente.

4.1 Estratégias e diretrizes de intervenção

Após a realização das análises morfológicas e da dinâmica da paisagem local, o passo seguinte foi definir diretrizes para intervir nos espaços livres de Barra de São João com o objetivo de salvaguardar a paisagem urbana. Essas diretrizes têm origem na base conceitual e se desenvolvem para atender ao contexto local com base nos resultados das análises realizadas.

As cartas patrimoniais e recomendações abordadas no capítulo 1 dessa dissertação trazem critérios de como proceder para a salvaguarda da paisagem e do patrimônio cultural. São critérios que visam orientar à sociedade, especialmente os setores governamentais, como proceder para estabelecer estratégias, critérios, parâmetros e outras medidas de salvaguarda de seus patrimônios no contexto local. Para descrever esses critérios e relacioná-los com o contexto de Barra de São João, adotou-se a divisão em dois grupos de estratégias de intervenção presentes nos documentos estudados.

Estratégia 1: Integração do patrimônio cultural e da paisagem no planejamento urbano. Para isso é importante que os planos diretores incluam uma política sobre paisagem, ampliando o plano elaborado de forma pioneira em São João da Barra em 1978. Presente em quase todos os documentos, o planejamento e a gestão da ocupação da paisagem devem ser organizados pelas entidades governamentais com transparência e participação da sociedade como base para a proteção da paisagem e do patrimônio. Na recomendação de Paris de 1962 tal disposição já está presente quando se lê no documento que: O planejamento urbano ou o planejamento territorial das áreas rurais deveriam conter disposições relativas às restrições a serem impostas para a salvaguarda das paisagens e dos sítios (UNESCO, 1962). No Brasil, a Constituição Federal de 1988 determina que a política de desenvolvimento urbano é competência do poder público municipal e seu instrumento básico é o plano diretor. O

Estatuto das Cidades (Lei nº10.257/2002) determina que plano diretor deve obrigatoriamente conter a definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural (BRASIL, 2002). Institui também que cabe ao município definir quais tipos de empreendimentos e atividades que dependerão de estudo de impacto de vizinhança prévio para seu funcionamento. Neste estudo de impacto deverão estar presentes, dentre outras coisas, a análise da paisagem urbana e patrimônio natural e cultural para avaliar os efeitos do empreendimento sobre elas. O plano diretor de Casimiro de Abreu foi instituído em 2006, pela lei nº 1060, e dispõe sobre as bases para o planejamento do município e seus distritos, como é o caso de Barra de São João. O plano separa em seções diferentes a proteção do patrimônio natural do cultural e determina a criação das Zonas de Interesse Ambiental e Paisagístico. No artigo IV do referido plano consta a diretriz de reforçar a identidade local mediante tratamento paisagístico (CASIMIRO DE ABREU (RJ), 2006). Para o patrimônio, fica determinada a criação das Zonas Especiais de Preservação Cultural que visa, de acordo com o inciso III – instituir um regime especial em relação à legislação urbanística própria do Município nas Zonas Especiais de Preservação Cultural cujas expressões arquitetônicas, históricas e culturais dependam do meio ambiente construído (CASIMIRO DE ABREU (RJ), 2006). Todos os critérios e parâmetros para o uso e ocupação do território dentro destas zonas serão regulamentadas por leis derivadas do plano diretor. Há um esforço legislativo na integração da paisagem e do patrimônio cultural nos instrumentos de planejamento dos quais dispõe o município. No entanto iniciativas presentes na legislação não parecem se refletir nas ações do poder executivo do município que é muitas vezes falho em aplicar, fiscalizar e cumprir tais legislações.

O plano diretor municipal instituiu como diretriz para as Zonas Especiais de Preservação Cultural a integração dos programas e projetos de preservação cultural aos programas e projetos de habitação de interesse social (CASIMIRO DE ABREU (RJ), 2006). Esta diretriz está de acordo com o recomendado na carta de Petrópolis, que estabeleceu que, observando a heterogeneidade dos sítios urbanos, deve a moradia construir-se na função primordial do espaço edificado (IPHAN, 1987). Tal disposição não encontra reflexo na prática. Existem algumas edificações patrimoniais sem uso e que estão em um estado inicial de arruinamento e não há nenhuma iniciativa da municipalidade para reverter o quadro de abandono e converter as edificações em moradia.

Estratégia 2: Preservação da paisagem urbana de forma integrada, com ações relativas ao patrimônio natural e cultural, sem recorrer ao falso histórico. As novas construções e intervenções nos sítios e paisagens preservadas devem se guiar pelas pré-existências no tecido histórico e paisagístico local, visto que a mudança, condição essencial das sociedades humanas, deve ser gerida adequadamente, podendo ser uma oportunidade para melhorar a qualidade das cidades e das áreas urbanas históricas, com base nas características locais (UNESCO, 2011). Não se trata do congelamento da paisagem urbana, mas do crescimento controlado e condicionado, respeitando a velocidade e a escala das transformações. É fundamental entender o local como um todo, como explicita a carta de Nairobi:

Cada área histórica e sua envolvente devem ser consideradas na sua totalidade como um todo coerente, cujo equilíbrio e natureza específica dependem da fusão das partes que a compõem e que incluem as atividades humanas, tanto quanto os edifícios, a organização espacial e a envolvente. Todos os elementos válidos, incluindo as atividades humanas, ainda que modestas, devem assim ter significado em relação ao todo, o que não deve ser negligenciado (UNESCO, 2011, p.3)

As mudanças não devem alterar a significância cultural do lugar e quando houver a necessidade de novas infraestruturas elas deveriam ser reversíveis, quando as circunstâncias permitirem (ICOMOS, 2013). A orientação é que toda intervenção, mesmo que temporária, deve buscar o menor impacto possível na ambiência:

Alterações, mesmo que reversíveis deveriam ser consideradas temporárias. Alterações não reversíveis deveriam ser utilizadas como último recurso e não deveriam evitar ações futuras de conservação. (ICOMOS, 2013, p.8, tradução do autor³)

Em Barra de São João, a rodovia Amaral Peixoto, uma infraestrutura da década de 1960 que hoje é fundamental para o município e região. Sua construção foi uma mudança irreversível na paisagem urbana, dividindo o núcleo histórico com uma rodovia de tráfego intenso e pesado. As infraestruturas necessárias a vida contemporânea deveriam estar subordinadas à ambiência, como observa a carta de Nairobi:

Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos contra a desfiguração resultante da instalação de suportes, cabos eléctricos ou telefónicos, antenas de televisão ou painéis publicitários de grande escala. Se já existirem, deverão ser adoptadas medidas adequadas para suprimi-los. (UNESCO, 1976, p3)

³ Reversible changes should be considered temporary. Non-reversible change should only be used as a last resort and should not prevent future conservation action.

Para as mudanças arquitetônicas e intervenções urbanas são preferíveis as feitas com arquitetura contemporânea, para evitar o falso histórico. A declaração de Amsterdã ratifica essa visão quando afirma que a arquitetura de hoje é o patrimônio de amanhã e que tudo deve ser feito para assegurar uma arquitetura contemporânea de alta qualidade (CONSELHO DA EUROPA, 1975). É preciso rejeitar as imitações gratuitas de certas formas arquitetônicas tradicionais e pitorescas (UNESCO, 1962). Tais imitações que perturbam a ambiência da paisagem urbana, com falsos históricos grotescos, são vistas em Barra de São João. São edificações novas que são construídas pelo setor privado e público que visam emular um passado colonial, buscando tornar o local mais atrativo ao turismo. A arquitetura existente em Barra de São João do século XIX é então reescrita, condensada, resumida e ganha elementos da arquitetura luso-brasileira presente em outras cidades, mas que nunca realmente existiram localmente. Essa falsificação histórica prioriza as características popularizadas da arquitetura colonial brasileira. São reconstituições históricas fantasiosas que visam a valorização turística, criando um conjunto mais facilmente consumível, que destaca a dimensão imagética ao ressaltar os seus atributos estéticos e estilísticos. O poder público adota uma postura que promove o falso histórico ao construir edificações públicas falseadas e utilizar incentivos fiscais para que as novas edificações sigam um estilo “colonial” dentro do sítio histórico. Essas medidas ocasionam a perturbação da paisagem urbana e ainda confundem o observador mais desatento, que não consegue distinguir com facilidade o patrimônio histórico das novas edificações.

As bases conceituais e as análises elaboradas possibilitaram a definição das seguintes diretrizes para salvaguardar a paisagem urbana de Barra de São João:

- 1.** Rever a abrangência da Zona Especial de Preservação Cultural, revisando os índices urbanísticos existentes. Essas medidas visam manter a ambiência característica dos espaços livres Privados ao longo do antigo eixo de formação da ocupação local, incluindo coibir o falso histórico.
- 2.** Incentivar a arborização e permeabilidade dos espaços livres públicos e Privados. O incremento das massas arbóreas fortalece a ambiência característica do sistema de espaços livres ao longo do antigo eixo de formação, contribuindo para a salvaguarda dessa paisagem.

3. Intervenção projetual no antigo eixo de formação que articule os espaços livres públicos e contribua com a salvaguarda da paisagem urbana, utilizando recursos como a remoção das infraestruturas de cabeamento aéreo e publicidade, superando fisicamente e sensorialmente a ruptura causada pela rodovia para que o antigo eixo de formação seja percebido em sua unidade, dotando os espaços livres públicos de equipamentos e elementos que atendam as demandas da sociedade contemporânea.

As análises realizadas demonstraram que se faz necessário um ajuste nos parâmetros do zoneamento urbano de Barra de São João para preservação da paisagem urbana. O zoneamento vigente no distrito é oriundo das leis Nº 1217/2008 (CASIMIRO) e Nº 1762/2016 (CASIMIRO). No recorte territorial dessa dissertação estão incluídas as seguintes zonas, conforme o mapa 8 da síntese do zoneamento vigente no ano de 2023.



Mapa 8: Síntese do zoneamento vigente em Barra de São João no ano de 2023. Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

4.1.1. A intervenção na legislação urbana

A zona do setor histórico (ZSH) teve seus limites definidos pela lei de 1978, limites que se mantiveram nas legislações posteriores. Porém as novas legislações foram sendo cada vez mais permissivas em relação a de 1978, com critérios de preservação sendo flexibilizados em função de critérios econômicos. A legislação de 1978 tinha como base um plano de preservação paisagístico ambiental que foi elaborado por técnicos da divisão do patrimônio histórico e artístico do INEPAC, o órgão estadual de proteção ao patrimônio e incorporado na legislação municipal. O plano de preservação em conjunto com a legislação decorrente dele tinha como objetivo:

Preservar como memória e patrimônio cultural e paisagístico ambiental e o conjunto urbano que constitui a antiga parte de Barra de São João, resguardando-o de uma transformação incontrolada possível de ocorrer dado o interesse turístico e especulativo por que vem passando essa região do estado. (CASIMIRO DE ABREU, 1978, p. 2).

A legislação trazia uma série de critérios para intervir nos imóveis preservados e com interesse de preservação, bem como os usos permitidos. Instituiu as áreas de defesa paisagística não edificantes, isto é, proibição de construção de edificações nas faixas de terra ao longo do rio e do mar, em uma faixa de 50m. Embora esta legislação tenha trazido muitas informações sobre os imóveis tombados e suas regras de intervenção, a parte da definição de índices urbanos e parâmetros de ocupação não chegou a ser regulamentada em lei posterior.

A definição dos índices urbanos e parâmetros de ocupação do solo para novas construções só veio a ser estabelecida com a lei Nº 1217/2008, que foi atualizada pela lei Nº 1762/2016, atualmente vigente. Na tabela abaixo vemos os índices aplicados na zona especial do setor histórico (ZSH) e nas demais zonas presentes no recorte estudado nessa dissertação, incluindo a zona mista com restrição de uso (ZMRU1), a zona residencial (ZR1) e a zona mista (ZM1).

Quadro 5: Zoneamento atual				
Parâmetros	Zonas			
	ZSH	ZMRU1	ZR1	ZM1
Gabarito	2 pavimentos	4 Pavimentos	4 Pavimentos	5 Pavimentos
Taxa ocupação	60%	50%	60%	100%
Recuo Frontal	Dispensado	3,00m	3,00m	Dispensado
Afastamento Lateral	Dispensado	1,50m	1,50m	1,50m
Afastamento Fundos	Dispensado	Dispensado	Dispensado	Dispensado
Taxa permeabilidade	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Não especificado

Com base no referencial teórico e nas análises realizadas, alguns itens se mostram incompatíveis com a preservação da paisagem urbana, devendo ser modificados para a salvaguarda da paisagem. As análises demonstraram que é muito importante na configuração da paisagem urbana a presença dos espaços livres Privados. Esses são em sua maioria arborizados e a copa de suas árvores muitas vezes avançam sobre as ruas do antigo eixo de formação da ocupação, dando uma característica muito própria a essas ruas e a paisagem urbana. Com altas taxas de ocupação e a ausência de especificações de áreas permeáveis na legislação atual, esses espaços livres Privados arborizados poderão deixar de existir. A eventual perda desses espaços para massas construídas e a impermeabilização dos espaços livres causará um dano irreparável à ambiência local. Portanto a preservação dos espaços livres Privados e sua vegetação são fundamentais para a salvaguarda da paisagem. Deve ser estabelecida uma taxa mínima de permeabilidade compatível com as características da paisagem, tendo como principal objetivo a salvaguarda da ambiência proporcionada pela arborização dos espaços livres Privados.

A ausência de recuos na zona do setor histórico (ZSH) implica num incentivo a novas construções alinhadas na calçada e coladas em suas divisas, criando uma sequência de edificações unidas entre si sem espaços livres entre elas, situação que nunca existiu de forma contínua nessa paisagem urbana. A dispensa de recuos compromete a paisagem urbana (Figura 60) ao abrir a possibilidade de que não existam espaços livres Privados junto à rua. A ausência de afastamento frontal é uma característica das edificações do século XIX e, para uma melhor distinção dentro da paisagem entre as edificações antigas e as contemporâneas, deve ser vetada a construção de novas edificações sem recuo frontal. A lei nº 1762/2016 estabelece uma

disposição que compromete fortemente a preservação da paisagem urbana e do patrimônio de Barra de São João em sua ambiência e autenticidade. Como já citado anteriormente o poder público local promove o falso histórico em suas edificações e incentiva o falseamento das edificações privadas localizadas na zona do setor histórico (ZSH), como disposto no artigo 20:

Art. 20 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos fiscais aos proprietários de imóvel localizado nos Corredores Histórico-Culturais, observadas as regras pré-definidas pela Municipalidade e acordado previamente, que se dispuserem:

I – a manter a conservação das fachadas em estilo colonial ou rústico;

II – a construir imóvel em estilo colonial ou rústico;

III – a alterar a fachada e característica de estilo diverso de imóvel já construído para o estilo colonial ou rústico (CASIMIRO DE ABREU (RJ) 2016).

A intenção presente nessa legislação é transformar o distrito de Barra de São João em um destino turístico, “tematizando” e “cenarizando” o local, buscando construir uma imagem de destino com estética antiga ou “colonial”. Para potencializar o turismo como atividade geradora de renda local, o poder público local usa do patrimônio arquitetônico e paisagístico para tentar criar uma imagem estereotipada, mas que ao mesmo tempo é similar a outros destinos turísticos brasileiros, com uma estética colonial consolidada. A problemática consiste em se embelezar, plastificar e espetacularizar construções fantasiosas e reconstituições históricas sem bases técnico-científicas (CHOAY, 2007). Elementos dessa legislação aplicam o potencial destrutivo da indústria do turismo sobre o patrimônio,

Figura 57: Alteração nas janelas de edificação na rua São João. Antes e depois elaborado pelo autor com base no Street View do Google Maps de 2014 e foto do autor de 2022.



pois ela permite que nas novas construções sem afastamentos das divisas os vazios sejam preenchidos com reconstituições históricas fantasiosas criando um conjunto falsamente colonial. Esse tipo de incentivo fiscal favorece o surgimento de uma arquitetura kitsch, que é a redução da arquitetura histórica luso-brasileira ao estilo popularmente reconhecido como colonial. Um exemplo observado é inserção de janelas guilhotinas nas janelas dos edifícios tombados (figura 57), elemento que era raro na arquitetura local.

Na figura 57 é possível constatar essa falsificação em edificação do século XIX. A residência localizada na rua São João sofreu uma modificação em suas janelas que receberam guilhotinas, elemento estético inexistente na foto da esquerda tirada no ano de 2014 e agora presente na edificação no ano de 2022. Essa é uma modificação que se repete em algumas outras edificações do século XIX, como ocorreu também na residência na rua Beira rio, que atualmente abriga a biblioteca municipal.

Esses detalhes acabam parecendo autênticos ao observador já que são facilmente associados ao período colonial brasileiro. A inserção desses elementos pode parecer algo pouco relevante, porém o acúmulo na substituição dos detalhes vai acabando com a singularidade local, que é justamente um patrimônio simples nos detalhes devido as características socioeconômicas do local até o século XIX. O artigo 20 da lei 1762/2016 vai contra os princípios de preservação presentes nos documentos patrimoniais universais, como foi discutido nos capítulos anteriores, e contra princípios teóricos já consolidados no campo da preservação do patrimônio e salvaguarda da paisagem. Cesare Brandi explica que o falso não é falso até que seja reconhecido como tal (BRANDI, 2004) e na busca pela homogeneidade da aparência da arquitetura de Barra de São João a legislação age na intenção de induzir ao engano, para que o observador não consiga mais distinguir o falso do autêntico. A falsificação espelha a face da cultura contemporânea que, nos termos da lei, associa os termos “colonial” e “rústico” a determinados elementos que são esteticamente valorizados pela cultura contemporânea, excluindo os demais. Com incentivo da legislação, não ocorre somente a inserção de elementos falsos nas edificações do século XIX, mas a construção de novas edificações que emulam o estilo colonial. Um exemplo de falsificação é um edifício situado na praça As Primaveras (Figura 58).

A legislação aplicada na zona do setor histórico em relação aos incentivos fiscais para construção de edificações ditas coloniais em Barra de São João deve ser suprimida. Os incentivos fiscais devem ser restritos aos proprietários que conservarem a autenticidade das edificações patrimoniais.

Com base no que foi discutido nos capítulos anteriores desta dissertação, nas estratégias e diretrizes estabelecidas para a salvaguarda da paisagem urbana, proponho um novo Zoneamento para a região urbana ao longo do antigo eixo de formação da ocupação. A proposta consiste em 3 zonas: Zona do Setor Histórico (ZSH), que abrange o antigo eixo de formação; Zona de Amortecimento Misto (ZAM), que se situa no entorno da ZSH; Zona Mista (ZM), que abrange o restante da área urbana dentro do recorte de intervenção.

O gabarito médio ao longo do eixo de formação é de 2 pavimentos ou 8 metros de altura, sejam nas edificações do século XIX ou nas demais, com algumas poucas exceções junto à rodovia Amaral Peixoto. Os gabaritos baixos permitem que se destaquem na paisagem urbana as torres das igrejas e as árvores de grande porte, notadamente as palmeiras imperiais (*Roystonea oleracea*) e as figueiras (*Ficus organensis*). A limitação do gabarito para as novas edificações contribui para a salvaguarda da paisagem urbana.

Figura 58: Edificação contemporânea simulando o estilo colonial na praça As Primaveras. Acervo do autor 2022.



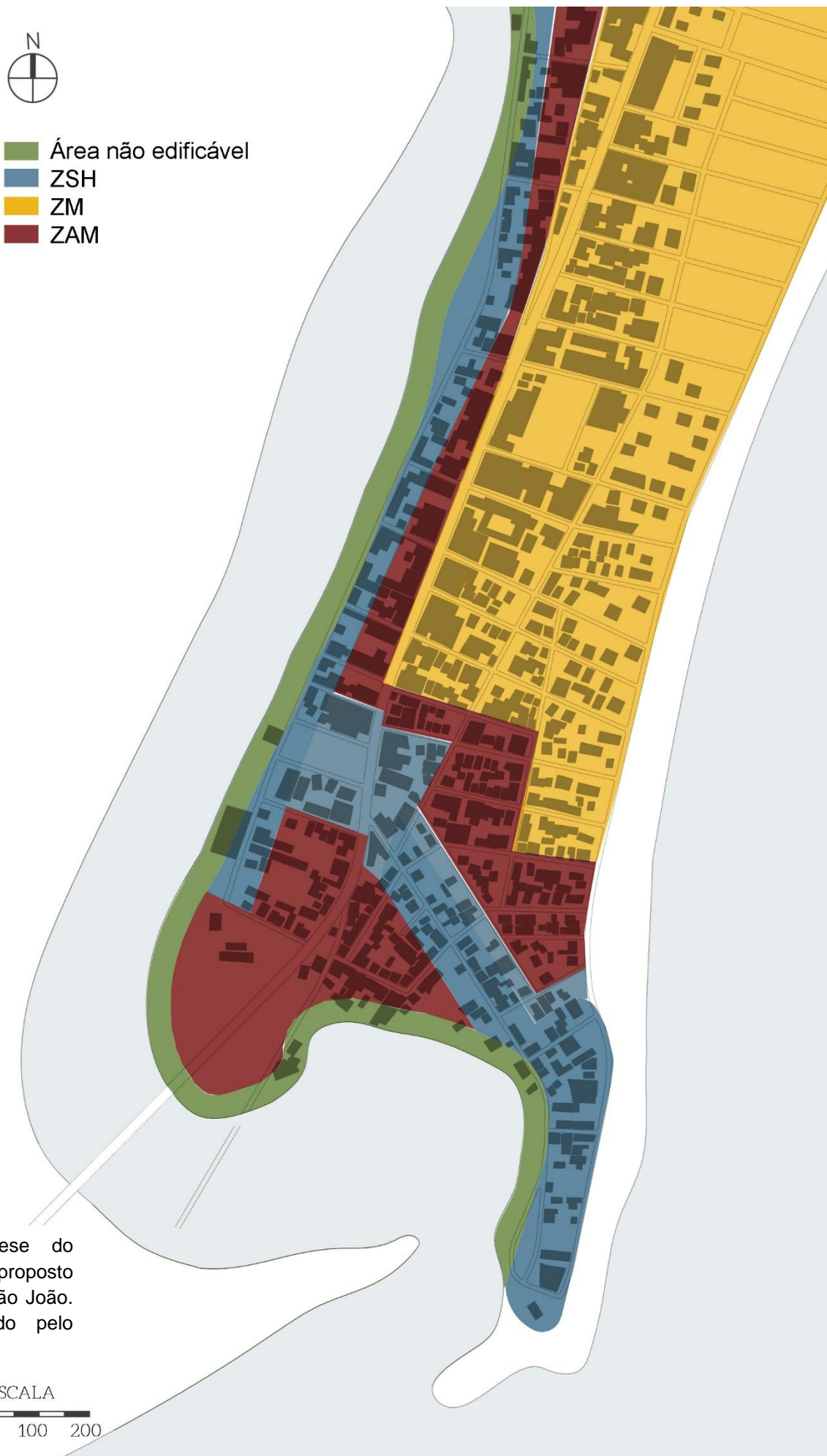
O gabarito médio ao longo do eixo de formação é de 2 pavimentos ou 8 metros de altura, sejam nas edificações do século XIX ou nas demais, com 8 metros de altura, para as edificações na ZSH e na ZAM. Para a ZM ficariam liberados até 4 pavimentos.

A arborização dos espaços livres Privados deve ser incentivada sobretudo na ZSH, portanto a taxa de ocupação e de permeabilidade dos terrenos devem proporcionar um adequado espaço que possa comportar árvores de porte médio e grande. Assim, para essa zona, entendo que uma taxa de ocupação de 50% da área do lote e de 30% de permeabilidade incentive a arborização dos espaços livres Privados. Para a ZAM ficaria permitida uma taxa de ocupação de até 60%, com 30% de permeabilidade e, para a ZM, 70% de ocupação, com 20% de permeabilidade.

Para que as edificações não concorram visualmente com as edificações do século XIX é interessante que as novas edificações estejam afastadas da calçada e das divisas dos lotes (Figura 61). Assim a forma de implantação da nova edificação no lote é mais um elemento de distinção entre o antigo e o novo. Os afastamentos também contribuem para a percepção de uma ambiência construtivamente menos densa. Para as novas edificações na ZSH sugere-se um afastamento frontal de 5 metros e de 3 metros das divisas laterais. Para as edificações na ZAM um recuo frontal de 3 metros e de 2 metros no restante das divisas e para a ZM fica suprimido o recuo frontal e para as demais divisas 2 metros de afastamento. Os índices se encontram sintetizados no quadro 6 e no mapa 9.

Quadro 6: Zoneamento proposto			
Parâmetros	ZONAS		
	ZSH	ZAM	ZM
Gabarito	2 pavimentos	3 Pavimentos	4 Pavimentos
Taxa ocupação	50%	60%	70%
Recuo Frontal	5,00m	3,00m	Suprimido
Afastamento Lateral	3,00m	2,00m	2,00m
Afastamento Fundos	3,00m	2,00m	2,00m
Taxa permeabilidade	30%	30%	20%

A paisagem urbana de Barra de São João possui como uma de suas características uma baixa densidade construída e essas propostas de alteração no zoneamento buscam contribuir para salvaguardar essa percepção de uma paisagem pouco densa, com a massa edificada sendo intercalada pelos espaços livres. Esta proposta se origina do estudo dessa paisagem desde sua formação e esse zoneamento busca equilibrar o desenvolvimento urbano com a paisagem preexistente, subordinando o



Mapa 9: Síntese do zoneamento proposto para Barra de São João. Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

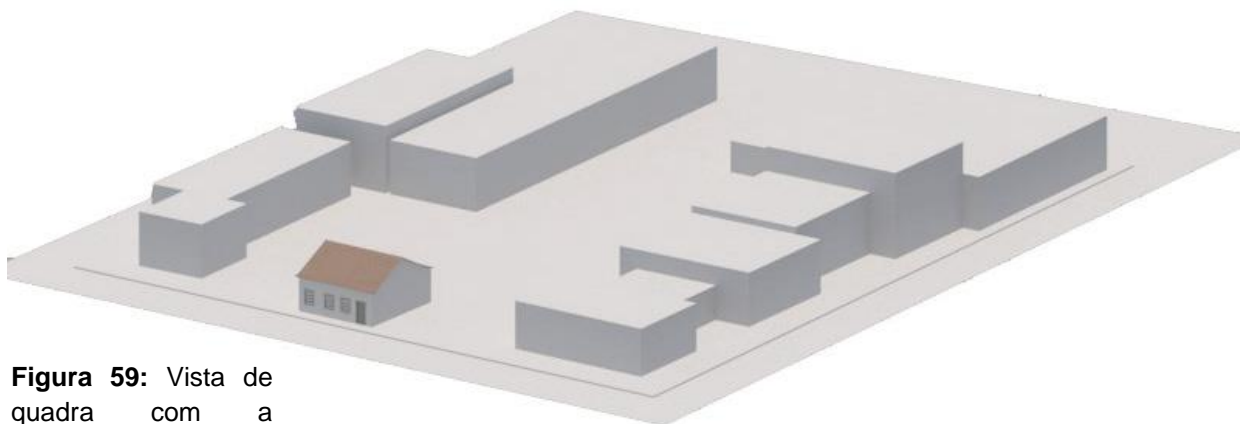


Figura 59: Vista de quadra com a volumetria existente em 2023. Elaborado pelo autor em 2023.

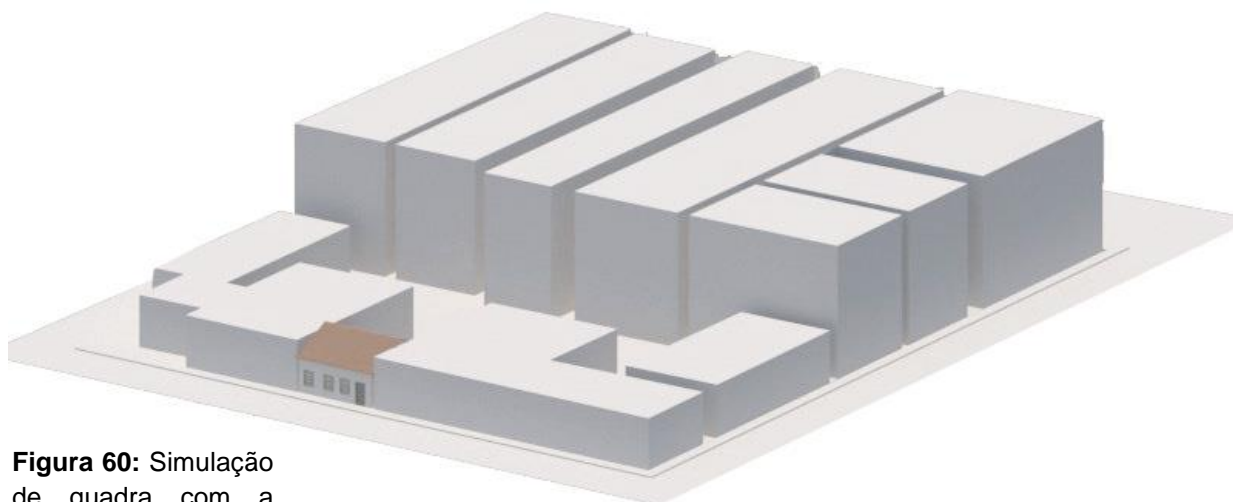


Figura 60: Simulação de quadra com a legislação vigente aplicada em todo o seu potencial. Elaborado pelo autor em 2023.

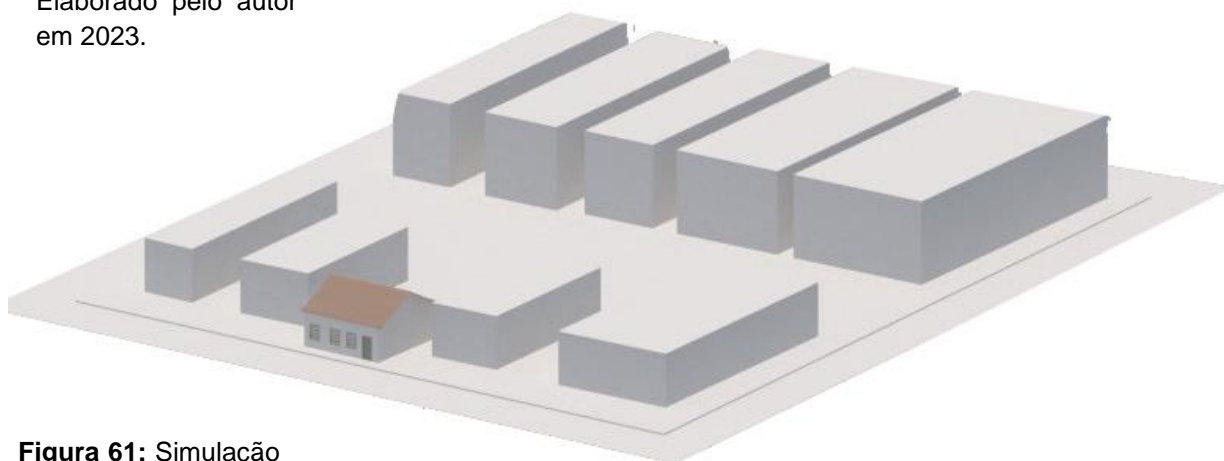


Figura 61: Simulação de quadra com a legislação proposta aplicada em todo o seu potencial. Elaborado pelo autor em 2023.

crescimento econômico, sobretudo o imobiliário, à salvaguarda da paisagem urbana. Este instrumento, no entanto, deve servir de base para um estudo mais amplo junto à população para que seja aplicado de forma participativa atendendo às outras demandas e anseios da comunidade local. Devido ao poder econômico, que busca o crescimento e valorização imobiliária a todo custo, entendo que haja uma certa resistência, em certos segmentos da sociedade, em aceitar essas medidas limitadoras. O zoneamento aqui proposto pode ser entendido como um empecilho ao desenvolvimento econômico, o que não é.

Para uma efetiva participação popular se faz necessário um processo de educação patrimonial. Embora não seja do escopo dessa dissertação nós técnicos/especialistas devemos atuar como facilitadores para que possamos dialogar com a comunidade e aprender com ela. O objetivo dessa postura é ajudar a organizar e preparar a sociedade para uma verdadeira participação nos processos decisórios. Para isso é fundamental a socialização de informações e a facilitação da comunicação (SOUZA, 2006). A socialização das informações relativas à importância e ao significado da preservação são fundamentais para superar a noção, muito difundida, de que há oposição entre a preservação do patrimônio e o progresso. O valor de novidade onde apenas o novo é íntegro e belo e aquilo que está velho, fragmentado, descolorido, é feio (RIEGL, 2014) predomina em nossa sociedade e é sempre reforçado pela indústria cultural onde a novidade é um fim em si mesma e todos os traços de antiguidade são considerados perturbadores e, portanto, negligenciados. Somente com a participação efetiva da comunidade de Barra de São João, após um amplo processo de educação patrimonial, é que a paisagem urbana vai ser efetivamente preservada.

Figura 62: Vista aérea de Barra de São João no entorno da praça das primaveras, com a foz do rio ao fundo.

Fonte: Recorte de vídeo feito pelo autor. PEREIRA, F. (2018)



4.1.2. Intervenção paisagística no sistema espaços livres públicos

A etapa final dessa dissertação é a proposta de uma intervenção projetual no sistema de espaços livres públicos do antigo eixo de formação que contribua com a salvaguarda da paisagem urbana e dote esses espaços de equipamentos e elementos que se integrem de maneira contextual com as edificações patrimoniais do entorno e demais elementos pré existentes da paisagem. Esse projeto visa superar as barreiras físicas que dificultam a percepção desses espaços como um sistema.

4.2. Referências projetuais

A complexidade da intervenção projetual nos espaços livres inseridos em paisagens culturais requer a elaboração de um repertório de soluções sensíveis já aplicadas nestes contextos. Esse estudo de referências auxilia no processo criativo ao buscar de respostas projetuais e de desenho urbano já aplicadas e bem sucedidas. As referências analisadas têm em comum entre si o fato de estarem em uma relação contextual com as preexistências do local e, portanto, buscam uma continuidade histórica entre o patrimônio existente e as novas intervenções. Foram escolhidos projetos implementados em cidades e vilas históricas situadas no Brasil e no mundo.

4.2.1. Centro histórico de Cabbio, na Suíça

A praça principal da vila de Cabbio sofreu intervenções pelo arquiteto suíço Enrico SASSI, 2022. A vila localizada no vale de Muggio e se desenvolveu ao longo das colinas do vale, adaptando-se à topografia (SASSI, 2022). Na praça de Cabbio está localizada a igreja de São Salvador (1789-1808) e que, junto com a vila, é um patrimônio protegido localmente (SASSI, 2022). A intervenção teve como objetivos pavimentar a praça e organizar seus usos. A praça, anteriormente em terra batida, era utilizada somente como estacionamento e acesso a igreja. A intervenção refez o muro de arrimo que delimita a praça, preservou as árvores existentes e pavimentou a praça com pedra natural. A pedra escolhida possui uma cor similar com a natureza do lugar (SASSI, 2022). Pedras mármores encontradas durante a escavação do local foram utilizadas para fazer uma fonte e os bancos na entrada principal da praça. A nova praça assim forma uma continuidade material e formal com o átrio da igreja, que foi mantido em sua forma existente.

Figura 63: Vista da praça de Cabbio. Fonte: Acervo Sassi Architects, 2022



Figura 64: Vista da praça de Cabbio. Fonte: Acervo Sassi Architects, 2022



4.2.2. Centro histórico de Mariana, Minas Gerais

O escritório ARQUITETOS ASSOCIADOS, em 2003, realizou uma série de intervenções nos espaços livres de Mariana, Minas Gerais. As intervenções tiveram como premissa requalificar esses espaços usando de soluções econômicas e de simplicidade construtiva (ARQUITETOS ASSOCIADOS, 2003). Foram utilizados materiais locais reinterpretados na sua forma de aplicação tendo como objetivo uma harmonia plástica entre os elementos novos e as preexistências (ARQUITETOS ASSOCIADOS, 2003). Pedra natural foi utilizada na pavimentação, em forma de paralelepípedos, e como revestimento de grandes blocos monolíticos que servem como mobiliário urbano. Junto à igreja de São Pedro, foram criados patamares gramados que acompanham a topografia e são delimitados pelos blocos monolíticos de pedra. Na praça da Câmara Municipal, as intervenções foram mínimas, mantendo o caráter simples e gramado do espaço. Na praça da Matriz, foi feita toda uma repavimentação em pedra natural, buscando dar um caráter de homogeneidade plástica no espaço da praça e seu entorno. Ficou reforçado assim a ambiência que remonta ao século XVIII, um espaço amplo, não arborizado, que serve de palco para realização de feiras e eventos civis e religiosos.

Figura 65: Vista da praça de São Pedro em Mariana, MG. Fonte: Acervo Arquitetos Associados, 2003



Figura 66: Vista da praça de São Pedro em Mariana, MG. Fonte: Acervo Arquitetos Associados, 2003



4.2.3. Colina do Senhor do Bonfim, em Salvador, Bahia

Localizada na cidade de Salvador, na Bahia, a colina foi requalificada em 2019 pelo escritório Sotero Arquitetos. A área é tombada pelo IPHAN desde 1983 e tem uma importância simbólica e religiosa muito importante para a cidade. A praça foi ampliada para que fosse uma extensão das escadarias da igreja reforçando o eixo da sua fachada, garantindo a continuidade que sugere a importância da edificação sobre as demais e unificando o conjunto arquitetônico. (SOTERO, 2019).

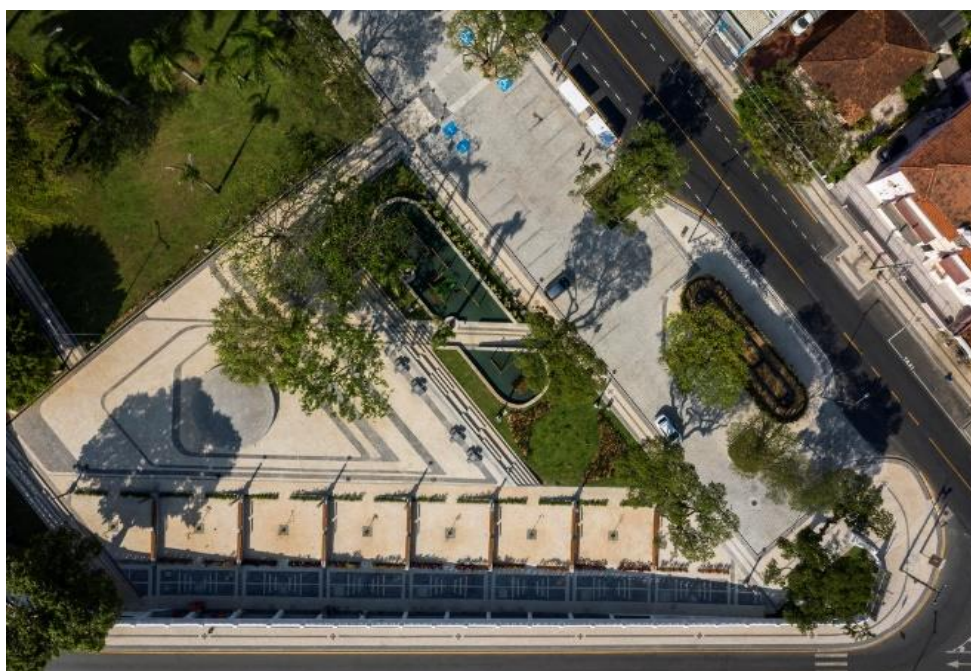


Figura 67: Vista da colina do Senhor do Bonfim em Salvador, BA. Fonte: Acervo Arquitetos Associados, 2019



Figura 68: Vista da colina do Senhor do Bonfim em Salvador, BA. Fonte: Acervo Arquitetos Associados, 2019

A premissa da intervenção foi a valorização do pedestre sobre o automóvel, o que foi feito com o redesenho do sistema viário e a garantia da acessibilidade na colina. A pavimentação também utiliza de elementos de pedra natural e pedras tradicionalmente utilizadas no local. Nesse caso, a pedra portuguesa, nas cores preta e branca desenha padrões no piso que indicam os caminhos. O mobiliário urbano consiste em blocos monolíticos que são usados como bancos e delimitadores de canteiros. A vegetação existente foi mantida e valorizada nas estratégias do projeto.



Figura 69: Vista da colina do Senhor do Bonfim em Salvador, BA. Fonte: Acervo Arquitetos Associados, 2019



Figura 70: Vista da colina do Senhor do Bonfim em Salvador, BA. Fonte: Acervo Arquitetos Associados, 2019

As referências utilizadas são intervenções calcadas nas preexistências com decisões de desenho oriundas da releitura de elementos e fragmentos presentes no local em consonância com a ambiência. A consonância é definida por Beatriz Kühl como sendo o uso de notas diversas que se conjugam em um acorde harmônico buscando o diálogo (KÜHL, 2008). Essa consonância está presente na forma dos materiais utilizados nos espaços públicos aqui analisados. Em todas as intervenções se destaca o uso de materiais tradicionais e naturais, como a pedra, mas em formas contemporâneas de aplicação e desenho de paginação. A paginação dos pisos tem um papel fundamental nas intervenções, bem como o esmero nos detalhes construtivos utilizados. A aparente simplicidade das soluções revela um complexo processo de análise dos locais para entender as suas características plásticas fundamentais e, a partir desse entendimento profundo do local, propor intervenções simples, mas que agregam grande valor à paisagem urbana. Essa linha de intervenção é a que inspira o projeto de intervenção desenvolvido para Barra de São João.

4.2.4. Ateliês de projeto

Dentro da estrutura do Programa de Pós-graduação em Projeto e Patrimônio o discente do Mestrado Profissional deve cursar as disciplinas de Atelier, que são 4 no total. Dentro dessas disciplinas o conteúdo teórico era aplicado nos objetos de estudo dos discentes, assim, os estudos nos ateliês contribuíam diretamente para o projeto arquitetônico/paisagístico a ser desenvolvido na dissertação. No atelier 01 foi o momento de esclarecer o objeto de estudo, e limitar os recortes dos espaços que sofreriam intervenção projetual. Dentro desta disciplina o recorte de intervenção ficou limitado a Rua Bernardo Gomes, com o levantamento físico da área (Figura 71) e ideias preliminares de intervenção (figura 72), baseadas nas teorias do restauro científico.



Figura 71: Parte da linha do horizonte e perfil de um trecho da rua Bernardo Gomes. Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Figura 72: Colagem com primeiras ideias para a rua Bernardo Gomes. Elaborado pelo autor, 2020.



No atelier 02 a escala do objeto de estudo foi ampliado para a paisagem, analisando os fatores socioeconômicos que a moldaram. Nessa disciplina ocorreu uma análise intensa de documentos históricos e sobretudo de elementos cartográficos, o que resultou em uma produção de mapas, que o processo de estruturação urbana de Barra de São João, como o mapa da estrutura urbana do século 19 (Figura 73) e o mapa da estrutura fundiária e usos (Figura 74). O resultado dessas análises foi a ampliação da área de intervenção projetual, que até então abrangia somente a rua Bernardo Gomes e que a partir do atelier 2 passou a englobar também as margens do rio São João, a praça As Primaveras, a rua São João e adro da Igreja de São João Batista na foz do rio. Essa área de intervenção pode ser vista na figura 75.

Figura 73: Estrutura urbana de Barra de São João no século 19. Onde se observam as principais rotas terrestres, Laranja e Amarela, as rotas aquáticas para a capital e a parte da cidade que foi planejada, mas não executada, em verde. Elaborado pelo autor com base em cartografias e documentações disponíveis desse período, 2021.

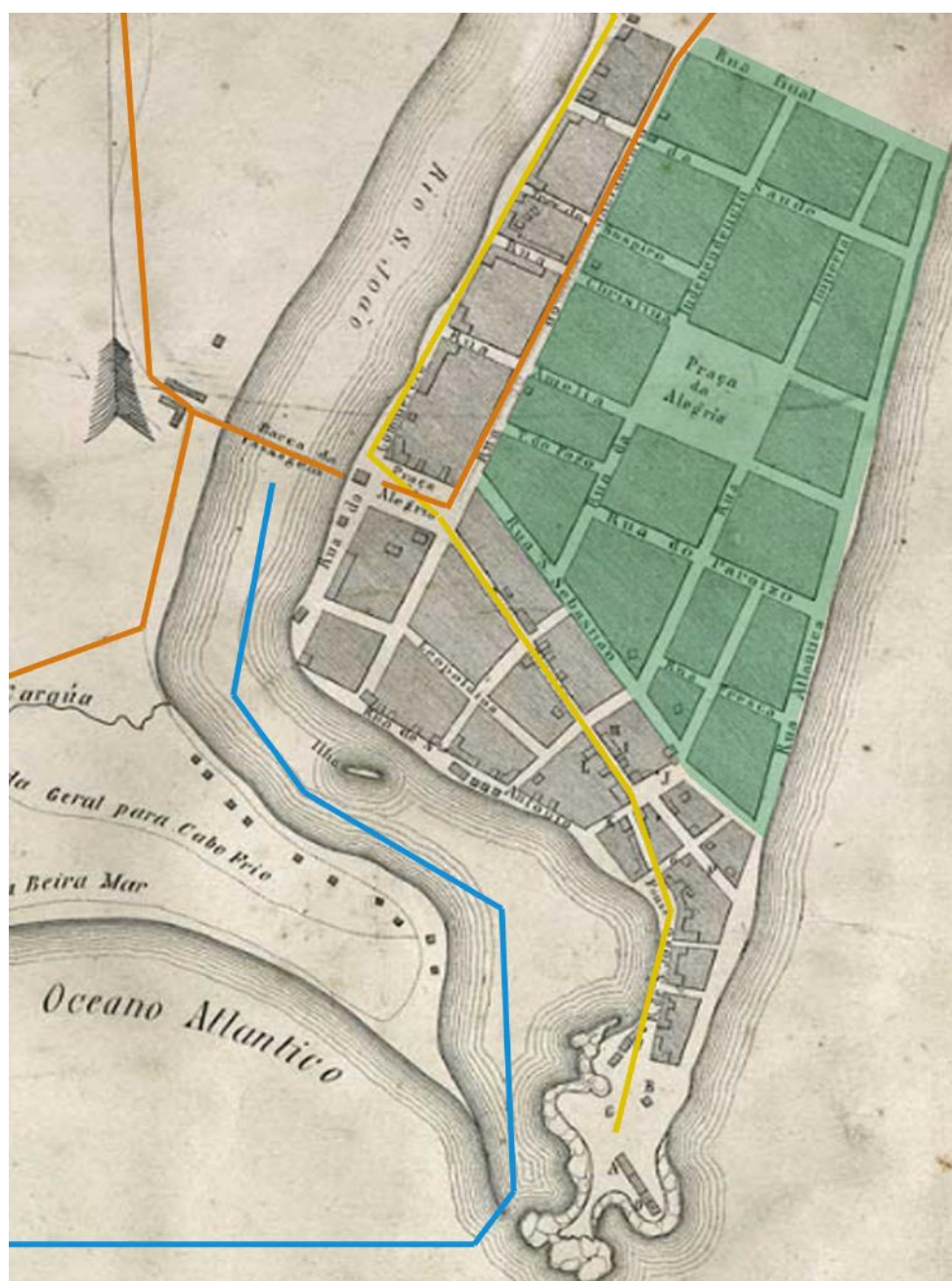
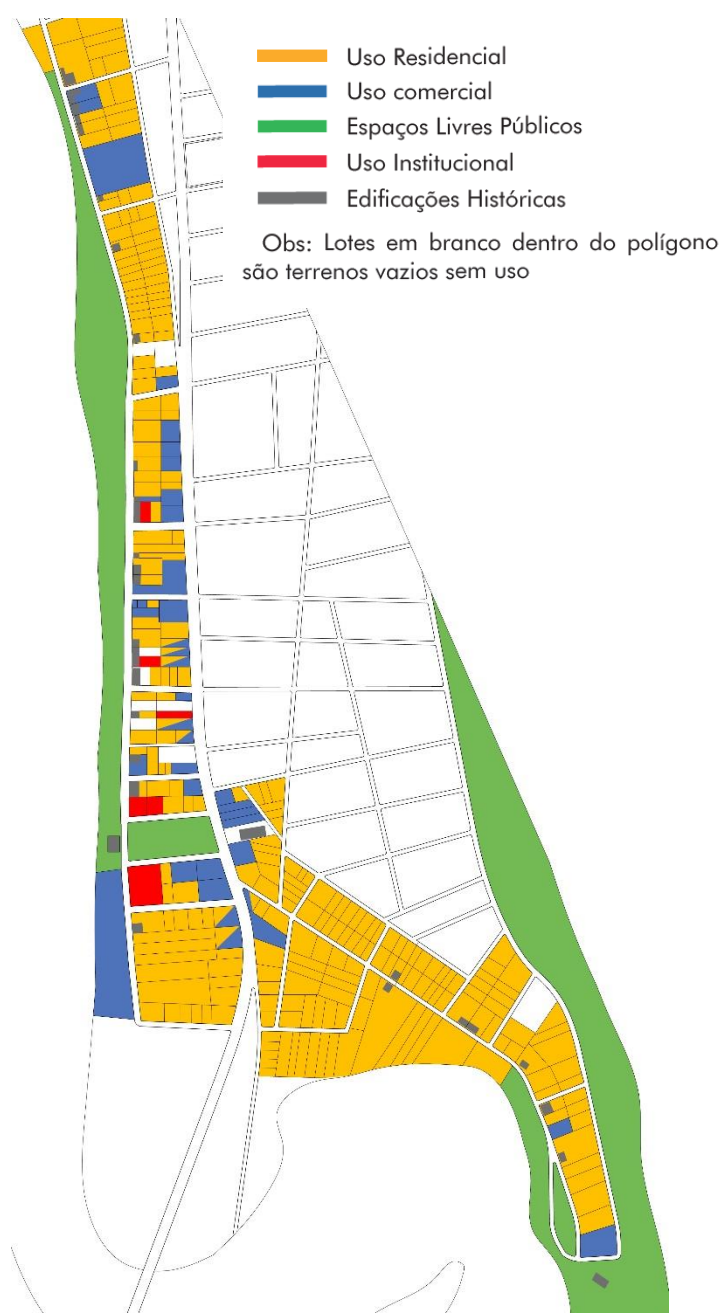


Figura 74: Recorte com estrutura fundiária e usos de Barra de São João. Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 75: Recorte da área de intervenção projetual ao fim da disciplina de atelier 2. Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Na disciplina subsequente, atelier 03, foi dada continuidade aos estudos da paisagem e dos sistemas de espaços livres públicos e Privados. Foram produzidos estudos morfológicos e de volumetria da área de intervenção onde a legislação vigente foi analisada relacionando-a com a morfologia atual com as possibilidades futuras permitidas e incentivadas pela legislação municipal. Dentro da área de intervenção foi selecionado um recorte espacial para um projeto de espaços livres. No meu objeto foi selecionado a praça As Primaveras e o entorno do Museu Casa Casimiro de Abreu. O resultado foi um novo desenho paisagístico, como nas figuras 76 e 77.



No atelier 04, o último do mestrado profissional, foi dada continuidade aos estudos desenvolvidos desde o primeiro atelier com foco nos meios e métodos para o desenvolvimento da dissertação e nas formas de representação gráfica e comunicação de conceitos e ideias. O recorte de intervenção foi mantido e foram explorados estudos de caso de intervenções em contextos similares ao de Barra de São João. A análise dos projetos existentes junto com os estudos teóricos de intervenção no patrimônio e a relação do novo com o existente possibilitaram a definição de estratégias de intervenção (Figuras 78 e 79) para salvaguarda da paisagem urbana de Barra de São João.



Figura 76: Museu e entrono dentro do projeto de intervenção elaborado em atelier 3. Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.



Figura 77: Praça as primaveras dentro do projeto de intervenção elaborado em atelier 3. Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

As disciplinas de atelier foram fundamentais para o desenvolvimento da dissertação, sobretudo do projeto de intervenção. Essas disciplinas introduziram conceitos teóricos e autores que foram fontes de conceitos e abordagens de como intervir em contextos patrimoniais. Essas disciplinas foram um importante espaço de experimentações projetuais onde as ideias e propostas eram expostas às professoras e professores do PGPP e externos, o que enriquecia a experiência projetual. Muitas diretrizes desenvolvidas nas disciplinas se encontram presentes nessa dissertação e no anteprojeto de intervenção. Ideias projetuais boas foram aprimoradas e ideias que se mostraram inadequadas dentro dos pressupostos teóricos de relação entre antigo-novo foram descartadas. As disciplinas enquanto experimentação projetual proporcionaram o amadurecimento do recorte de intervenção e do projeto no âmbito do desenho.

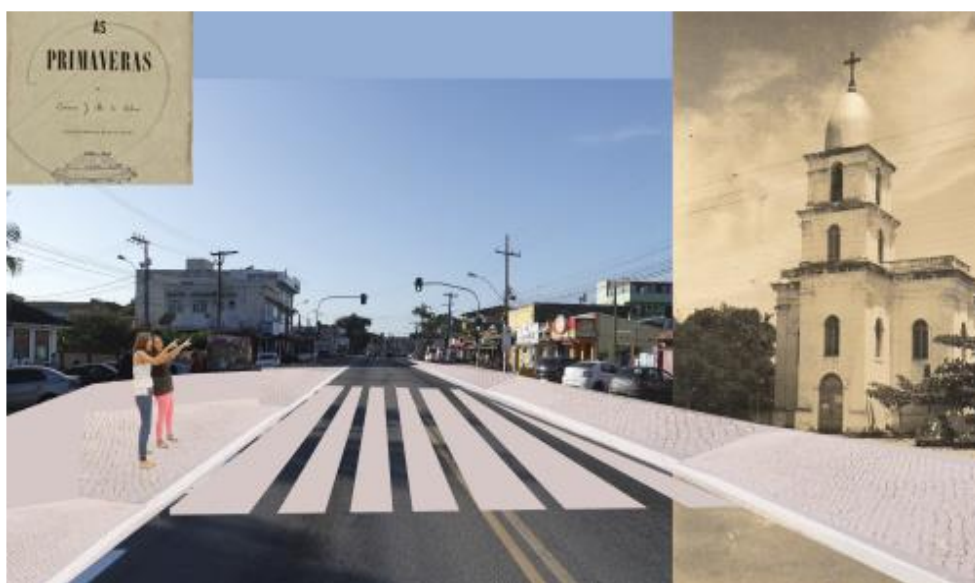
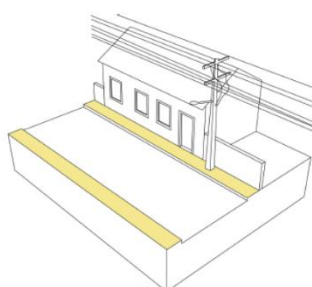
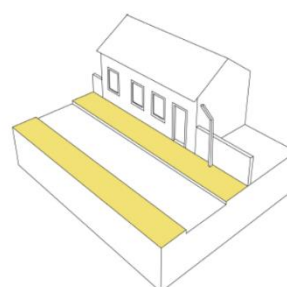


Figura 78: Presente, passado e futuro, intervenção elaborado em atelier 4. Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.



3 - O perfil atual da rua São João, de 8m tem um passeio que varia de 1,20m a 0,80m além de uma grande presença de postes e cabamentos aéreos.



O perfil atual da rua São João proposto de é aumentar os passeios para 2,50m e a eliminação da fiação aérea.

Figura 79: Exemplo de diretriz de intervenção elaborado em atelier 4. Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

4.3. Anteprojeto para o sistema de espaços livres

O anteprojeto, segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, é a fase em que o arquiteto apresenta uma proposta preliminar, incluindo ideias conceituais, distribuição de espaços, volumetria e elementos fundamentais (CAU/BR, 2015). Um anteprojeto usualmente contempla elementos como planta baixa preliminar, representações tridimensionais e estudos de volumetria. O anteprojeto desenvolvido como parte dessa dissertação serve como base para discussões com a comunidade de Barra de São João e o poder executivo local, para que então sejam desenvolvidos projetos básicos e executivos.

A intervenção projetual abrange os espaços livres públicos que estão no antigo eixo de formação. Esses espaços livres públicos são a Rua Bernardo Gomes, praça As Primaveras, rua São João e o espaço livre junto a igreja de São João Batista, na foz do rio. Para a integração física do sistema de espaços livres públicos, o priorizou o uso da mobilidade ativa por meio de passeios para pedestres e ciclovias. Uma rede de passeios acessíveis percorre todo o sistema, integrando os espaços de maneira que os pedestres possam se locomover a pé de maneira confortável e segura. O sistema conta com uma ciclovia que percorre todos os espaços, conectando-os desde o início da rua Bernardo Gomes até a foz do rio São João, nas proximidades da igreja. O espaço necessário para expansão dos passeios e implantação da ciclovia foi obtido com a diminuição dos leitos carroçáveis. Os espaços livres públicos dentro do antigo eixo de formação possuem uma desigualdade na distribuição dos espaços destinados aos pedestres e aos espaços destinados aos automóveis. O leito carroçável das ruas é super dimensionado para a demanda local, sobretudo na rua Bernardo Gomes e na Rua São João em seu trecho próximo ao adro da igreja na foz do rio. Esse dimensionamento exagerado faz com que a diminuição do leito carroçável existente não prejudique o fluxo de veículos. Para uma representação gráfica em uma escala mais ampliada da proposta de intervenção, o anteprojeto do sistema de espaços livres públicos vai ser dividido em trechos: rua Bernardo Gomes; Entorno do Museu casa Casimiro de Abreu; praça As Primaveras; rodovia Amaral Peixoto; rua São João e o entorno da igreja de São João Batista.

Intervenção projetual



Mapa 10: Intervenção
Projetual: Fonte:
elaborado pelo autor,
2023.

4.3.1. Rua Bernardo Gomes

Na rua Bernardo Gomes é proposto um passeio e a ciclovia junto do gramado às margens do rio. Nesse local atualmente não há um passeio pavimentado, a rua termina diretamente no gramado. O passeio se abre em espaços de estar (Figura 80) em frente às edificações do século XIX para proporcionar uma possibilidade de contemplação das mesmas e de sua relação com a paisagem e o rio. Nos trechos onde não há edificações de interesse patrimonial foram designados espaços para estacionamento. Esse desenho urbano pode ser visto nas figuras 80 e 81, que mostra o trecho da rua com a inserção da proposta. Foi elaborada uma sequência de cortes que mostram o modelo de perfil viário adotado. Na figura 84, que mostra o perfil atual, possível perceber a distribuição desigual do espaço na rua, tendo os veículos a maior parte do espaço disponível. As figuras 85 e 86 mostram uma situação mais equilibrada, com uma melhor distribuição dos espaços entre pedestres, ciclistas e veículos, inclusive com espaço para estacionamento, proporcionando espaços seguros e acessíveis que contemplam uma diversidade de usos e pessoas.

Figura 80: Vista de trecho da rua Bernardo Gomes. Elaborado pelo autor, 2023



Figura 81: Vista de trecho da rua Bernardo Gomes. Elaborado pelo autor, 2023





Figura 82: Planta de trecho da rua Bernardo Gomes. Elaborado pelo autor, 2023

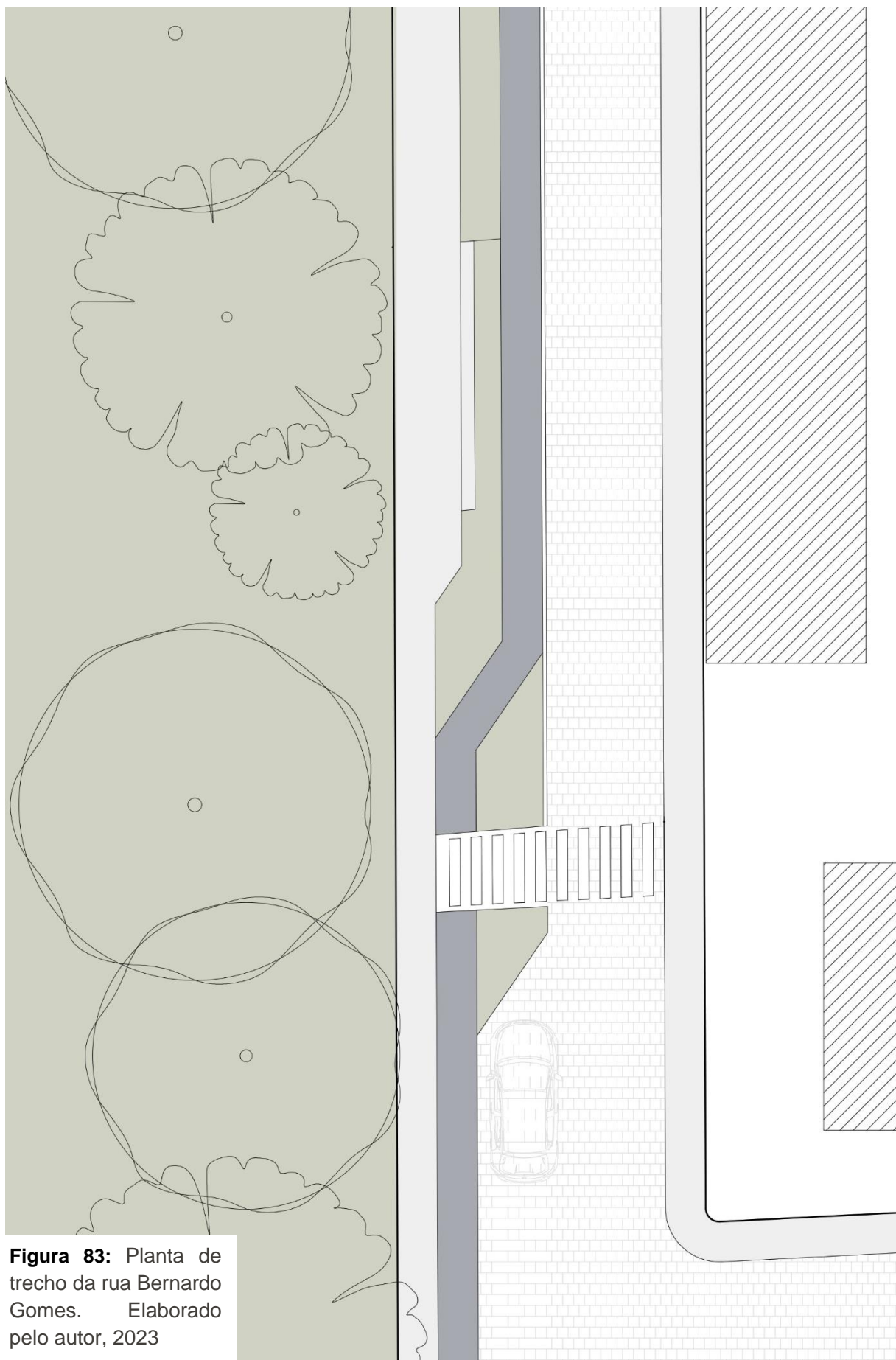


Figura 83: Planta de trecho da rua Bernardo Gomes. Elaborado pelo autor, 2023

Figura 84: Perfil atual da rua Bernardo Gomes. Elaborado pelo autor, 2023

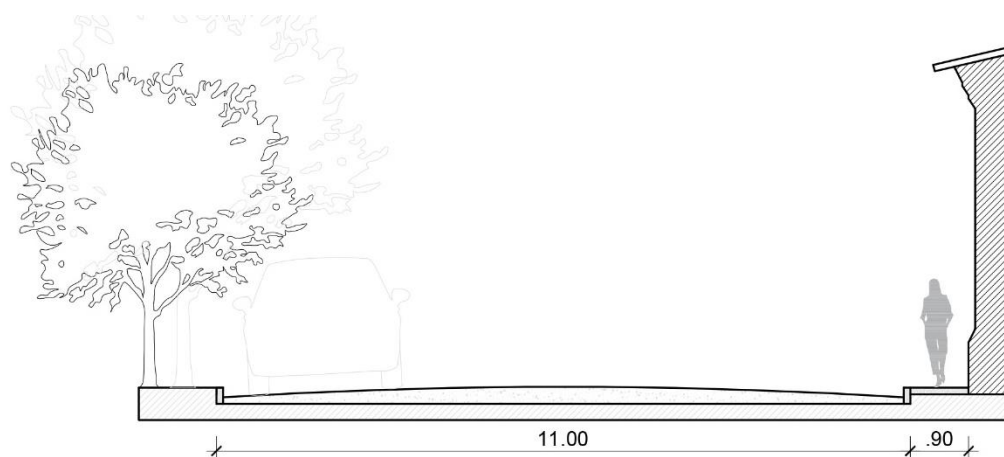


Figura 85: Perfil proposto da rua Bernardo Gomes, com espaço de estar, passeios e ciclovias e com espaço designado pra canteiro pluvial. Elaborado pelo autor, 2023

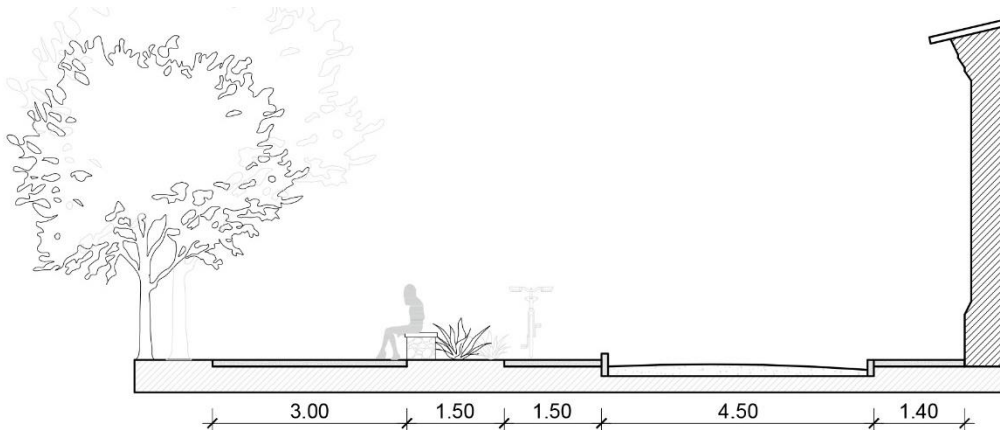
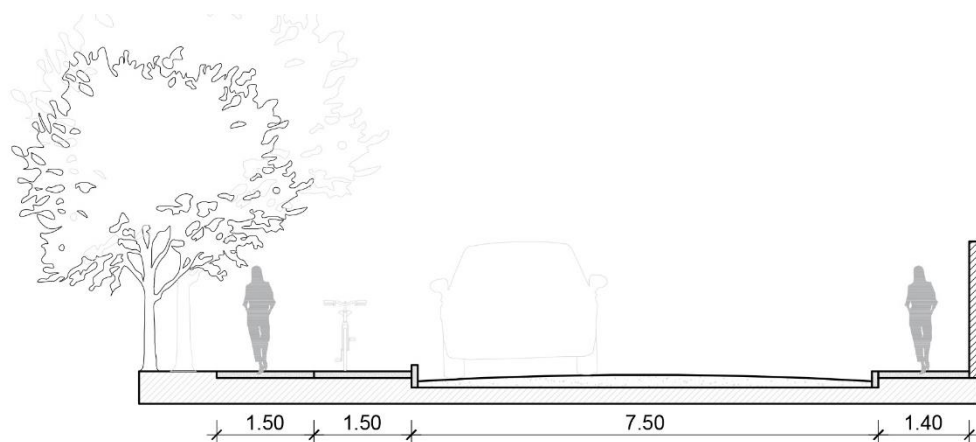


Figura 86: Perfil proposto da rua Bernardo Gomes, com passeios, ciclovias e vagas de estacionamento. Elaborado pelo autor, 2023



4.3.2. Entorno do Museu Casa Casimiro de Abreu

No entorno do museu são propostos espaços de estar que aumentem as possibilidades das pessoas se apropriarem da paisagem e do patrimônio. Um dos elementos inseridos é uma escadaria (Figura 88), que funciona como facilitador do acesso à água e proporciona uma percepção de maior conexão entre o rio e os espaços livres adjacentes. São previstos também bancos para fruição da paisagem. Esse é um ponto de transição entre os espaços livres que são mais gramados e vegetados na margem do rio para os espaços mais pavimentados da praça As Primaveras. A configuração desse entorno (Figura 87) segue um desenho formal mais geométrico que remete aos padrões geométricos do tecido urbano que foi planejado para Barra de São João ainda no século XIX.

Figura 87: Vista do museu Casa Casimiro de Abreu a partir da praça As Primaveras. Elaborado pelo autor, 2023



Figura 88: Vista do acesso ao rio São João, com museu ao fundo. Elaborado pelo autor, 2023



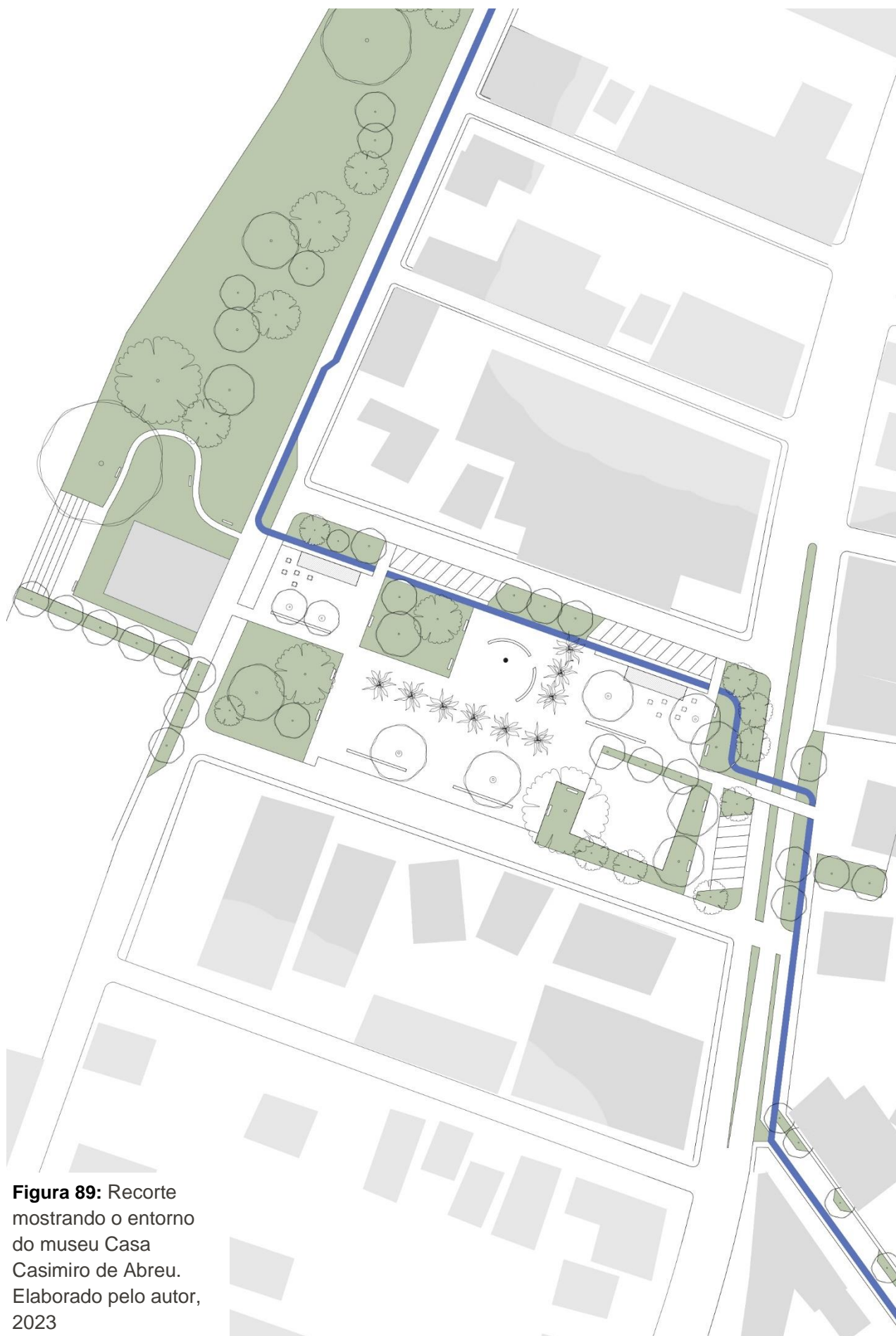


Figura 89: Recorte mostrando o entorno do museu Casa Casimiro de Abreu. Elaborado pelo autor, 2023

Figura 90: Recorte mostrando o entorno do museu Casa Casimiro de Abreu. Elaborado pelo autor, 2023

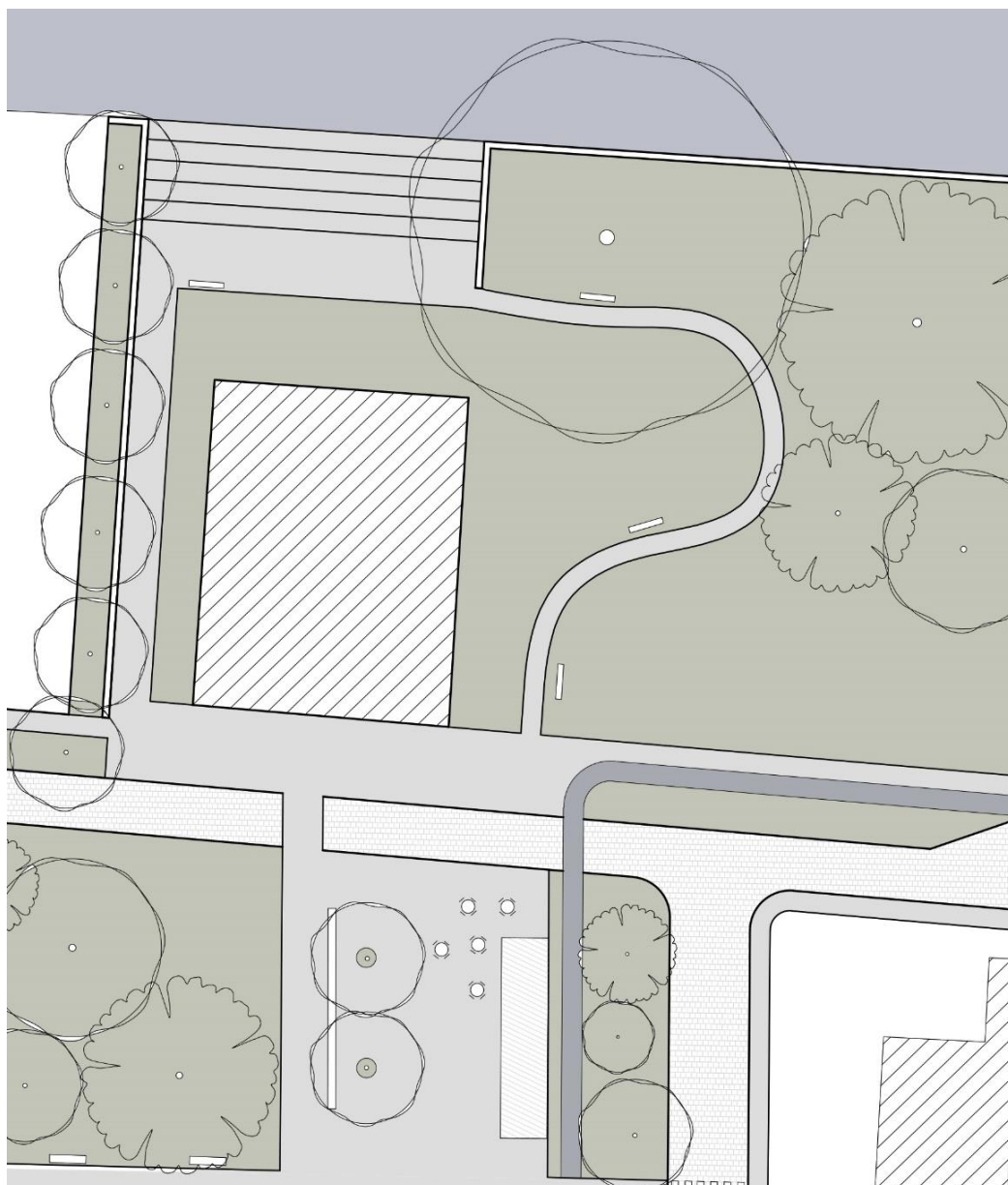
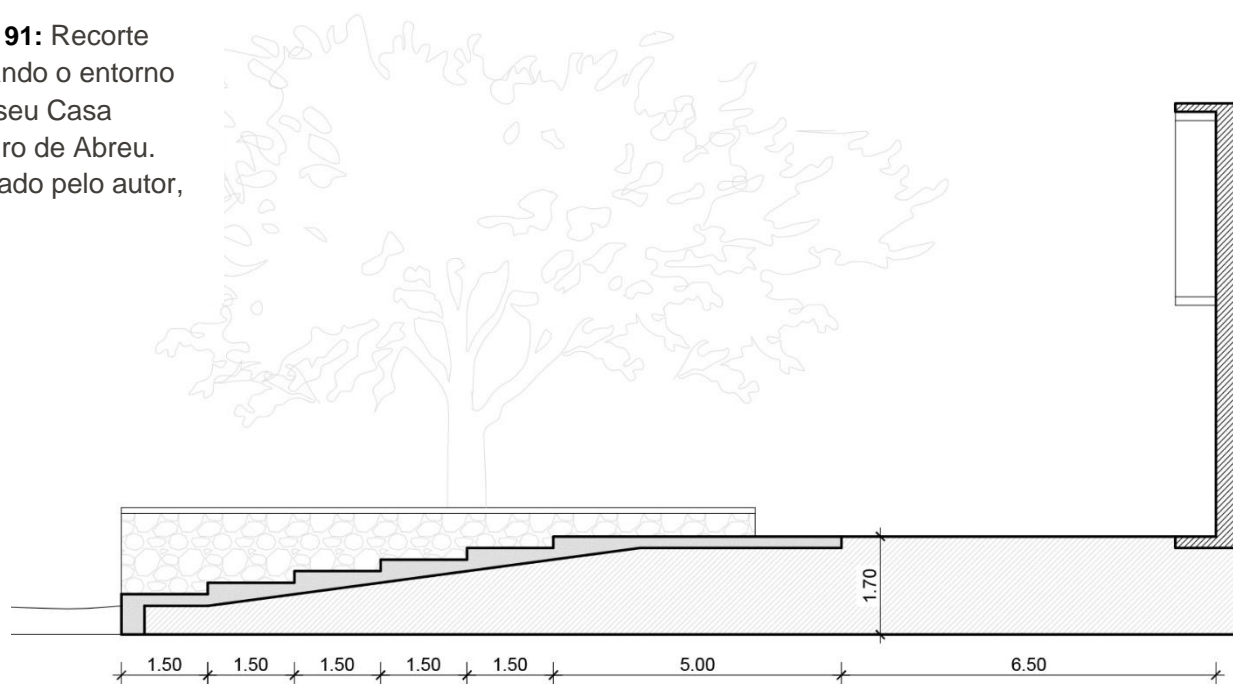


Figura 91: Recorte mostrando o entorno do museu Casa Casimiro de Abreu. Elaborado pelo autor, 2023



4.3.3. Praça As Primaveras

Na praça, a proposta é uma reorganização do espaço (Figura 93) respeitando as preexistências, como o busto de Casimiro de Abreu e as palmeiras imperiais, e novos elementos que façam com que o desenho e os elementos da praça se adequem ao contexto da paisagem de Barra de São João. Partindo do eixo visual que liga o museu à igreja da Sagrada Família, são distribuídos os espaços de estar e lazer dentro da praça. Os quiosques e banheiros públicos atuais, em um estilo que emulam um falso histórico, são substituídos por estruturas contemporâneas que remetem a técnicas construtivas presentes no patrimônio edificado local. Esses novos quiosques e banheiros públicos (Figura 92) atendem uma demanda local por esses espaços ao mesmo tempo que coexistem em harmonia com a paisagem urbana.

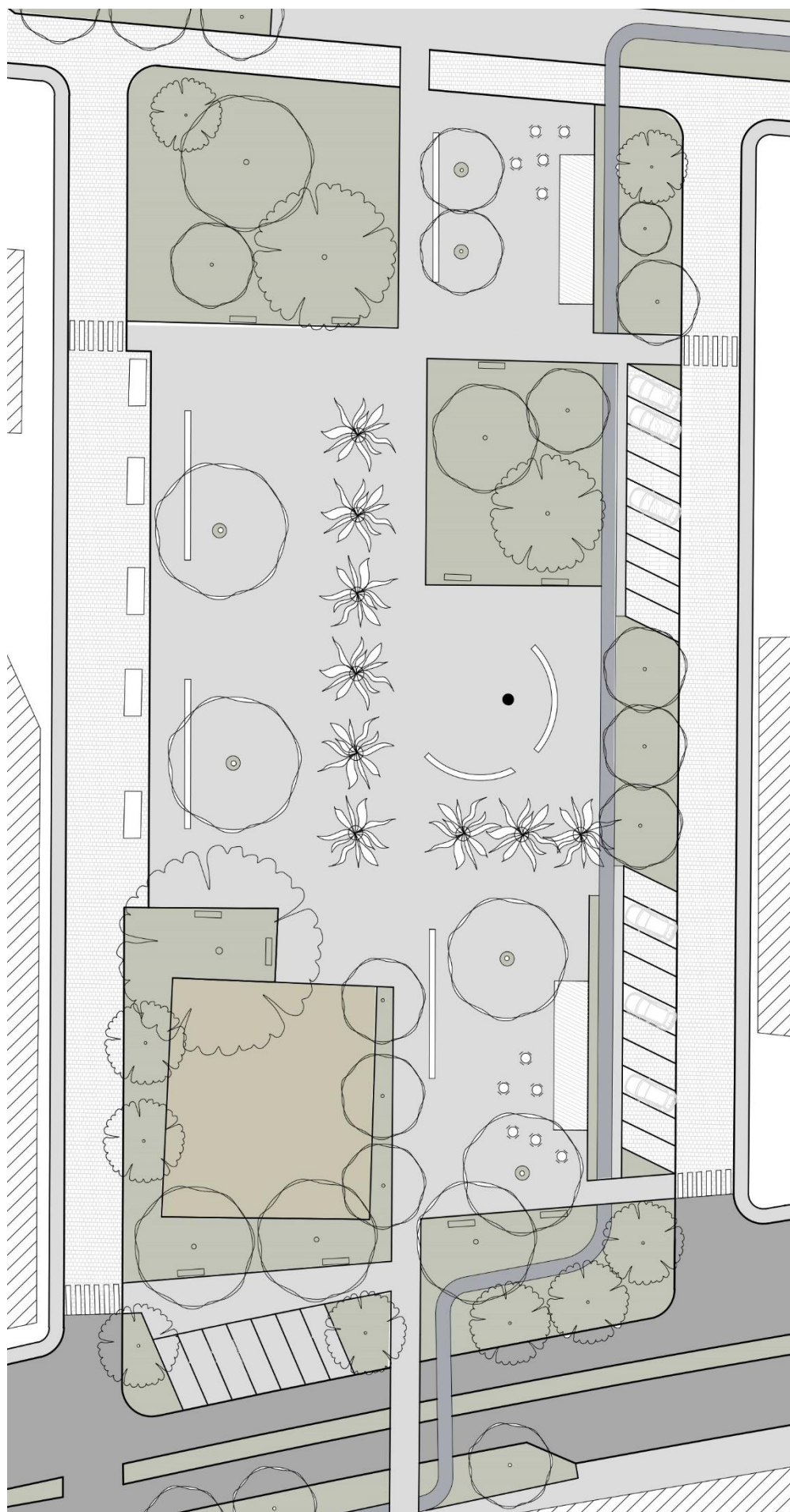
Figura 92: Vista dos novos quiosques e banheiros públicos da praça. Elaborado pelo autor, 2023



Figura 93: Vista da praça As Primaveras, com busto de Casimiro de Abreu. Elaborado pelo autor, 2023



Figura 94: Proposta para a praça As Primaveras. Elaborado pelo autor, 2023



4.3.4. Rodovia Amaral Peixoto

No cruzamento da praça com a rodovia a proposta é uma nova travessia elevada para pedestres e ciclistas. Essa travessia além de tornar o percurso mais seguro para as pessoas atravessarem, contribui para a percepção de continuidade no percurso e favorece a conexão desse sistema de espaços livres.

Figura 95: Vista da travessia sobre a rodovia Amaral Peixoto. Elaborado pelo autor, 2023

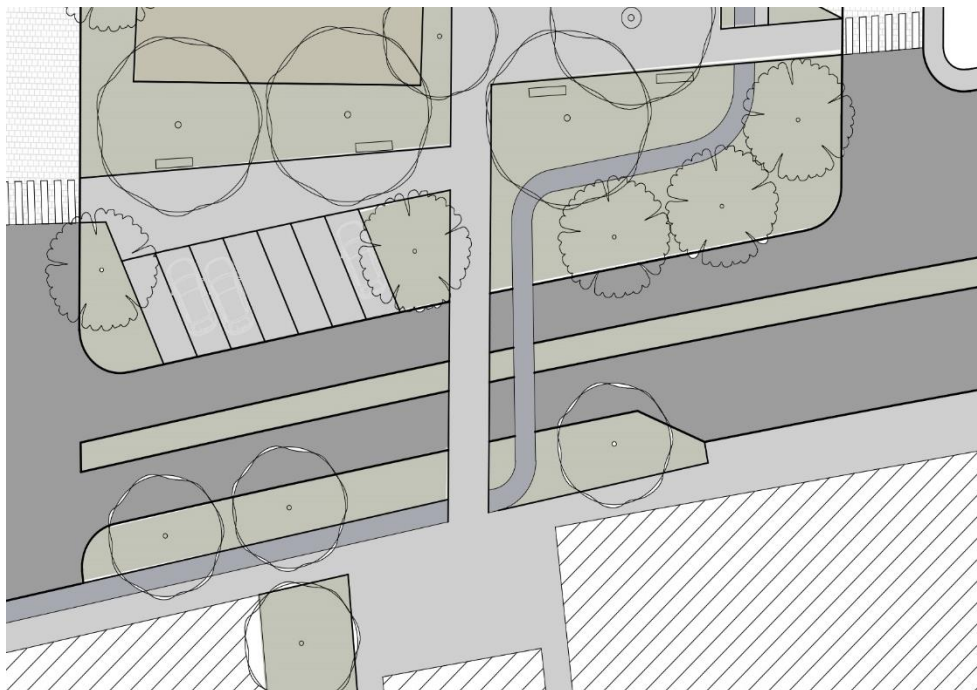


Figura 96: Proposta de travessia sobre a rodovia Amaral Peixoto. Elaborado pelo autor, 2023





Figura 97: Perfil atual da rodovia Amaral Peixoto. Elaborado pelo autor, 2023

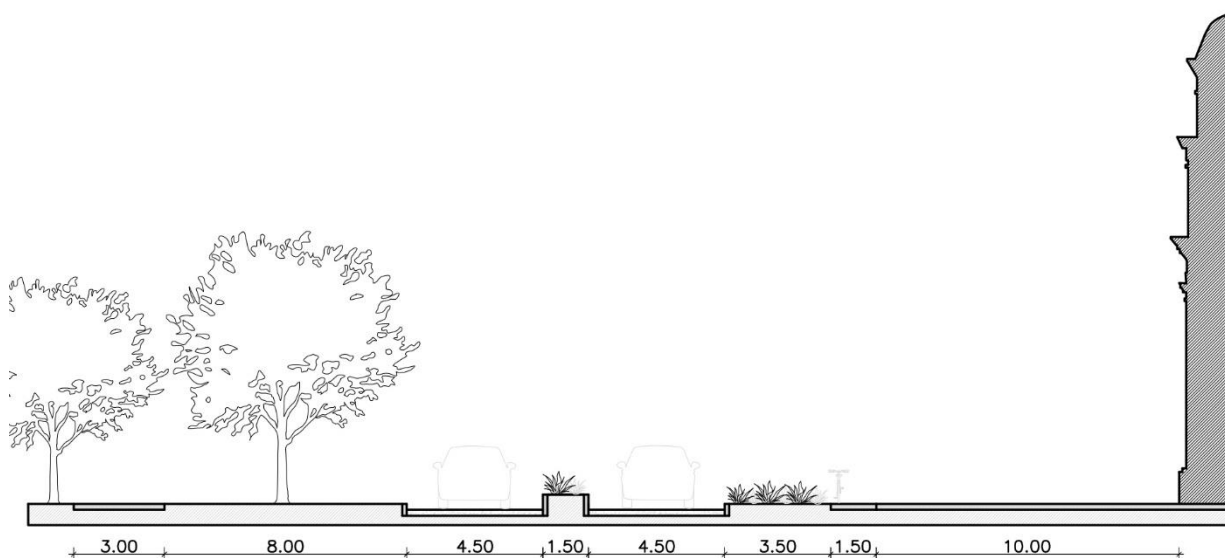


Figura 98: Proposta de travessia sobre a rodovia Amaral Peixoto, com espaço designado pra canteiro pluvial. Elaborado pelo autor, 2023

4.3.5. Rua São João

A rua São João foi se formando ao longo dos séculos e desde o século 17 ela já se configurava como um caminho até a igreja na foz do rio. Sua pouca largura - uma média de 8m de ponta a ponta - faz com que o passeio para pedestres seja reduzido. A proposta nessa rua é diminuir o leito carroçável para inserir a ciclovia e espaços de estar nas calçadas. Seguindo o mesmo princípio aplicado na Rua Bernardo Gomes em frente para as edificações do século 19, as calçadas se alargam para criar um espaço de estar (Figura 99), que possibilita uma fruição do patrimônio, aumenta a presença de vegetação ao longo da rua, ao mesmo tempo que diminui a presença de carros estacionados, os quais, em grande volume, acabam perturbando a ambiência dessa paisagem urbana. A proposta de intervenção diminui a predominância atual dos carros nessa rua (Figura 100) e possibilita uma maior diversidade de usos (Figura 101).



Figura 99: Vista da rua São João. Elaborado pelo autor, 2023

Figura 100: Perfil atual da rua São João. Elaborado pelo autor, 2023

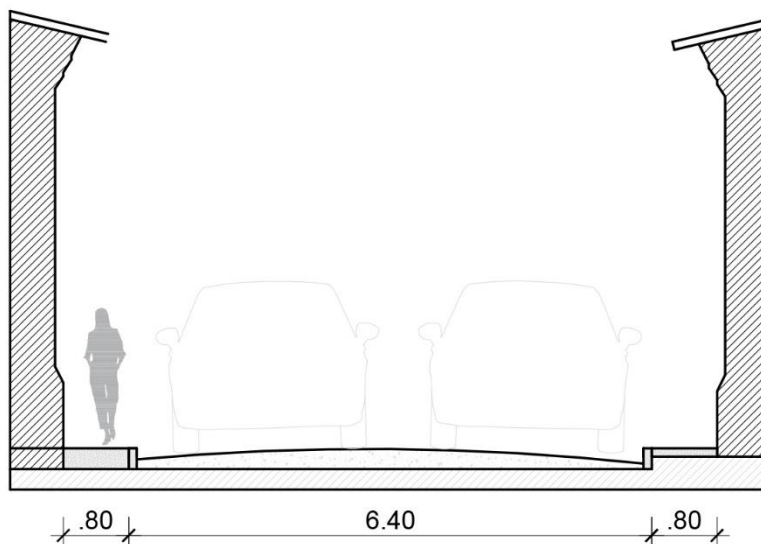


Figura 101: Perfil proposto da rua São João, com espaço designado pra canteiro pluvial. Elaborado pelo autor, 2023

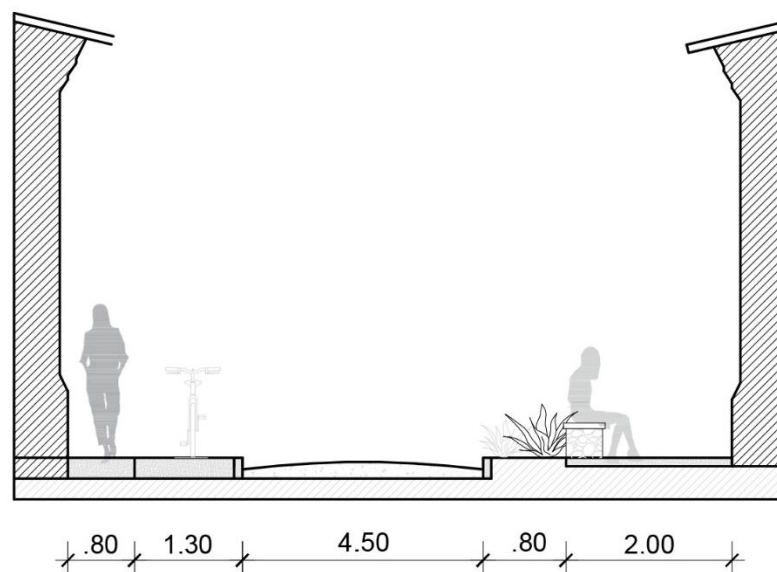
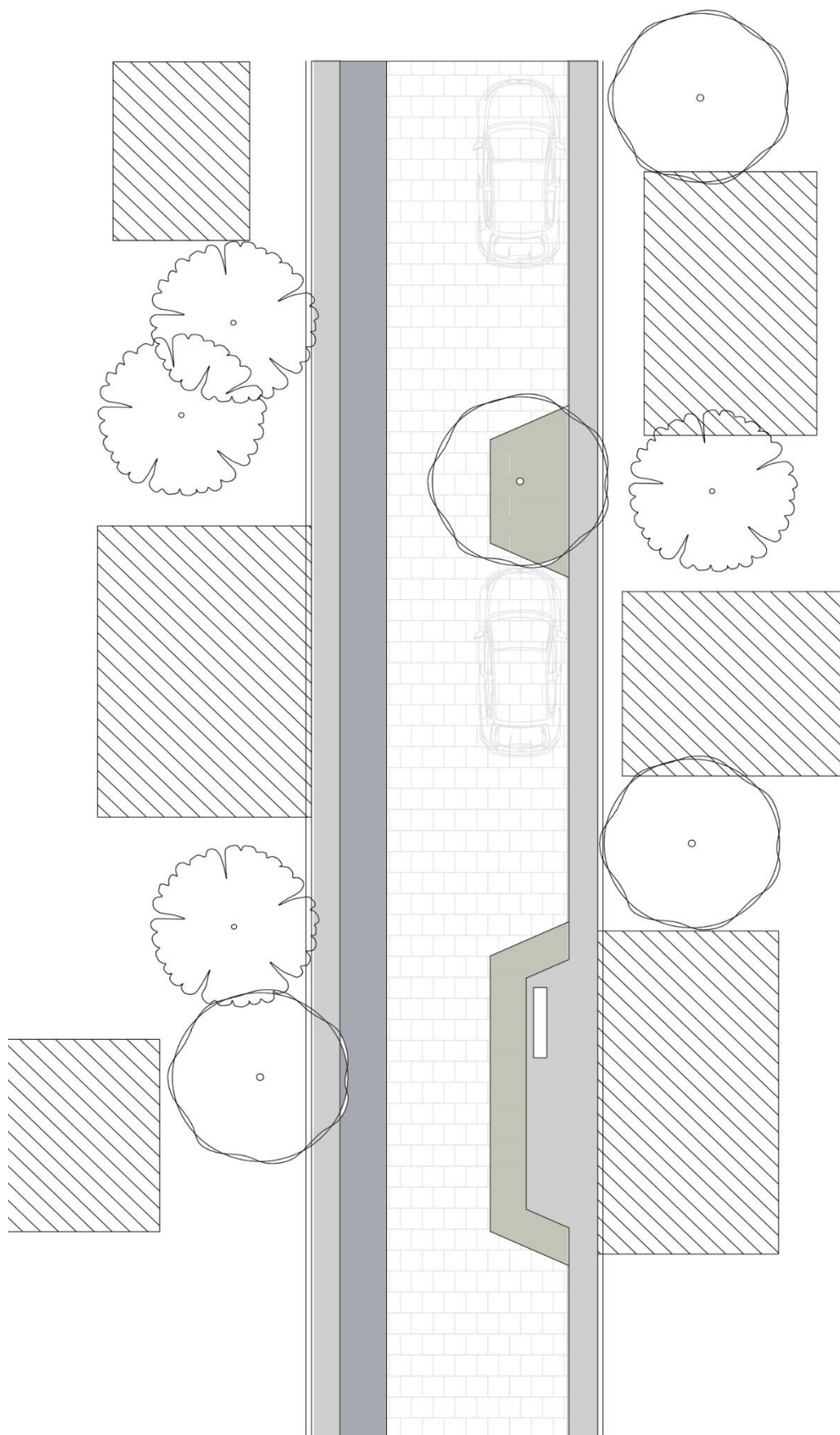


Figura 102: Planta de trecho da rua São João. Elaborado pelo autor, 2023



4.3.6. Entorno da capela de São João Batista

A rua São João termina em um amplo espaço livre na frente da capela. Nesse espaço atualmente predominam espaços viários pavimentados. A proposta é organizar esse espaço e diminuir drasticamente os espaços destinados a veículos aumentando a área vegetada e a pavimentada destinada aos pedestres. A proposta é inspirada em uma paisagem que até os anos de 1970 era basicamente um grande espaço livre gramado. Na sequência de imagens a seguir podemos ver como a proposta toma forma baseada no passado e nas necessidades do presente. Na figura 103 temos uma foto de 1973 onde podemos ver a total ausência de uma rua pavimentada chegando até a capela e a predominância da vegetação rasteira nesse espaço livre. Na figura 104 temos uma foto de 2022 que mostra como as áreas pavimentadas para veículos dominaram esse espaço livre.

Figura 103: Vista da capela de São João Batista em 1973.
Fonte: Fundo Correio da manhã Arquivo Nacional



Figura 104: Vista da capela de São João Batista em 2022.
Fonte: Google Street View.





Figura 105: Vista da capela de São João Batista. Elaborado pelo autor, 2023

Na figura 105 vemos a proposta para esse espaço livre com caminhos para pedestre, um aumento da área vegetada, espaços de estar e uma rampa que possibilita um circuito acessível até a igreja e o cemitério. Os quiosques existentes também são organizados e seguem o mesmo partido arquitetônico dos quiosques na praça as primaveras. Os quiosques e banheiros públicos tiram partido de uma elevação topográfica e nela se encaixam como um muro de pedra (Figura 106). No alto dessa colina e quiosques há um espaço para ser usado como mirante.



Figura 106: Vista do espaço livre de frente a capela de São João Batista. Elaborado pelo autor, 2023

Figura 107: Planta do entorno da capela de São João. Elaborado pelo autor, 2023



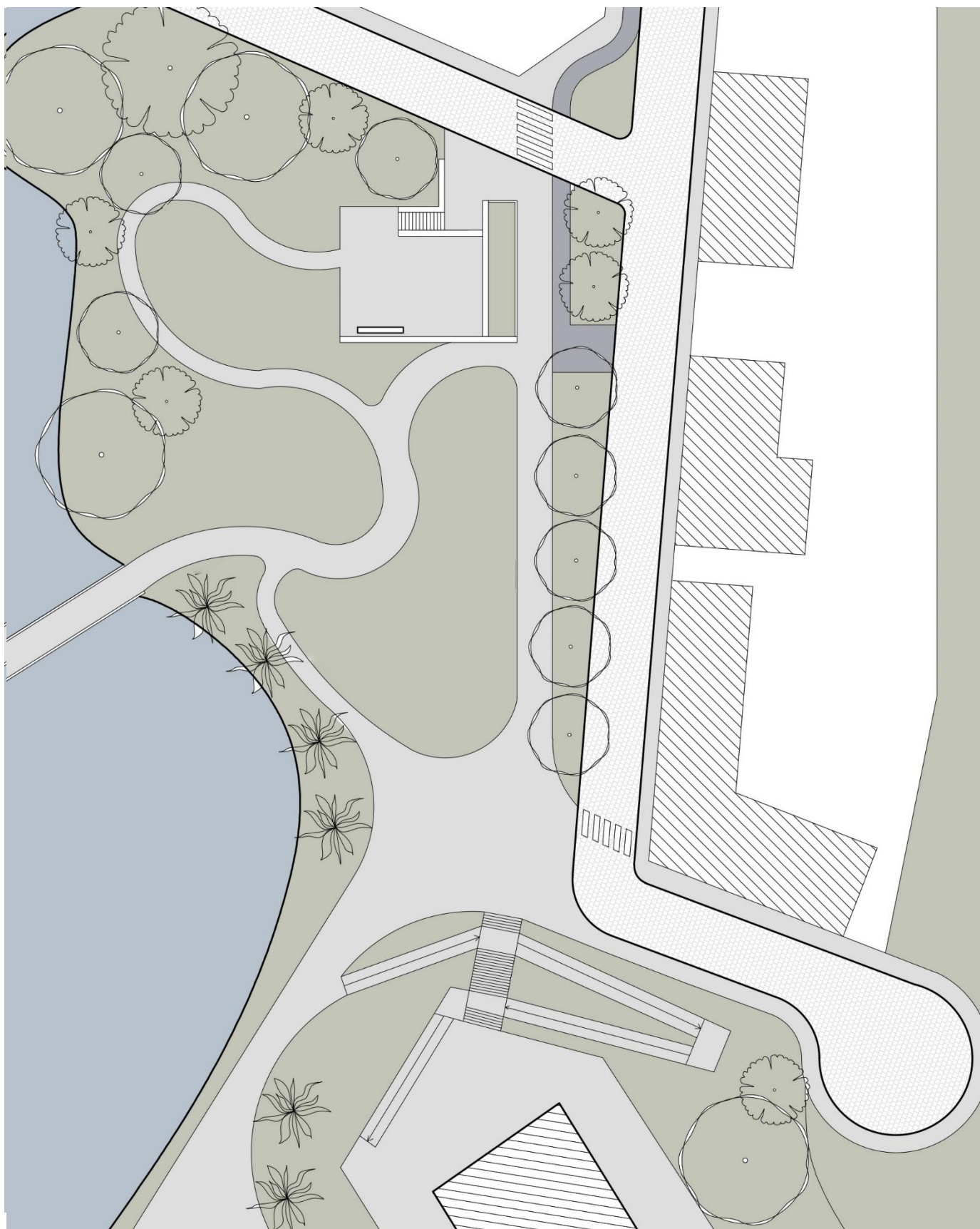


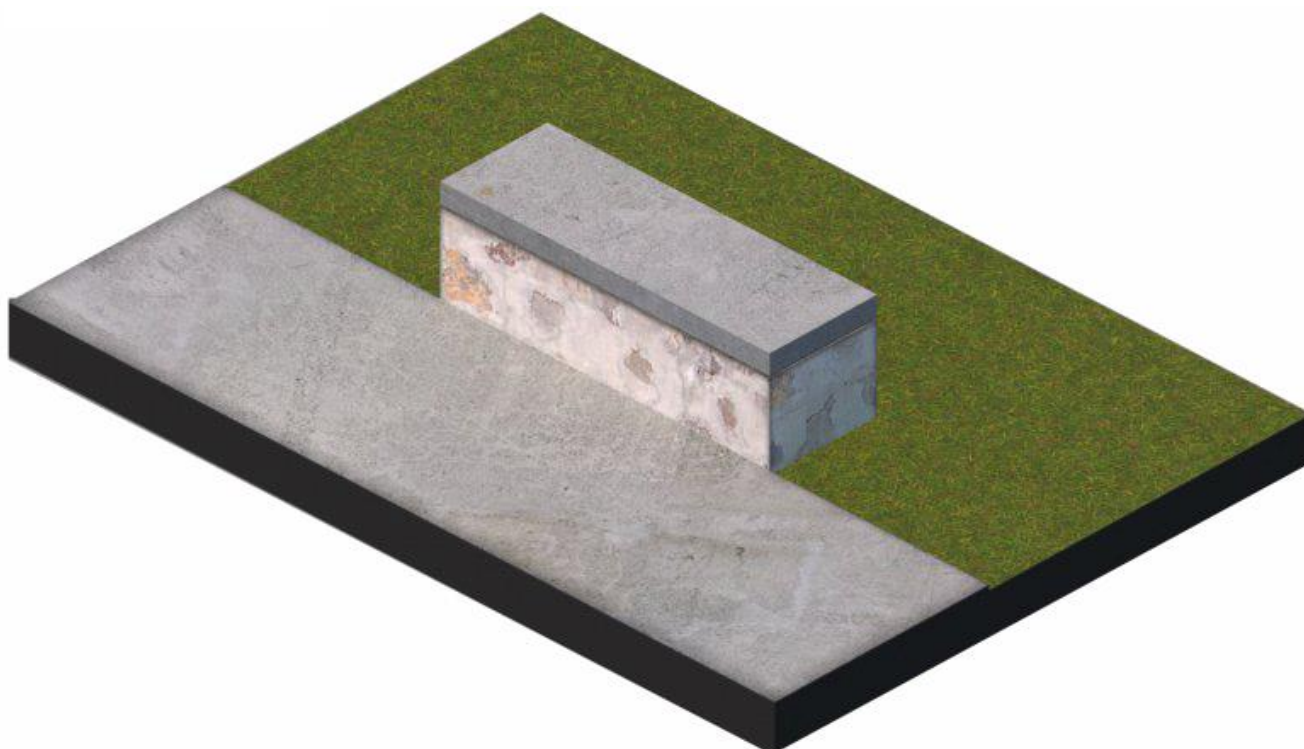
Figura 108: Planta do entorno da capela de São João. Elaborado pelo autor, 2023

4.3.7. Mobiliário e vegetação

Para facilitar a leitura dessa série de espaços livres como um sistema que remonta ao século 18, foram selecionados exemplos de mobiliário urbano que podem ser utilizados ao longo desse sistema. O mobiliário usa de um desenho e uma materialidade que se propõe a ser contextual.

Os bancos são formados por uma base em concreto ciclópico e uma laje de concreto que serve de assento (Figura 109). O partido formal partiu da intenção de que os novos elementos a serem inseridos na paisagem deveriam se relacionar de maneira harmônica com as edificações patrimoniais. As análises demonstraram que as edificações do século 19 presentes em Barra de São João possuem em sua volumetria uma relação de mais cheios do que vazios e, levando isso em consideração, optei por uma abordagem contextual e de continuidade, com os bancos em um volume maciço, assim como são as paredes e muros que fazem parte do patrimônio edificado local. A técnica contemporânea do concreto ciclópico tem um resultado plástico muito próximo às características plásticas da técnica construtiva de barro e pedra, predominante em Barra de São João até o início do século 20, como demonstraram as análises. Essa característica plástica faz com que os bancos, no meu entendimento, não sejam um corpo estranho nessa paisagem. Nesse desenho os bancos são elementos consonantes e harmônicos com as preexistências patrimoniais.

Figura 109: Vista do modelo de banco ser utilizado no anteprojeto. Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Os postes de iluminação pública são outro elemento importante para adequação das infraestruturas urbanas às preexistências. Na proposta de intervenção, todos os postes existentes nos espaços livres públicos serão substituídos por um único modelo e o cabeamento aéreo será enterrado. O posteamento existente perturba a ambiência e não contribui para a legibilidade da paisagem urbana local. Eles foram implantados ao longo dos anos sem considerar as preexistências e acabam concorrendo visualmente com elas em alguns pontos, como visto nas figuras 110 e 111.

Figura 110: Vista de posteamento na rua São João. Fonte: Acervo do autor, 2023.



Figura 111: Vista de posteamento na rua Bernardo Gomes. Fonte: Acervo do autor, 2023.



As novas estruturas de posteamento serão utilizadas de modo a perturbarem o mínimo possível o patrimônio edificado e a ambiência da paisagem. Essas estruturas serão metálicas com hastes em alturas próprias para a iluminação de pedestres e para a iluminação das vias. Os novos postes de iluminação pública serão pintados na cor preta, conforme exemplo na figura 109. Ao serem pintados nesse padrão de cor os postes não vão concorrer visualmente na paisagem com as edificações e com a vegetação arbórea. A iluminação não deve alterar cromaticamente as edificações e deve contribuir para a salvaguarda da paisagem urbana. Assim a iluminação deverá ter uma temperatura de cor mais próxima possível da luz natural. Segundo Marcos Gomes, a faixa de temperatura de cor da luz natural varia entre 3000 K^o a 5800K^o. (GOMES, 2011). Assim as lâmpadas da iluminação das vias deverão ter temperatura predominante entre 3500k e 4000k. O projeto exige no entanto um estudo mais aprofundado e específico de luminotécnica.

Segundo os mesmos princípios de inserção de elementos, as lixeiras também serão na cor branca e plasticamente um retângulo metálico monolítico como exemplificado na figura 109. Ao longo do sistema serão implantados totens informativos, com informações a respeito da história, da arquitetura e da paisagem de Barra de São João (Figura 112). Tendo como base o entendimento de que um espaço museográfico é um instrumento de apropriação patrimonial (BRULON, 2015) e que o sistema de espaços livres públicos de Barra de São João é um agente do espírito do lugar devido às suas características de estabilidade ao longo do tempo, é legítimo considerar esse sistema como um espaço museográfico. E por isso os totens funcionam como um guia, para o entendimento de todo esse sistema contribuindo para seu caráter pedagógico.

Figura 112: Vista do modelo de poste, lixeira e totem a ser utilizado no anteprojeto. Fonte:



As análises feitas nessa dissertação mostraram a importância da vegetação, sobretudo a arbórea, na ambiência da paisagem ao longo do antigo eixo de formação de Barra de São João. O núcleo urbano está inserido no contexto da vegetação de restinga. É desse ambiente vão sair algumas espécies vegetais a serem utilizadas no anteprojeto. Para a arborização dos espaços livres podem ser utilizadas as seguintes espécies arbóreas: *Schinus terebinthifolius* (Figura 113), *Jacquinia brasiliensis* (Figura 114), *Eugenia uniflora* (Figura 115) e a *Tabebuia cassinoides* (Figura 116). Essas árvores tem o porte condizente com a ambiência da paisagem local e por pertencerem a esse clima são de fácil manutenção. As árvores adultas já existentes serão mantidas.

Figura 113: *Schinus terebinthifolius*.

Disponível em: www.floralondrina.com.br Acessado em 06.08.2023



Figura 114: *Jacquinia brasiliensis*. Fonte:

www.floralondrina.com.br Acessado em 06.08.2023

Figura 115: *Eugenia uniflora*

www.floralondrina.com.br Acessado em 06.08.2023



Figura 116: *Tabebuia cassinoides*.

www.floralondrina.com.br Acessado em 06.08.2023

É importante para a ambiência local a existência de palmeiras imperiais, *Roystonea oleracea*. A existência dessas palmeiras em Barra de São João provavelmente remonta ao século 19, visto que essas palmeiras eram um dos símbolos do império do Brasil (D'Elboux, 2007). Essas palmeiras presentes em fotos antigas (Figura 117) e atuais (Figura 118) fazem parte da paisagem e do imaginário local. Apesar de serem espécies exóticas, elas foram plantadas sem nenhuma lógica paisagística formal, com exceção das palmeiras jovens que se encontram na praça As Primaveras. O uso das palmeiras imperiais no âmbito desse anteprojeto vai se restringir à praça As Primaveras. Para a ornamentação dos canteiros sugere-se a utilização plantas da família das *Bromeliaceae*. Essas espécies são características da restinga e, além de terem seu valor estético e serem de fácil manutenção, ainda cumprem uma função pedagógica de evidenciar características do suporte biofísico da paisagem urbana. Serão utilizadas principalmente as *Neoregelia cruenta* (Figura 119) e as *Aechmea nudicaulis* (Figura 120), dentre outras similares.

Figura 117: Palmeiras imperiais as margens do rio São João. Acervo Museu Casa Casimiro A., s/d



Figura 118: Palmeiras imperiais as margens do rio São João. Acervo autor, 2022



Figura 119: *Neoregelia cruenta* Fonte: <www.floralondrina.com.br> Acessado em 06.08.2023



Figura 120: *Aechmea nudicaulis* Fonte: <www.floralondrina.com.br> Acessado em 06.08.2023



As espécies sugeridas vão cumprir múltiplas funções na paisagem local, sua disposição em jardins de chuva e canteiros pluviais vai contribuir para a condução das águas com segurança dentro dos espaços livres, incorporando ao anteprojeto medidas de retenção e infiltração do escoamento superficial das águas, medidas que tem a capacidade de reduzir os riscos de inundação. (SANDRE, 2023). Os jardins de chuva devem ser inseridos nos espaços livres às margens do rio São João e nos espaços livres no entorno da capela de São João Batista. Esses jardins cumprem uma importante função de reduzir a poluição difusa por meio do processo de fitorremediação das águas e do solo antes que essas águas infiltrem no leito do rio São João. (SANDRE, 2023). Na praça As primaveras e na rua São João o anteprojeto prevê a utilização do recurso dos canteiros pluviais que nada mais são que jardins de chuva compactados em um pequeno espaço urbano e possuem a mesma função de realizar a coleta e absorção de escoamento superficial de superfícies impermeáveis (SANDRE, 2023). Devido a escala do projeto deve ser feito um estudo multidisciplinar para a definição das espécies vegetais e sua melhor implantação. As aqui citadas servem como exemplo de possíveis espécies que atendem as diretrizes do anteprojeto.

Figura 121: Jardim de chuva em Belo Horizonte. Fonte: SANDRE, 2023

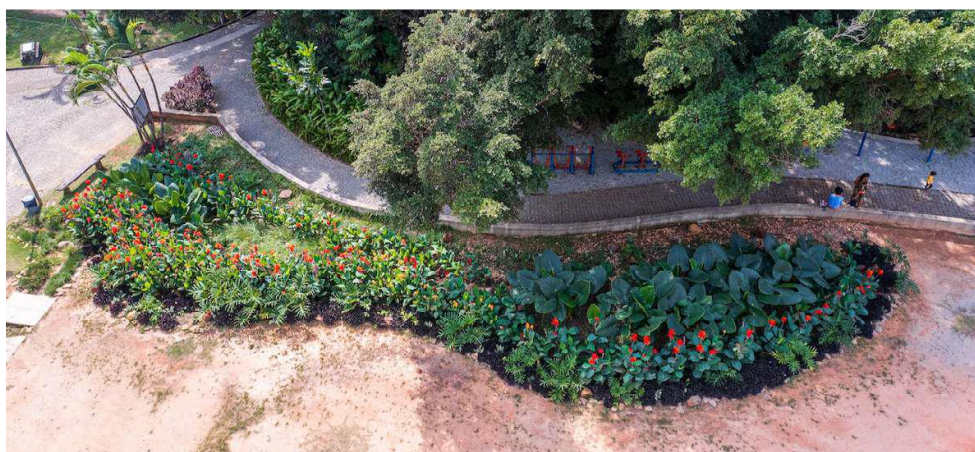


Figura 122: Canteiro fluvial na USP. Fonte: SANDRE, 2023



Conclusão

Os conceitos discutidos ao longo dessa pesquisa destacam a necessidade de uma visão integradora entre natureza e cultura, materialidade e imaterialidade. A compreensão da paisagem como um elemento vital para a qualidade de vida das comunidades, conforme expresso na Convenção Europeia da Paisagem, reforça a importância da preservação não apenas como um ato de conservação, mas como um meio de garantir o bem-estar das populações. A integração da preservação do patrimônio cultural no planejamento urbano, conforme preconizado na Declaração de Amsterdam, sublinha a importância de uma abordagem sustentável, reconhecendo o patrimônio como recurso não renovável que pode e deve estar associado ao planejamento do desenvolvimento das cidades.

Essa dissertação analisou a paisagem urbana de Barra de São João, com uma abordagem que considerou a herança cultural, com as diversas camadas temporais e a interconexão entre patrimônio edificado, espaços livres e a dinâmica socioeconômica. A análise dos processos dinâmicos de transformação ao longo do tempo em Barra de São João demonstrou a relação entre o desenvolvimento urbano e os fatores socioeconômicos, políticos e culturais.

A legislação municipal vigente não oferece diretrizes eficazes para a salvaguarda da paisagem urbana e há também algumas lacunas entre as recomendações formais e a aplicação das normativas pelo poder executivo. A proposta de ajuste no zoneamento apresentada nessa dissertação visa contribuir para a preservação da ambiência, promovendo uma paisagem menos densa e mais equilibrada. No entanto, ressalta-se a necessidade de envolvimento da comunidade nas discussões de modificação nessa legislação e do envolvimento de profissionais de outras especialidades para um estudo aprofundado que desenvolva uma sólida base normativa que alie o desenvolvimento urbano e econômico com a preservação da paisagem.

Esta pesquisa e o anteprojeto desenvolvido não apenas oferece à comunidade uma compreensão aprofundada da paisagem urbana de Barra de São João, mas também delineia caminhos tangíveis para sua preservação, em busca de um futuro sustentável que concilia o desenvolvimento urbano e a conservação do patrimônio cultural.

Referências

Referências Documentais (Fontes Primárias)

- Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: **Cartas Topográficas da capitania do Rio de Janeiro**, Leão, 1767
- Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: **Cartas Chorográfica da província do Rio de Janeiro**, por Pedro de Alcantara Bellegard e Conrad Jacob Niemayer, 1858
- Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: **Planta geral das estradas de ferro**, 1892
- Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: **L'epire du Brésil**, 1887
- Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: **Voz da Barra**, 1864
- Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: **Centenário da Independência - Álbum do estado do Rio de Janeiro**, por Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos, 1922
- BRASIL. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro**, 1857, p. 69 e 1887 p. 31. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/787/000072.html>>. Acessado em Agosto de 2021
- BRASIL. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**, 1930. p. 136. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/> >. Acessado em Agosto de 2021
- L'EMPIRE du Bresil: **Les Guides de L'Etoile du Sud**. Rio de Janeiro, RJ: Laemmert e C., 1887- . il., planta ; 16x12 cm. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/empire-du-bresil/829811>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Recenseamento geral do Brasil**, Rio de Janeiro, 1872.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo demográfico**, Rio de Janeiro, 1950.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo demográfico** , Rio de Janeiro, 2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo demográfico**, Rio de Janeiro, 2023.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Mapa rodoviário do estado Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1963.
- Museu Casa Casimiro de Abreu, Casimiro de Abreu: Acervo fotográfico

Bibliografia

- AB'SABER, Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.
- ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **Uma linguagem de padrões: A pattern language**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- BANDARIN, Francesco; VAN OERS, Ron. **The Historic Urban Landscape. Managing Heritage in an Urban Century**. Wiley Blackwell 2012.
- BARROS, Sergio. **A inserção da zona costeira nas territorialidades da bacia hidrográfica do rio São João – RJ: inter-relações, trocas e conflitos**. Tese Doutorado UFF. Niterói, 2007.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. **Planície litorânea e zona canavieira do estado do Rio de Janeiro**. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1957.
- BRULON, Bruno. **A invenção do ecomuseu: O caso do écomusée du creusot montceau-les-mines e a prática da museologia experimental**. Mana: Estudos de Antropologia Social P. 267-295,2015.
- CARSALADE, Flavio de Lemos. **Intervenção e restauro em arquitetura: uma abordagem existencial**. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009

- CASIMIRO DE ABREU (Prefeitura). **Lei municipal Nº 1217** de 05 de junho de 2008. Casimiro de Abreu, 2008.
- CERÁVOLO, Suely Moraes. **Delimitações para uma teoria da Museologia**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v.12.p. 237-268. São Paulo 2004.
- CEPERJ. (2010). **Contribui para a excelência da gestão pública e para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <www.fesp.rj.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- CONSELHO DA EUROPA. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. **Declaração de Amsterdã**. Amsterdã: Conselho da Europa, 1975.
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). **Manual do Arquiteto e Urbanista**. 2ª ed. Brasília: CAU/BR, 2015.
- COSTA, Stäel de Alvarenga Pereira. **Fundamentos de morfologia urbana**. C/Arte 236p. Belo Horizonte, 2015
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. 4º edição - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- DE GRACIA, Francisco. **Construir em lo construído**. Encuentro Internacional de Arquitectura Contemporánea en Ciudades Históricas, 2013.
- ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 1., 1931, Atenas. Anais...Atenas: 1931
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978
- GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa. **A ocupação pré-colonial da região dos Lagos RJ**: Sistema de assentamento e relações intersociais entre grupos sambaquianos e grupos ceramistas Tupinambá e da tradição Una. 2007. 347 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Museu de arqueologia e etnografia da universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de manejo da área de proteção ambiental da bacia do rio São João/mico leão-dourado**. Brasília, 2008.
- IFLA - Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas Região Américas. **Carta da Paisagem das Américas**. Universidad Autónoma Metropolitana unidad Azcapotzalco. Cidade do México, 2018
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Québec declaration on the preservation of the spirit of place**. Quebec, 2008.
- INEA. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Casimiro de Abreu**. Secretaria de Estado do Ambiente ; organizadores: Renata de Souza Lopes, Janete Abrahão.–Rio de Janeiro, 2017.
- INEPAC. **Processo de tombamento E-03/40.154/78**. Rio de Janeiro, 1978
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Carta de Veneza**. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. 1964
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas**. Washington, 1987
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Carta de Xi'an**. Xi'an, 2002
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Princípios de Valletta para a salvaguarda gestão das cidades históricas e áreas urbanas**. Valletta, 2011
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. Burra Charter. Burra: ICOMOS, 1980.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo de tombamento 613-T-60**. Rio de Janeiro, 1963
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Petrópolis**. Petrópolis: IPHAN, 1987

- KÜHL Beatriz M. **Projetos de intervenção em bens arquitetônicos de interesse cultural: por um diálogo construtivo entre o novo e a preexistência**. II Enanparq, 2012
- KUHL, Beatriz Mugayar. **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. [S.l: s.n.], 2013.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Restinga**. IBGE/CNG.Rio de Janeiro, 1940.
- LUCCOCK, John. **Notes on Rio de Janeiro, and the Southern parts of Brazil** : taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818. Londres: printed for Samuel Leigh, in the Strand, 1820. - XV, 639 p.
- LUSTOZA, Regina E. **Patrimônio ambiental urbano: revendo conceitos** In: 9º seminário docomomo Brasil, Brasília . junho de 2011.
- MACEDO, Silvio Soares. **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2018. 416p.
- MAGNOLI, Miranda M. **Espaços livres e urbanização – uma introdução aos aspectos da paisagem metropolitana**. Tese de livre docência. FAUUSP. São Paulo, 1982.
- MATTOS de Castro, Hebe Maria. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. Editora FGV. Rio de Janeiro: 2019.
- OLIVEIRA, Mario Alves. **Casimiro de Abreu: obra completa**. Rio de Janeiro, 2013.
- O'NEILL R.V. **Theory in landscape ecology**. In: WEINS, John and MOSS, Michael. Issues and Perspectives in Landscape Ecology. Cambridge: Cambridge University Press 2005.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC,1996. 308p.
- SANTOS, Rodrigo Correia dos. **Geomorfologia fluvial do rio São João (RJ): processos, ajustes e mudanças**. Rodrigo Correia dos Santos. – Rio de Janeiro, 2019.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2020
- RODRIGUEZ, Helio Suêvo. **A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro – O Resgate da sua Memória**. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004
- SANDRE, Adriana Afonso. **Catálogo de Soluções baseadas na Natureza para Espaços Livres**. Rio de Janeiro, 2023.
- SCHLEE, Mônica Bahia; NUNES, Maria Julieta; REGO, Andrea Queiroz; RHEINGNTZ, Paulo; DIAS, Maria Ângela; TÂNGARI, Vera Regina. **Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate Conceitual**. Revista Paisagem e Ambiente: Ensaios, nº 26, São Paulo: FAUUSP, ISSN 01046098. 2009. p. 225-247.
- SCHLEE, Monica Bahia. **A ocupação das encostas do Rio de Janeiro: morfologia, legislação e processos socioambientais**. 2011. 398 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- SCHLEE, Mônica Bahia. **O lugar da Favela na Paisagem e no Patrimônio**. Trabalho publicado nos Belo Horizonte: Anais do 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas. In: FORUM PATRIMONIO: ambiente Construído e Patrimônio Sustentável Belo Horizonte, v.8, n.2. Jul / Dez. 2015 ISSN 1982-953. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9323619-O-lugar-da-favela-na-paisagem-e-no-patrimonio.html>
- TÂNGARI, Vera Regina. **Espaços livres públicos como espaços museográficos** In: Anais do Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus. pp.49-72. PROARQ -FAU/UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.
- YÁZIGI, Eduardo. **Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano**. Artigo apresentado no Simpósio de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo, 2001.
- TERRA, Denise Cunha Tavares. **Economia petrolífera na bacia de campos e reestruturação do espaço regional: uma análise sob a ótica da divisão territorial do trabalho**. VIII Seminário Internacional da Rede Ibero-Americana de Investigadores sobre Globalização e Território. Rio de Janeiro, 2003

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, CULTURAL ORGANIZATION; INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Recomendação de Paris**. Paris: Unesco, 1962.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, CULTURAL ORGANIZATION. **Recomendações de Nairóbi**. Nairóbi: Unesco, 1976.

WASSERMAN, Julio Cesar. **Análise microbiológica para verificação da balneabilidade da água do baixo curso do rio são João**. Seminário Sobre Ecotoxicologia Aquática, 2013.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. Martins Fontes. São Paulo, 2005.